

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS NO
CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM GOIÂNIA**

KÊNIA CRISTINA LOPES ABRÃO

Goiânia
2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS NO
CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM GOIÂNIA**

KÊNIA CRISTINA LOPES ABRÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro

Goiânia

2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

KÊNIA CRISTINA LOPES ABRÃO

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GOIÂNIA

Dissertação aprovada, em cinco de maio de 2011, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; área de concentração: Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais.

Banca Examinadora:

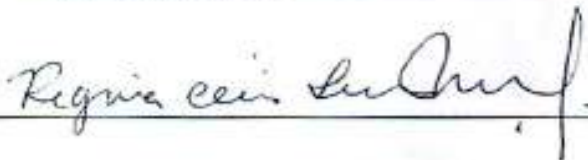
Profa. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro
(Presidente)



Profa. Dra. Maria Conceição S. Padiá
Machado (PUC Goiás /Membro)



Profa. Dra. Regina Célia Tamaso
Miotto (UFSC /Membro)



Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa
(PUC Goiás /Suplente)



*Para meus avós Lourdes Borges e
Milton Abrão (in memoriam), por
terem me ensinado o caminho que
devo seguir;*

*Para as famílias usuárias da Política
de Assistência Social, que sempre
foram estímulos para meus
estudos.*

E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente pesa firme nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos. É tão bonito quando a gente vai à vida nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração.
E aprendi...
(Gonzaguinha)

RECONHECIMENTO E GRATIDÃO

Neste caminho de construção acadêmica e intelectual, em cada decisão tomada e em cada passo dado, houve sempre alguém me auxiliando para que a materialidade deste objeto se concretizasse da maneira mais ampla possível.

Como explícito na epígrafe, “se depende sempre de tanta, muita diferente gente”, então é chegada a hora de agradecer a essas “gentes” que com todo carinho contribuíram com este produto final, sem as quais certamente este trabalho teria outro destino. Foram palavras de coragem, debates, questionamentos, informações, críticas, sugestões e incentivos quando a exaustão teimava em bater à minha porta. Deste modo, expresso meus mais sinceros agradecimentos:

à Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro dedico especial gratidão: pelo envolvimento junto a mim neste projeto, por sua certa e imprescindível orientação, pelo respeito ao objeto que escolhi, por dividir sua competência intelectual e didática e com isso ajudar-me a dar forma às minhas idéias fazendo deste trabalho um pouco seu também, ainda que, evidentemente, a responsabilidade seja minha. A ela meu agradecimento, respeito e admiração;

às docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO): Dra. Eleusa Bilemjian

Ribeiro, Dra. Liliane Patrícia L. S. Pereira, Dra. Maria José Rocha, Dra. Maria José Viana, Dra. Marilene Aparecida Coelho, Dra. Margot Riemann Costa e Silva, Dra. Regina Sueli de Sousa, Dra. Sandra de Faria e Dra. Walderez Loureiro Miguel, pela inestimável contribuição dentro da sala de aula, por me instigarem a pensar, a rever posições e a buscar novos elementos para aprofundar as discussões;

às professoras membros da banca de qualificação e defesa: Dra. Regina Célia Tamasso Miotto, Dra. Regina Sueli de Sousa e Dra. Maria Conceição Sarmiento Padial Machado, pela leitura cuidadosa, ponderações teóricas e metodológicas apresentadas e pelas sugestões que complementaram e enriqueceram sobremaneira esta dissertação;

aos meus colegas de turma – administradores, advogados, arquitetos, assistentes sociais, educadores físicos, enfermeiros, pedagogos, psicólogos e músicos – cuja grata surpresa da interdisciplinaridade possibilitou troca inestimável de conhecimento;

à coordenadora do Departamento de Serviço Social, Prof^a Ms. Carmem Regina Paro, e às professoras e graduandos das disciplinas Oficina Temática IV (turma C01) e Matriz Teórica do Serviço Social III (turma C01) por viabilizarem meu estágio de docência na PUC Goiás;

à Juliana, secretária do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, pela atenção, dedicação e afabilidade com que trata todos os mestrandos;

à Sirlene Santos Bastos, por toda a sua compreensão, apoio, amizade e compromisso ético-político ao longo do processo; por mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar a chefia do Serviço Social do Hospital Materno Infantil (HMI), flexibilizando minha carga horária de trabalho frente às demandas daquela instituição para o desenvolvimento da presente dissertação;

às colegas de trabalho do HMI, pelo incentivo e pelas amizades que se estabeleceram: Arleide, Ana Maria, Izaura, Lacinéa, Maricélia, Mônica, Neusa, Suzana e, sobretudo, Cátia, Cilene, Lourdes, Selene e Sônia por suportarem minha ansiedade e pelas substituições nos momentos em que precisei me ausentar em razão das inúmeras tarefas acadêmicas;

à Ana Beatriz, pela presença marcante nesta construção com suas valiosas sugestões, amizade e criteriosa revisão;

ao Lourenço, pelas contribuições ao longo dos últimos anos, auxiliando-me sempre que necessário com a sua competência em informática e cuidadosamente formatou este trabalho;

à minha família – consanguínea e/ou por afinidade - que compreenderam minhas ausências em função dos momentos de dedicação intensa e solitária a este trabalho e pela força e incentivo sempre presentes;

aos muitos amigos, pelo estímulo, incentivo, apoio na ousada empreitada, especialmente, à Célia e à Terezinha, pela presença marcante em minha vida e pelas vibrações positivas diante de cada conquista alcançada ao longo dos últimos anos;

ao André e Nelly pela participação sob diversas formas, contribuindo, assim, na viabilização das jornadas de escritas infindáveis e participação nos eventos acadêmicos;

à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), pela possibilidade de realização da pesquisa, bem como às assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que contribuíram com a pesquisa, cuja colaboração foi fundamental para a elaboração deste trabalho. Meu agradecimento pela confiança, pelas entrevistas que subsidiaram esta dissertação e por compartilharem comigo a esperança de que outro mundo é possível;

à Espaço Nobre Comunicação, na pessoa da Cleuza Maria Carvalho, e à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pelo apoio financeiro sob forma de bolsa, elemento fundamental para a concretização deste projeto.

*Desconfiai do mais trivial, na
aparência singela e examinai,
sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não
aceiteis o que é de hábito como
coisa natural, pois em tempo de
desordem sangrenta, de confusão
organizada, de arbitrariedade
consciente, de humanidade
desumanizada, nada deve parecer
natural, nada deve parecer
impossível de mudar.
(Berltolt Brecht)*

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	11
LISTA DE ANEXOS	13
LISTA DE TABELAS	14
RESUMO	15
ABSTRACT	16
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I. FAMÍLIA: ASPECTOS HISTÓRICOS	24
1.1. Configurações de família.....	24
1.2. As configurações da família na sociedade capitalista moderna.....	32
CAPÍTULO II. FAMÍLIA, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	40
2.1. Família e Política Social.....	40
2.2. A matricialidade sociofamiliar na Política Nacional de Assistência Social .	45
2.3. A intervenção do assistente social na área da família e na política de assistência social.....	52
CAPÍTULO III. O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	71
3.1. Secretaria Municipal de Assistência Social e os Centros de Referência de Assistência Social em Goiânia.....	71
3.2. O impacto da Política Nacional de Assistência Social no cotidiano profissional das assistentes sociais no trabalho com famílias.....	81
3.3. A intervenção profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia.....	93
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	108
REFERÊNCIAS	113

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABL	Academia Brasileira de Letras
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEAS	Centro de Estudos de Ação Social
CEMAS	Centros Municipais de Assistência Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONSUNI	Conselho Universitário
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FUMDEC	Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome
NAF	Núcleo de Apoio à Família
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PDIG	Plano Diretor de Goiânia

PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PANAIF	Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPA	Plano Plurianual
PUC GOIÁS	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SM	Salário mínimo
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SISNEP	Sistema Nacional de Ética em Pesquisa
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa da PUC/GO	128
ANEXO B	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	129
ANEXO C	Consentimento da participação da pessoa como sujeito	134
ANEXO D	Termo de Consentimento Livre/Autorização e Esclarecimento	135
ANEXO E	Roteiro para entrevista com Assistentes Sociais	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade dos assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia.....	81
Tabela 2 – Ano de formação das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia	82
Tabela 3 – Tempo de atuação profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia	83
Tabela 4 – Realidade em relação a vínculo e jornada de trabalho das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia	86
Tabela 5 – Renda profissional/Renda familiar das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia	88
Tabela 6 – A participação das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia em movimentos sociais	88
Tabela 7 – Formação profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia	90
Tabela 8 – Autores que são referência para a intervenção profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia	91
Tabela 9 – Objetivos atingidos nos CRAS/Goiânia	99
Tabela 10 – Opinião das assistentes sociais em relação à facilidade na realização dos programas desenvolvidos nos CRAS/Goiânia....	103
Tabela 11 - Avaliação das assistentes sociais em relação às condições infra-estruturais e de trabalho nos CRAS	104
Tabela 12 - Opinião das assistentes sociais em relação à facilidade na realização dos programas desenvolvidos nos CRAS/Goiânia..	106
Tabela 13 – Avaliação das assistentes sociais em relação à autonomia do Serviço Social nas relações relativas à prática profissional	107

RESUMO

A presente dissertação é o resultado de uma pesquisa que buscou conhecer o impacto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nas condições de vida das famílias atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), mediante a intervenção das assistentes sociais. Buscou-se desvelar o cotidiano profissional destas profissionais no encaminhamento das demandas, rotinas e atividades por elas realizadas. Foram escolhidos para a pesquisa seis unidades dos CRAS, serviços responsáveis pela execução da proteção social básica. Para a amostragem, foram eleitas dez assistentes sociais que atuam em programas da instituição voltados para as famílias, para entrevista semi-estruturada mediante abordagem qualitativa. Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica sobre a temática família, com destaque na PNAS. A fundamentação teórica adotada foi o método crítico dialético marxista, que propiciou o desvelamento da imediatez do objeto por meio da incorporação das categorias: política pública, proteção social e família. As considerações deste estudo apontam dificuldades e limitações no exercício profissional do assistente social e, por outro lado, uma postura profissional pouco autônoma diante das adversidades.

Palavras-chave: Família; Proteção Social Básica; Política de Assistência Social; Serviço Social.

ABSTRACT

This dissertation results from a research that aimed to know the impact of the Social Assistance National Policy (PNAS) on living conditions of the families attended by social workers at the Reference Centers of Social Assistance (CRAS). It seeks unveil the daily work of these professionals about procedures of demands, routines and activities. Six units of CRAS, which provider for basic social protection, were defined as universe of the research. Ten social workers from the institutions programs focused on families were elected, as sample, for a semi-structured interview under qualitative approach. A documental and bibliographic research was carried out on family, especially its relation with the PNAS. The theoretical background adopted was the *critical dialectic Marxism method*, who led to unveil the immediacy aspects through the categories: public policy, social protection and family. Survey considerations indicate difficulties and limitations at the daily professional of the social workers and, moreover, little autonomy in their attitudes facing adversity.

Keywords: Family; Basic Social Protection; Social Assistance Policy; Social Work.

INTRODUÇÃO

Ao discutir a temática família no Serviço Social, percebe-se que não se trata de algo novo; ao contrário, este é um debate que perpassa a história da profissão, que teve início numa perspectiva conservadora e focalizada. Embora a atuação profissional com famílias esteja arraigada à história do Serviço Social, constata-se a escassez de estudos e produções da área que tratem do tema. Entretanto, este debate tem ganhado espaço na profissão, sobretudo no tocante às novas configurações familiares das últimas décadas, que a abordam numa perspectiva mais efêmera e heterogênea.

O interesse por estudos acadêmicos relacionados a esta temática deve-se à sua redescoberta como importante agente privado de proteção social, regulamentado e organizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004a), que assegura o fortalecimento da família como elemento de intervenção do assistente social.

O trabalho do assistente social voltado para a atuação com família tem ganhado relevância a partir dos anos 1990 com o redirecionamento das políticas sociais em que a centralidade da família compõe as diferentes políticas: saúde, assistência social, educação e outras. Entretanto, na Assistência Social, seu protagonismo está associado à PNAS a partir do ano 2004.

No âmbito dessa política, a matricialidade sociofamiliar ganha destaque e ancora-se na premissa da PNAS (2004a) em que a centralidade da família e a superação da focalização e da fragmentação repousam no pressuposto de que é necessário garantir condições de sustentabilidade para que as famílias possam prevenir, proteger e promover seus membros.

O foco na família, como se apresenta, pode ser considerado como algo inovador, um avanço nas políticas, sobretudo da Assistência Social. Entretanto, Alencar (2010, p. 150) questiona essa “retomada da família como elemento central no âmbito da reprodução social [que] pode significar a reatualização de responsabilidades cativas, principalmente no caso das mulheres”, uma

reedição da perspectiva conservadora, presente no Serviço Social até a década de 1960 quando alguns assistentes sociais deram início a movimentos que trouxeram a ruptura com o modelo tradicional na profissão.

O estudo deste tema liga-se à necessidade de maior aprofundamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo acerca da centralidade da família como um dos elementos da atuação do assistente social. Constatase a escassez de estudos e produções que tratam dessa temática no Serviço Social e uma tendência de abordagens em outras áreas, sobretudo na psicologia, o que tende ao fortalecimento da psicologização na área do Serviço Social (MIOTO, 2004a).

O interesse pelo tema é resultado de uma construção paulatina a partir de algumas inquietações, observações, reflexões e análises vivenciadas no desenvolvimento de trabalhos realizados pela pesquisadora em diferentes espaços sócio-ocupacionais na política de assistência social e o seu compromisso com o projeto ético-político profissional.

A partir desses pressupostos, constitui-se objeto desta dissertação: a busca do conhecimento acerca do impacto da PNAS com famílias, mediante o trabalho das assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Goiânia.

A condição de trabalho das assistentes sociais na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), lotadas nos CRAS, inviabiliza o atendimento às famílias conforme prevê a PNAS, hipótese dessa dissertação, não contribuindo para a proteção e segurança (sobrevivência, acolhida e convívio) das famílias.

Assim, desvelar as concepções e estratégias utilizadas pelas assistentes sociais no seu cotidiano profissional com famílias indica a relevância e atualidade desta pesquisa e suas possibilidades frente aos indicadores da PNAS e aos objetivos na SEMAS.

Nesse contexto, foram definidos os objetivos da pesquisa: Geral – Identificar o impacto da Política Nacional de Assistência Social no trabalho com famílias nos CRAS do município de Goiânia, mediante a intervenção do assistente social. Específicos – a) Desvelar as concepções de família que

norteiam a atuação dos assistentes sociais no encaminhamento das demandas, rotinas e atividades realizadas nos CRAS; b) Identificar, no trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais nos CRAS, o impacto da PNAS nas condições de vida das famílias atendidas.

A partir do projeto da pesquisa, iniciou-se um levantamento de produções no Serviço Social e áreas afins sobre a centralidade da família na PNAS, família e política social e a intervenção do assistente social com famílias. A fundamentação teórica adotada neste trabalho foi o método crítico dialético marxista, que propiciou o desvelamento da imediatez do objeto por meio da incorporação das categorias: política pública, proteção social e família como parte constitutiva do ser social, tendo em vista apreender o movimento do real como uma totalidade histórica em suas determinações econômicas, sociais, políticas e culturais. Assim, recorreu-se às produções de autores do Serviço Social, como Yamamoto, Miotto, Netto, Pereira, Yazbek, que tomam a teoria social de Marx como referências, Esping-Andersen, dentre outros.

Os procedimentos utilizados para a coleta de dados seguiram um roteiro construído pela pesquisadora exclusivamente para este estudo (ANEXO E), considerando a necessidade de atender aos objetivos da pesquisa. As questões que compõem o roteiro de entrevista foram elaboradas com base na revisão de literatura e tiveram como principal referência Vasconcelos (2003). O desenvolvimento do referido roteiro passou por um processo de construção, revisão e refinamento; foi revisado algumas vezes após passar pela avaliação de assistentes sociais e psicopedagogo.

A aplicação desse instrumento teve o objetivo de apreender o movimento dos CRAS e a intervenção das assistentes sociais. Ele é composto por questões objetivas, divididas em quatro tópicos: 1 – Perfil profissional; 2 – Prática profissional no CRAS; 3 – Exercício profissional e; 4 – Avaliação do impacto dos programas desenvolvidos.

O primeiro tópico refere-se às questões que envolvem a situação socioeconômica das entrevistadas, formação profissional, referencial teórico e relação com o código de ética profissional.

O segundo tópico buscou apreender a prática profissional nos CRAS em

sua totalidade. Foi mais extenso e complexo, pois procurou desvelar as demandas institucionais e suas condições físicas, a intervenção das assistentes sociais, os objetivos do Serviço Social na instituição, as determinações da PNAS realizadas pelos CRAS, os instrumentos técnicos-operativos utilizados pelo Serviço Social no exercício profissional, o planejamento das atividades, bem como as dificuldades e facilidades encontradas para a realização destas.

O terceiro tópico destacou a autonomia do Serviço Social nas decisões relativas ao exercício profissional na instituição e procurou averiguar a apreensão das entrevistadas acerca da legislação e resoluções que respaldam o cotidiano profissional.

O quarto tópico foi destinado a avaliar o impacto da PNAS na vida das famílias atendidas nos CRAS e apresenta considerações das entrevistadas.

Para esta pesquisa foi planejada amostragem aleatória em seis CRAS, envolvendo duas assistentes sociais de cada um, num total de 12 participantes. A escolha dos CRAS para a pesquisa deveu-se ao fato dessas unidades de atendimento serem as responsáveis pela execução da proteção social básica no município de Goiânia; vinculam-se à SEMAS e foram selecionados segundo as regiões do município: Campinas, Leste, Noroeste, Oeste, Sudoeste e Sul. Seu universo atual corresponde a quinze¹ CRAS.

Em abril de 2010 o projeto de pesquisa foi apresentado ao Secretário Municipal de Assistência Social e às coordenadoras do Departamento de Proteção Social Básica e da Divisão de Coordenação do Programa Bolsa Família. Neste mesmo período as assistentes sociais dos CRAS selecionados foram contatadas, informadas sobre a pesquisa e convidadas a participar.

A seleção das participantes deu-se mediante os seguintes critérios de inclusão: atuar no CRAS em programas voltados para a família e assinar o Termo de Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito (ANEXO C) e Consentimento Livre/Autorização e Esclarecimento (ANEXO D).

¹ Durante a elaboração do projeto desta dissertação havia apenas onze CRAS no município de Goiânia. Após sua conclusão, envio e tramitação no Comitê de Ética e Pesquisa, foram inaugurados mais três CRAS. Mantivemos a amostragem selecionada, motivo pelo qual ela não foi alterada e os novos CRAS não compuseram a pesquisa.

Duas profissionais recusaram-se a participar na pesquisa alegando estar há pouco tempo naquela unidade e, portanto, não teriam conhecimento suficiente do trabalho para responder às questões, o que reduziu a amostra para 10 participantes.

O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado em 20 de agosto de 2010 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), conforme parecer CAAE: 2139.0.000.168-10 (ANEXO A).

As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas pela pesquisadora em setembro de 2010, nos CRAS, em dias e horários que não interferissem na rotina profissional das participantes. À maioria das unidades foi necessário retorno para concluir a entrevista devido à sua amplitude e, em alguns casos, a imprevistos ocorridos no interior da instituição.

As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo foi construído com referência na Resolução 196/1996, de 10 de outubro de 1996, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Embora o roteiro da entrevista tenha sido extenso, houve uma boa recepção e adesão das profissionais, significou um momento rico de reflexões e, para algumas entrevistadas, a esperança de que o resultado da pesquisa possa contribuir para o avanço da política da assistência social em Goiânia.

Após as entrevistas, iniciou-se o tratamento e análise dos dados. Devido ao caráter qualitativo da pesquisa, a maioria das questões deu margem a respostas abertas; desse modo, buscou-se apreender as relações do conteúdo expresso. Foram utilizadas tabelas para apresentar o conteúdo das falas das entrevistadas e mantiveram-se na íntegra as respostas, com o intuito de manter a originalidade do conteúdo de cada uma, ainda que algumas se mostrassem confusas. Para gerar uma identificação a cada participante e concomitante preservar o sigilo da identidade original, optou-se por nomeá-las aleatoriamente por “Entrevistada” seguindo a numeração de 1 a 10.

Os resultados desta pesquisa encontram-se expostos nesta dissertação e serão divulgados por meio de publicações de artigos, pôsteres, apresentação em congressos e eventos da categoria e debates que poderão direcionar novas

intervenções para os assistentes sociais e gestores da política de assistência social. Espera-se, ainda, levantar discussões e motivar na comunidade acadêmica o interesse pelo tema. Como devolutiva às assistentes sociais que participaram da pesquisa e à instituição envolvida, os resultados serão apresentados na SEMAS para as participantes, gestores e interessados.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos que se articulam. O primeiro trata dos aspectos históricos das diferentes concepções de família, aborda a configuração desta instituição no seu surgimento e suas transformações na sociedade capitalista moderna.

Muitas são as concepções de família. Nesta dissertação, entende-se por família

um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO, 1997. p. 120).

A família é singular em sua especificidade, mas plural em sua universalidade. Ela vem se modificando, pois é um universo amplo e complexo em constante transformação; transforma-se e é transformada pela sociedade, o que inviabiliza um consenso, um modelo unívoco. Isso implica reconhecê-la dentro de um processo de contínuas mudanças que são provocadas por diversos fatores, dentre os quais estão aqueles referentes à estrutura social em que está inserida e aqueles colocados pelo processo de desenvolvimento de seus membros (MIOTO, 1997). Essa discussão tornou-se necessária como subsídio e fundamentação para os próximos capítulos.

O capítulo segundo aborda a relação das famílias com as políticas sociais e enfatiza a matricialidade sociofamiliar na PNAS e a intervenção do assistente social com famílias. Apresenta-se um breve resgate histórico do desenvolvimento do trabalho social com famílias até sua centralidade estabelecida pela PNAS.

No terceiro capítulo, a partir da ótica das assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, analisam-se os determinantes do trabalho

realizado por estas profissionais e o impacto da PNAS na vida das famílias usuárias dessa política.

Ao término do trabalho encontram-se as considerações e as contribuições desta pesquisa para o desenvolvimento da prática profissional do Serviço Social, particularmente nos CRAS em Goiânia.

CAPÍTULO I

FAMÍLIA: ASPECTOS HISTÓRICOS

1.1. Configurações de família

Para apreender as políticas sociais cujo foco de ação está voltado para as famílias é necessário fazer um breve resgate histórico da instituição familiar e suas configurações na sociedade capitalista. Considera-se que as mudanças ocorridas nas últimas décadas e suas variações estão intrinsecamente associadas ao contexto social, econômico, histórico, político e cultural, lembrando que não é possível conceituar a família, mas sim descrevê-la a partir dos diferentes momentos históricos por ela vividos.

O termo “família” é uma expressão latina oriunda de *famulus* (escravo doméstico) e designava um novo organismo social que surgiu entre as tribos romanas ao introduzirem o cultivo da agricultura e a escravidão legal. Esse organismo - “família paterpotestas” - compunha-se de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher (ENGELS, 1979). Dentre os diferentes modelos de família, o autor destaca as famílias punalua, sindiâmica, poligâmica e monogâmica. A distribuição de papéis era diferenciada em cada modelo e prevalecia a autoridade máxima do homem. À mulher cabiam as atividades do lar.

É evidente, contudo, que esta instituição, fortificada no modelo nuclear burguês no âmbito da vida privada, passa “ao longo dos tempos por diversas formações e transformações, intrinsecamente conectadas entre si, e diretamente relacionadas à construção das personalidades humanas” (LIMA, 2006). Nessa perspectiva, a mulher destaca-se no enfrentamento de sua condição tradicionalmente subalterna assumindo papéis e funções até então específicas do homem. Dessa forma, a família é uma construção historicamente condicionada que está dialeticamente articulada à estrutura social na qual está inserida.

Uma das mudanças referentes às relações familiares ocorridas por ocasião da revolução burguesa, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, foi a adoção da linha fordiana de trabalho, em que as relações de parentesco ficaram à margem das relações familiares de produção. As organizações fabris foram, aos poucos, substituindo por relações impessoais os trabalhos cujos vínculos eram familiares (SIMÕES, 2009).

Desse modo, “a maioria da população, sobretudo nas famílias operárias, passou [...] a restringir os vínculos familiares aos limites do foro da vida doméstica, efetiva e de procriação, restrita à família nuclear” (SIMÕES, 2009, p. 186).

Além de produtoras de bens e serviços, as famílias passaram também a ser consumidoras. Dentre os elementos de consumo estão os serviços/cuidados com crianças e idosos, os eletrodomésticos e outros. De unidade predominantemente produtora para unidade de consumo, seu cotidiano muda significativamente a partir da difusão das primeiras ofertas de bens de consumo duráveis e de bem-estar de massa (SARACENO, 1997).

Desse modo,

as relações familiares passaram a ser adotadas como símbolos de propaganda e marketing, suscitando o intenso desejo de consumo de produtos, segundo os diversos papéis familiares de seus membros. A mulher, por exemplo, como dona de casa, avó, mãe, filha e esposa (SIMÕES, 2009, p. 187).

Portanto, a família é uma instituição social, historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual está inserida, o que pressupõe apreendê-la sob diferentes formas, lugares e épocas e contextos. As mudanças advindas com o mundo moderno trouxeram alterações ao núcleo familiar, que pulverizou-se em novos papéis e relações hierárquicas e alterou principalmente a participação da mulher no mercado de trabalho.

Embora o núcleo familiar tenha sofrido influências diversas e com isso alterado sua estrutura, percebe-se que ainda predomina a “visão [monogâmica e] idílica de um modelo de família nuclear composto de pai, mãe e filhos, como o que existia há cinquenta anos” (PEREIRA, 1995, p. 107).

Esse modelo de família teve sua origem em meados do século XVIII, no interior da burguesia européia, quando da passagem da unidade de produção para a unidade de consumo, pelo redimensionamento entre público e privado, entre o econômico e o pessoal, como se a família estivesse isolada do contexto sociopolítico e econômico, visão específica na sociedade capitalista (CARLOTO, 2005). Ele se fortaleceu no século XIX e manteve-se até meados do século XX, quando então foi alterando sua composição e se incorporaram novos arranjos. A organização familiar passou a ser heterogênea na sociedade capitalista, estabelecendo-se, desde então, a diversidade nas estruturas familiares.

A família patriarcal apresentava uma estrutura forte, centralizadora e autoritária, considerada uma instituição normatizadora, vigilante e disciplinar que, ao lado da igreja, organizava as formas de reprodução e reposição da vida social. Ela manteve-se basicamente inalterada até o século XIX (TOLEDO, 2007). Sua configuração, segundo Freyre (1977), era composta pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, e neste poderiam ser incorporados os afilhados, parentes, agregados, escravos, concubinados e bastardos, que eram abrigados na casa-grande ou senzala sob o domínio e a autoridade do “chefe da família”, o patriarca, representado pela figura masculina, o proprietário das riquezas, da terra, dos escravos, do mando político e da família.

No Brasil, este modelo só foi abalado no processo de modernização desencadeado na década de 1930 e consolidado pós 1950. Entretanto, as mudanças ocorridas não apontaram para o fim desta instituição ou para a superação do modelo nuclear burguês; sua importância como *célula mater* continuou em evidência.

As principais mudanças ocorridas em favor da mulher tiveram como marco histórico a revolução dos costumes dos anos 1960 e, sobretudo, a influência dos movimentos femininos que estimularam o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Esse período também foi responsável pela visibilidade adquirida pelo movimento feminista, pois o

movimento de minorias ganhou fôlego para além das passeatas e manifestações públicas, foi institucionalizado e teve reivindicações incorporadas nas políticas públicas, principalmente no campo da

violência, da saúde e dos direitos reprodutivos. Com o advento da pílula, a mulher conquistou o controle de sua função procriadora, bem como o direito de ter prazer (TOLEDO, 2007, p. 25).

A invenção da pílula anticoncepcional propiciou autonomia à sexualidade feminina, que deixou de ser associada à reprodução. Como argumenta Sarti (2010, p. 22), “a pílula abala o valor sagrado da maternidade e a identificação entre mulher e mãe”.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, nas universidades e nos mais diversos meios sociais, destaca Hobsbawm (2001), pode ser considerado um fenômeno novo e revolucionário que teve influência no modelo familiar burguês com a introdução do casamento pela escolha dos parceiros, com base no amor romântico e na escolha mútua. Contudo, a mulher continuava submissa ao patriarca.

Entretanto, as conquistas decorrentes da luta por sua emancipação trouxeram à mulher mais encargos. As conquistas foram importantes, porém não houve uma contrapartida de valorização da mulher no mercado e nos serviços públicos, considerando que ela passou a ter uma dupla e até tripla jornada de trabalho, com salários mais baixos e uma precária oferta de serviços públicos voltada para o atendimento às crianças – as creches (AMARAL e TOLEDO, 2001).

À mulher foram delegadas mais iniciativas e responsabilidades, bem como a participação como provedora da família. Esta situação vem “acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica” (BARROSO e BRUSCHINI, 1981, p. 40).

Dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2007 (IBGE, 2007) mostram progressivo aumento de mulheres responsáveis pelos domicílios e conseqüente participação feminina na sociedade brasileira. Eles revelam que entre os anos de 1996 e 2006 este aumento correspondeu a uma variação de 79%, enquanto no mesmo período houve um aumento de apenas 25% de homens chefes de famílias.

Dentre os fatores que influenciaram neste aumento destaca-se a maior participação feminina no mercado de trabalho e conseqüente maior contribuição para o rendimento familiar – aumento de quase cinco pontos percentuais, enquanto para os homens houve redução de aproximadamente um ponto percentual (IBGE, 2007).

Quanto aos diversos tipos de estrutura familiar, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2007), destaca-se aquela em que há a chefia feminina (29,4%), presença do marido e todos os filhos com idade de 14 anos ou acima. Há, também, aquelas famílias em que os homens migraram para outro Estado ou região em busca de trabalho ou por outros motivos.

Devem-se considerar, ainda, as mudanças nos aspectos culturais, dentre eles a valorização das mulheres por sua independência, autonomia e busca profissional. Muitas vezes morar sozinha é uma opção pessoal. Muitas têm optado por investir em sua formação educacional e profissional e, com isso, retardam o casamento ou união estável e a maternidade, o que contribui com a tendência à queda de fecundidade e aumento do envelhecimento das mulheres em todos os grupos etários, inclusive entre as adolescentes de 15 a 19 anos (MARCOS, 2010).

Esping-Andersen e Palier (2010) mostram que em diversos países europeus e da América Latina as prioridades femininas em relação à fecundidade são parecidas. Os autores distinguem três tipos de mulheres: o primeiro refere-se à mulher tradicional cujos principais objetivos permanecem sendo a maternidade e família; o segundo tipo corresponde àquela que prioriza a carreira e só visualiza uma maternidade se for possível encaixá-la no seu cotidiano; e o último representa a grande maioria que reúne mulheres que buscam conciliar a vida familiar e a continuidade da sua carreira.

A Síntese de Indicadores Sociais/2010 (IBGE, 2010) mostra que o declínio da fecundidade nas últimas décadas é tendência em vários países e no Brasil vem ocorrendo em todas as regiões e classes sociais, independente da renda. Em 2009, por exemplo, a taxa de fecundidade nacional era de 1,94 filhos. Na região Sudeste estas taxas variavam: Rio de Janeiro, 1,63 e Minas Gerais 1,67. Já no Acre, a média de fecundidade era de 1,94, enquanto no Amapá era de 2,87.

A prioridade pela escolaridade é um dos condicionantes, apontados pela Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2010), do comportamento da fecundidade feminina. Segundo o referido documento, em 2009 as mulheres com até 7 anos de estudo tinham, em média, 3,19 filhos e aquelas com 8 anos ou mais de estudo tinham 1,68. A pesquisa comparou os valores regionais e mostrou que na região Norte, onde o número de anos de estudo é menor, a fecundidade é de 3,61, enquanto na região Sudeste, onde as mulheres possuem mais anos de estudo, o percentual cai para 1,60.

Os dados fornecidos pela Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2007) mostram que as áreas urbanas² apresentam as maiores médias de anos de estudo: 7,4 anos para a população total, enquanto na área rural esta média cai para 4,5 e 4,7 anos.

Em relação ao ensino superior, as mulheres também têm se destacado e superado os homens. Os dados mostram que 57,5% das mulheres frequentavam o ensino superior no ano 2006. Porém, embora apresentem maior grau de escolaridade, elas permanecem com salários menores, estão em maior situação de vulnerabilidade e frequentemente não exercem funções compatíveis com sua formação.

Essa realidade ainda prevalece, pois, conforme dados do IBGE (2010), as mulheres ocupadas ganham em média 70,7% menos do que recebem os homens, situação que se agrava quando ambos têm 12 anos ou mais de estudo (neste caso, o rendimento delas é 58% do rendimento dos homens cujo nível de instrução é o mesmo).

Outro dado constatado é que as mulheres trabalham, em média, menos horas semanais (36,5) que os homens (43,9), mas ainda são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, dedicando em média 22 horas por semana a essas atividades contra 9,5 horas dos homens ocupados.

A independência e autonomia feminina estão dialeticamente relacionadas ao aumento da participação no mercado de trabalho, que tem se concentrado em quatro categorias ocupacionais: serviços em geral, 30,7%; trabalho agrícola, 15%; serviços administrativos, 11,8%; e comércio, 11,8%, o

² Considera-se que o processo de urbanização comporta o campo e a cidade em uma relação dialética em que um espaço só existe com relação ao outro (MACHADO, 2009).

que corresponde a aproximadamente 70% da mão de obra feminina. Esta participação varia entre as regiões brasileiras. No ano 2006 sua participação nos serviços foi maior na região Centro-Oeste, 36%, enquanto no Nordeste o trabalho agrícola consumiu 26,6% da mão de obra feminina; já na região Sudeste as atividades administrativas concentraram maior parte do trabalho feminino e no Norte o comércio foi o mais expressivo, 15,5% (IBGE, 2007).

Observa-se intensidade de inserção do trabalho feminino nas atividades educacionais, saúde e serviços sociais, sobretudo entre aquelas que possuem em média 12 anos ou mais de escolaridade (44,5%). A administração pública e outras atividades também absorvem uma grande parte da mão de obra feminina mais qualificada, 11,2% e 14,9% respectivamente. Na região Centro-Oeste, provavelmente pela proximidade da Capital Federal, há maior concentração de mulheres na administração pública, correspondente a 20% (IBGE, 2007).

Dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2010) revelam que o percentual de mulheres inseridas no mercado formal de trabalho subiu de 41,5% (em 1999) para 48,8% (em 2009). No mesmo período, o percentual de mulheres que trabalha com carteira assinada passou de 24,2% para 30,3% e a participação daquelas que trabalham sem remuneração ou para o próprio consumo teve uma redução de 18,7% para 11,6%.

As análises de Lopes e Gottschlk (1990) mostram que, comumente, as famílias chefiadas por mulheres “estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas com famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar”, chefiadas por homens, em detrimento das diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho. Corroborando com esta afirmação, Carvalho (1998. p. 86) infere que “as famílias chefiadas por mulheres predominam entre as famílias mais pobres”. Entretanto, Lopes e Gottschlk (1990) asseguram que esta probabilidade diminui à medida que os filhos crescem e ingressam-se no mercado de trabalho, seja quando ainda há na casa a presença de filhos maduros, seja quando o casal está só ou na condição de viuvez.

Nessa perspectiva, Krmpotic (2010) assinala que as mulheres assumem majoritariamente o papel de principal cuidadora, ocasionando, assim, uma

desigualdade de distribuição de cuidados entre mulheres e homens e criando uma clara desigualdade de gênero. A autora considera que as mulheres com menor grau de escolaridade, desempregadas e de condição social subalterna constituem o maior grupo; portanto, a desigualdade social constitui um segundo eixo dessa diferença no cuidado informal. Além disso, o custo assumido pelas mulheres pelo fato de cuidar é elevado em termos de saúde, qualidade de vida, oportunidades de trabalho, desenvolvimento profissional, impacto econômico, relações sociais e disponibilidade de tempo próprio.

É relevante destacar que as mudanças ocorridas nos papéis levam a mulher a assumir as despesas consigo e com os filhos, haja vista que nem sempre os cônjuges/companheiros assumem essa responsabilidade. Apesar dos dispositivos legais, muitos deles o fazem, mas o quantitativo é insuficiente ante a necessidade, o que é expresso nos baixos salários. E há casos em que a mulher precisa assumir pensão para o marido.

Para Esping-Andersen e Palier (2010) a revolução feminina apresenta sérios desafios para os modelos de proteção social pelo fato de afetar profundamente o funcionamento do que constitui um dos seus pilares fundamentais: a família. Por consequência, a política de proteção social tem de se organizar para atender essas novas necessidades.

Diante do exposto, depreende-se que não é possível falar de família sem associá-la ao importante papel da mulher em seu contexto e na transformação na história e nas sociedades. Politicamente mudanças vêm ocorrendo, como aconteceu recentemente no Brasil com a eleição da primeira mulher presidente do país, Dilma Rousseff, em 31 de outubro de 2010. A própria presidente enalteceu o sexo feminino em seu primeiro discurso ao dizer: “Hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá sobre o ombro de uma mulher” (ROUSSEFF, 2011). Ela também confiou nove mulheres ao primeiro escalão, no comando de ministérios³.

Considerando as transformações e conseqüente multiplicidade de configurações, as famílias contemporâneas não podem ser enquadradas em

³ Ressalta-se que nesse processo eleitoral duas mulheres concorreram aos votos dos brasileiros. Além de Dilma Rousseff, Marina Silva, que já foi senadora pelo Estado do Acre durante dezesseis anos.

um ou outro modelo. É necessário considerar suas singularidades e particularidades, conforme será destacado no próximo item.

1.2. As configurações da família na sociedade capitalista moderna

A mobilidade na configuração familiar presente a partir do final dos anos 1970 e as várias mudanças ocorridas no plano socioeconômico, político e cultural são expressões do ideário neoliberal pautadas no processo de globalização da economia capitalista, que vem requerer novos arranjos familiares no sentido de atender suas necessidades (PEREIRA, 2008).

As transformações no modo de produção e relações de trabalho alteraram significadamente a organização e relação das famílias e provocaram, conseqüentemente, mudanças no cenário produtivo e econômico e concomitantemente têm colaborado para que novos serviços e produtos sejam criados para atender às novas exigências (SARACENO, 1997).

Na esteira deste pensamento, Bruschini (2000) considera que, ao se tornar unidade de consumo, a família não só produz o que seu grupo precisa para sobreviver, mas passa a comprar no mercado aquilo que é necessário para cada um dos seus membros.

Não obstante, conforme assinala Campos (2010), houve também mudanças relacionadas aos hábitos alimentares, higiênicos, culturais e de conhecimentos científicos que paralelamente contribuíram para novas exigências de produção e mercado consumidor.

Compreende-se que família e trabalho não podem ser entendidos como unidades distintas e separadas, e sim de forma mútua e dialética (CAMPOS, 2010). Na sociedade capitalista, um está intrinsecamente ligado ao outro, pois a reprodução da mão de obra na família é necessária ao mercado e o trabalho é necessário ao sustento material familiar.

Como assinala Bento (2003), há um processo cíclico de produção e

reprodução material que envolve as famílias, ou seja, neste meio de produção

a família deixa de ser uma unidade produtiva e o lócus da reprodução econômica, substituída pelo mercado, no qual atuam indivíduos [...]. Na sociedade burguesa, cumpre-lhe desempenhar, a partir desse momento, tão só a função de criação, sustento e educação dos filhos até que eles estejam em condições de, enquanto indivíduos, proverem o próprio sustento ingressando na esfera econômica e formando cada qual sua própria família (BENTO, 2003, p.157-158).

Percebe-se, com isso, que as condições da ordem capitalista têm contribuído na construção de novas feições aos núcleos familiares.

Arrigada (2002) revela que o processo de modernização e seus efeitos também são observados em outros países latino-americanos. Destacam-se as mudanças: nos processos produtivos, sobretudo com o crescimento econômico gerado pela industrialização; na composição demográfica, expressa pelo aumento da expectativa de vida e diminuição da natalidade, o que reduz o tamanho das famílias; nas novas formas de consumo e trabalho que contribuem para o aumento do acesso das famílias ao consumo de bens e serviços, e na alteração das modalidades de trabalho com o incremento dos setores industrial e terciário da economia, do trabalho remunerado feminino e do trabalho informal e sua instabilidade.

Os exemplos acima demonstram fatores relevantes para a apreensão das modificações ocorridas no âmbito familiar e, conseqüentemente, sua configuração atual. Assim, a família não deve ser entendida somente como uma casa onde residem pai, mãe e filhos, e sim no bojo das transformações sociais, nas quais surgem novas estruturas e concepções que devem ser consideradas.

Na esteira desse pensamento, Miotto (1997, p. 120) afirma que “não é possível falar de *família*, mas sim de *famílias*. O uso do plural se faz [necessário] no sentido de abarcar, dentro da concepção família, a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira”, e que se apresenta mais evidente a partir dos anos 1990. Dentre a diversidade citada por Miotto (1997), pode-se considerar a caracterização de Kaslov (apud SZYMANSKI, 2002, p. 10), que bem expressa os diferentes arranjos familiares:

1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos; 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; 3) famílias adotivas temporárias [...]; 4) famílias adotivas, que podem ser biraciais ou multiculturais; 5) casais; 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; 7) casais homossexuais com ou sem crianças; 8) famílias reconstituídas depois do divórcio; 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Desde os anos 1990, “as famílias tornaram-se mais efêmeras e heterogêneas” (PEREIRA, 2008, p. 39) e vêm assumindo uma variedade de formas e arranjos e isso contribuiu para a exigência de mudanças conceituais e jurídicas.

A Carta Magna (BRASIL, 1988) em seu Capítulo VII, Art. 226, ao tratar sobre a família, estabelece que:

Art. 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado [...].

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes;

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

A mulher e o homem são assumidos, constitucionalmente, como iguais no que se refere a direitos e deveres em relação à família. Quanto à mulher, nota-se que houve um avanço quando a Constituição (BRASIL, 1988), ao conceituar família, estabelece igualdade conjugal.

A Lei nº 9.278/1996 (BRASIL, 1996), que regulamenta o § 3º do Art. 226 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), reconhece e reafirma a organização familiar e a igualdade homem – mulher em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família;

Art. 2º São direitos e deveres iguais dos conviventes:

I – respeito e consideração mútuos;

II – assistência moral e material recíproca;

III – guarda, sustento e educação dos filhos comuns (BRASIL, 1988).

Na regulamentação do Art. 226 (BRASIL, 1988), a mulher e o homem também são considerados iguais em direitos e deveres, o que concorre para que não haja discriminação em relação à mulher nas relações matrimoniais.

Além dos direitos constitucionais, há de se registrar outras conquistas históricas que, de certa forma, contribuíram nas transformações familiares: proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre; extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas; redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança; Lei Maria da Penha; ampliação da licença-maternidade; criação da licença-paternidade e extensão do direito de creche para os filhos de trabalhadores de ambos os sexos.

Neste cenário, destaca-se um novo padrão demográfico prevalece na realidade brasileira. A Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2008) mostra uma análise das condições de vida da população: no ano 2007, entre os arranjos familiares de pessoas com parentesco, 48,9% correspondia ao de casal com filhos, contra 56,6% em 1997 devido, sobretudo, à queda da fecundidade.

No ano 2007 o Brasil tinha 6,7 milhões de pessoas morando sozinhas e 40,8% delas eram idosas. Houve crescimento de 8,3% para 11,1%, tendência verificada desde 1997, e tem como causa a redução das taxas de mortalidade e do aumento da expectativa de vida, sobretudo das mulheres.

O percentual de adolescentes/mães com idade entre 15 e 17 anos é de 6,4%. A proporção de mulheres em idade reprodutiva, 15 a 49 anos, com filhos manteve-se em torno dos 60% entre os anos 1997 e 2007. Entretanto, o percentual de mulheres com apenas um filho subiu de 25,8% para 30,7%, no mesmo período.

Em função da queda da fecundidade - decréscimo de 1,99 em 2006 para 1,95 em 2007, sendo a média de 2,1 filhos por mulher - houve redução no tamanho das famílias. O número aproximado de moradores por domicílio, que em 1997 era 3,8 e em 2002, 3,6, caiu para 3,4 pessoas em 2007.

Houve, também, um crescimento da população de idosos que superou o dobro do crescimento total da população. Dos quase 20 milhões de pessoas

com 60 anos ou mais (10,5% do total da população), 16,5 milhões viviam em área urbana e 3,4 milhões em área rural.

Dessas constatações advem outra: a dinâmica relacional estabelecida em cada família não é dada, mas construída a partir de sua história e de negociações cotidianas que ocorrem internamente entre seus membros e externamente, com o meio social mais amplo (MIOTO, 1997).

Na esteira deste pensamento, Simões (2009) defende que

as transformações [nas relações familiares] ocorreram, também, nos valores e representações simbólicas, com o aumento da tolerância da sociedade, com as uniões informais, os filhos nascidos fora do casamento, a relativa aceitação moral do divórcio, maior flexibilidade dos papéis dos membros da família, [...] proteção contra a violência doméstica (Lei Maria da Penha), novos valores na criação dos filhos, a consciência da identidade específica das crianças, adolescentes e idosos e a flexibilização da autoridade do antigo chefe da família. Desenvolveram-se novas referências para a institucionalização das relações familiares, face à desagregação da estrutura familiar tradicional, sobretudo nas famílias em situação de maior vulnerabilidade social (SIMÕES, 2009, p. 187).

Nesse sentido, é imperativo considerar que um determinado modelo de desenvolvimento econômico da sociedade intervem na forma de ser da família,

uma vez que [ele] se insere nas relações de mercado, acesso às políticas públicas, à informação, ao consumo, à ação da mídia, ocupando papéis diferenciados: mãe, pai, filhos, além da divisão homens, mulheres, adultos e crianças. Advêm desse processo novos desenhos, onde as relações de parentesco não são definidas apenas pelos laços de consanguinidade, mas também pelos papéis que são desempenhados nas diversas composições. (PARO e MACHADO, 2008, p. 3).

Embora a família demonstre contornos indefinidos, ela continua sendo muito importante para 69% de brasileiros, conforme pesquisa realizada pelo Datafolha (2008). Este dado mostra que as mudanças na estrutura e funcionamento da família não afetam o sentimento e/ou papel que ela desempenha na sociedade. Isso pode sugerir certo alheamento ou uma representação social subjetivada de um ideal burguês (sacralidade da família).

Depreende-se, portanto, que a família nuclear existente no início do século XX não é a que predomina, mas ainda é a idealizada por parte da sociedade. Destaca-se o exemplo da chefia masculina, que embora tenha sido dividida constitucionalmente com a mulher, é ainda “conferida moralmente ao homem, pois implica uma posição de hierarquia e poder bastante privilegiada num modelo que ainda sobrevive, embora recaiam sobre a mulher as responsabilidades de chefia” (TOLEDO, 2007, p. 27).

Nessa direção, observa-se o caráter contraditório da família, visto que não se pode imaginá-la como uma “ilha de virtudes e consensos” (PEREIRA, 1995, p. 36) pois, como toda instituição social, deve ser encarada como unidade simultaneamente forte e frágil:

forte, porque ela é de fato um *locus* privilegiado de solidariedades, é nela que se dá, via de regra, a reprodução humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos que perdurarão pela vida inteira das pessoas [...]. Frágil, pelo fato de não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas (PEREIRA, 1995, p. 36).

Bruschini (2000) corrobora esta avaliação ao mencionar que na família não há uma completa harmonia e unidade interna, pois estão presentes em seu contexto lutas pela individualização de seus membros e estes entram em conflito com os esforços do grupo em busca da manutenção da unidade.

Mioto (2000, p. 219) assinala que o “terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, o da contradição”, ou seja, a família

é um grupo de pessoas, cada qual com seus valores específicos, de acordo com sua história de vida, mas ao mesmo tempo apresenta um comportamento social que o identifica como *família*. Há, portanto, certos elementos característicos que descrevem uma organização familiar, isto é, relações econômicas, afetivas, culturais, religiosas, territoriais, entre outras (PARO, et al. 2001, p. 56-57 grifo das autoras).

A família condensa uma história, uma linguagem e códigos morais

próprios e, a partir deles e de sua condição social, organiza formas de inserção na sociedade e de socialização de seus membros (GUEIROS, 2002).

Se por um lado a família é o espaço privado, por outro, com o processo de industrialização e urbanização, aspectos da vida privada tornaram-se públicos, como: educação, saúde, segurança e mesmo o “bem-estar” e a qualidade de vida. Assim, o que antes era “coisa de família” passa a requerer responsabilidade e enfrentamento por parte do Estado e dos movimentos sociais e incorpora o rol das manifestações da questão social⁴ decorrentes do modo de produção capitalista. No âmbito do Estado, os principais instrumentos de intervenção são as políticas públicas e sociais. A família está, portanto, inserida dialeticamente na linha tênue entre o público e o privado.

A cada dia a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social e a partir deste marco o debate sobre a família brasileira tem sido reavivado em diversas áreas do conhecimento e mais timidamente no Serviço Social.

De acordo com Mito (2010), a secundarização do tema no campo do Serviço Social brasileiro pode ser devido às novas exigências teórico-metodológicas impostas à profissão, que visam a consolidação da teoria social crítica como fundamento norteador de sua prática. Este pode ser um dos desafios postos à profissão nos dias de hoje: apreender e produzir estudos sobre família numa perspectiva de totalidade, ou seja, nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; romper com o paradigma da “família nuclear ideal”, ainda bastante presente no senso comum e no imaginário de grande parte das pessoas, e aceitar que a instituição família tem vivido, historicamente, mudanças em sua estrutura e organização.

Conhecer a família em suas particularidades e condições históricas objetivas e subjetivas, ou seja, suas condições de vida e trabalho, é necessário para problematizar as responsabilidades que lhes são atribuídas. A

⁴ “Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção cada vez mais coletiva, o trabalho torna mais amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2008b, p. 27).

intervenção do assistente social para com as famílias visando a mobilização de recursos da esfera pública para maior implementação de políticas de caráter universalista é a temática abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

FAMÍLIA, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

2.1. Família e Política Social

Família é um tema constantemente discutido no Serviço Social, sobretudo por sua centralidade⁵ na política de assistência social. Assim, essa discussão assume maior relevância nas últimas décadas, tornando-se objeto de estudo de muitos profissionais e compondo diversas produções.

No que se tem discutido no âmbito do Serviço Social brasileiro acerca da política social, a temática família vem ganhando maior visibilidade e ocupando espaço nas discussões e debates, sobretudo após o reconhecimento de sua centralidade na Política Nacional de Assistência Social/PNAS (BRASIL, 2004a). A partir disso a intervenção de assistentes sociais veio assegurar a visibilidade e centralidade da família, até então um “foco invisível”. Reconhece-se que, embora a atuação dos assistentes sociais com famílias esteja intrinsecamente ligada à gênese do Serviço Social, os debates e publicações sobre essa temática ainda são tímidos e requerem maior aprofundamento.

Nos últimos eventos promovidos nacionalmente pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO), dentre os

⁵ Alencar (2010, p. 142) considera que “ter a família como referência central no âmbito da proteção social pode ser estratégico em um contexto histórico regressivo, que beira à barbárie, assume um papel decisivo nos esquemas de proteção social, assumindo ainda maior importância como fonte de suporte material e afetivo para os seus membros. Essa centralidade não pode significar transferência de responsabilidades e nem a possibilidade de despolitização de dimensões significativas da vida social, com a privatização do atendimento das necessidades sociais por meio da sua transformação em verdadeiros ‘dramas da vida privada’”.

trabalhos apresentados em comunicações orais e pôsteres, houve nas diversas categorias sessões temáticas específicas para discutir família.

Esses dados revelam que o debate sobre família e políticas sociais vem sendo efetuado em um contexto onde a família é redescoberta como instância de proteção, despertando a possibilidade de uma maior sociabilidade. Assim, observa Mioto (2010, p. 131), no contexto em que é efetuado o debate sobre família e políticas sociais, aparecem diferentes perspectivas que se colocam e re-colocam fazendo surgir novas formas de “propor e executar políticas sociais, de planejar e gerir serviços”.

Historicamente sempre coube à família a responsabilidade pela proteção e socialização primária de seus membros. O Estado está associado à tradição de exercer papel importante com as famílias a partir do surgimento de elementos da política social, sobretudo a aplicação da Lei dos Pobres na Inglaterra⁶ e em outros países (CAMPOS, 2004).

No entanto, ao final do século XIX, no contexto de afirmação da sociedade industrial capitalista na Inglaterra, o *welfare state*⁷ consolidou-se no período pós-guerra, em 1945 com a adesão de outros países da Europa, como um sistema de proteção social mais amplo. O Estado passa a assumir o bem-estar da sociedade partilhando com as famílias as questões relacionadas à infância, maternidade, terceira idade e doença e ampliando, gradativamente, o atendimento às necessidades sociais básicas da população (SANTOS et al. 2008; VIANA, 2003).

Mediante a intervenção do Estado foram promovidas mudanças significativas nas práticas de proteção social. Esta intervenção representou um instrumento de democratização da relação Estado e sociedade. Em sua origem

⁶ A Lei dos Pobres (Poor Law), instituída na Inglaterra em 1597, declarava indigentes as pessoas que eram atendidas pelo sistema modalidades de assistência pública, retirando-lhes o direito de cidadania. A pobreza era considerada problema individual, um desvio de caráter; assim, os pobres eram confinados em casas de correção (FALEIROS, 1980).

⁷ Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo. Muitos países se autoproclamaram *welfare states*, não tanto por designarem desse modo as suas políticas sociais, quanto por promoverem uma integração social nacional. Ele expressa uma das marcas da "era dourada" de prosperidade do pós-guerra. Significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política, um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania. Moralmente, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo (ESPING-ANDERSEN, 1995).

e desenvolvimento, pode-se afirmar que o Estado de Bem-Estar, ao criar um padrão de organização sociopolítica até então inexistente, distancia-se das leis primitivas contra a pobreza, como a Lei dos Pobres, assume a responsabilidade pela proteção dos cidadãos.

Com a crise econômica mundial dos anos 1970, a família vem sendo redescoberta como agente privado de proteção social (PEREIRA, 2008). Promoveram-se diversas medidas de apoio familiar sob formas de “benefícios”, serviços, programas, dentre outros. Para Alencar (2008, p. 63), “a proteção à família se tornou uma estratégia a ser considerada pela política de assistência social, enquanto alvo privilegiado dos programas sociais”.

Pereira (2008, p. 36) afirma que

a família vem sendo pensada pelos mentores das políticas públicas contemporâneas como um dos recursos privilegiados, apesar da sua pouca visibilidade como tal. Ela é considerada a célula *mater* da sociedade, e ganhou relevância atual justamente pelo seu caráter informal, livre de burocracia.

Na atual conjuntura brasileira, marcada pela precarização do trabalho e dificuldade de ingresso no mercado formal, a família vem se tornando, talvez, a única possibilidade real de os indivíduos proverem suas necessidades, sobretudo diante da inoperância ou ausência de mecanismos de proteção social que considerem os efeitos sociais originados pela precarização do trabalho (ALENCAR, 2008).

Assim, é preciso considerar que

no quadro de crise econômica e da evidente retração do Estado da esfera social, ressurgem os discursos e as práticas de revalorização da família que, fundamentados numa concepção ideológica de cunho conservador, promovem e disseminam a proposição de que a família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos (ALENCAR, 2008, p. 63).

Essa autora destaca que na sociedade brasileira atual refunda-se a tendência, historicamente predominante, de resolver na esfera privada

questões de ordem pública. Sendo assim, os indivíduos buscam em suas famílias recursos para superar as circunstâncias adversas.

Na esteira deste pensamento, as distintas modalidades de proteção social podem ser classificadas em duas esferas, a de âmbito privado e a de âmbito público:

âmbito privado inclui o privado mercantil que se refere à proteção social exercida pelo mercado através, especialmente, da compra de serviços e o privado não-mercantil diz respeito à proteção social desenvolvida no âmbito de instituições tradicionais, como família, igreja e entidades filantrópicas. No âmbito público a proteção social operacionaliza-se através do Estado, que tem a função legal de garantir o bem-estar coletivo, através da concretização de políticas sociais, que implicam a articulação de uma complexa rede de recursos institucionais, políticos e econômicos. Ou seja, a proteção social exercida através do Estado é assumida como função do poder público e representa a existência de um conjunto de garantias, mais ou menos extensas, através da intervenção política e administrativa (DI GIOVANNI, 1998, p. 12, apud MIOTO, 2010, p. 134 -135).

Nesta perspectiva, Miotto (2010) destaca que nas sociedades onde existiu o Estado de Bem-Estar Social a proteção social exercida pelo Estado desenvolveu-se de diferentes formas em diversos países; contudo, na maioria deles a família nunca deixou de ter papel relevante na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social. Esping-Andersen (1991) reflete que a estruturação dos sistemas de proteção social ocorre a partir das diferenciações que existem em relação à desmercadorização, aos padrões de estratificação causados pelas políticas sociais e pela maneira que se entrelaçam a família e o papel do mercado com as atividades desenvolvidas pelo Estado.

Nesse prisma, Esping-Andersen (1991), ao analisar os sistemas de proteção social, trabalha com dois conceitos: o de desfamíliação e o de familismo. Para o autor, a desfamíliação refere-se à redução das dependências familiares em relação à proteção e ao bem-estar, e o familismo é um sistema em que a família é a principal responsável pelo bem-estar de seus membros.

Assim, Esping-Andersen (2000, p. 94) esclarece que

desfamiliarizar não significa opor-se à família; ao contrário, o termo desfamiliarização pretende descrever em que medida as responsabilidades de atenção, cura e bem-estar das famílias foram reduzidas. [...] Um sistema é familista, não se é a favor da família, mas se a sua política pública assume (e age para) que qualquer núcleo familiar seja o primeiro responsável pelo bem-estar dos seus membros.

Na corrente deste pensamento, Campos e Mito (2003) mostram que o sistema da desfamiliarização está mais presentes nos Estados da social-democracia (exemplo, os países escandinavos). Já nos países onde predominam os Estados de Bem-Estar (países da Europa do Sul), há uma forte e marcante presença da parceria entre família e Estado. Para as autoras, o sistema que predomina no Brasil é o familista, considerando o contexto da sua formação sócio-histórica e do desenvolvimento dos sistemas de proteção social.

Diante da ausência de políticas públicas eficazes, a família é convidada a tornar-se parceira do Estado para cumprir seu papel no âmbito da reprodução social, considerando, de acordo com Pereira (2008, p. 36), que na família “há, preponderantemente, o desejo espontâneo de cuidar e a predisposição para proteger, educar e até para fazer sacrifícios”. Para a autora (2008), esta disponibilidade familiar é extremamente favorável ao esquema de bem-estar que valoriza as ações de boa vontade e o engajamento altruísta.

Assim, o Estado busca na família uma aliada fundamental para tornar-se sua parceira e torna-se “cada vez mais intrusivo, cada vez mais regulador da vida privada” (MIOTO, 2008, p. 48). Nesta perspectiva, a família torna-se elemento central da intervenção das políticas de assistência social e ressurgem

os discursos e as práticas de revalorização da família que, fundamentados numa concepção ideológica de cunho conservador, promovem e disseminam a proposição de que a família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos (ALENCAR, 2008, p. 63)

Com base na discussão efetuada, é necessário assinalar que, antes de atribuir à família a responsabilidade para com seus membros, é preciso apreender as novas manifestações da questão social, em especial no mundo do trabalho, considerando as transformações que vêm afetando, nos últimos anos, a organização e dinâmica familiar. A diversidade e também a precarização nas condições de trabalho provocam a desregulamentação e a perda de muitos dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, situação que afeta diretamente as famílias.

Dessa forma, Mito (2004b) explica que a centralidade da família que visa à superação da focalização, prevista na política de assistência social, deve ser desenvolvida universalmente e funcionar articulada com outras políticas (saúde, educação, habitação, trabalho). Evitaria-se, assim, a fragmentação das ações e permaneceriam o acesso e a qualidade dos serviços prestados para todas as famílias.

No próximo item será tratada a matricialidade da família na PNAS no Brasil, definida “como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2009, p. 12). Somente com a promulgação da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e da homologação da LOAS, a matricialidade da família ganhou destaque na Política de Assistência Social, conforme será visto.

2.2. A matricialidade sociofamiliar na Política Nacional de Assistência Social

Para analisar a matricialidade sociofamiliar na PNAS (BRASIL, 2004) faz-se necessário contextualizar os avanços e conquistas desta política no cenário brasileiro. Sabe-se que a assistência social no Brasil até meados dos anos de 1980 era tratada e considerada como benesse, clientelismo e populismo. Seus valores e interesses eram voltados para ações de cunho moral, sentimento de comiseração e/ou vocação religiosa, predomínio do que hoje é denominado assistencialismo.

A assistência social foi garantida como política pública, “dever do Estado e direito do cidadão” na Constituição Federal de 1988 que afirma:

Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, art. 203).

A partir deste marco, esta política passou a integrar juntamente com a Saúde e a Previdência o tripé da Seguridade Social (BRASIL, 1988, art. 194) e sua regulamentação ocorreu por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993b).

Outro avanço relacionado à assistência social que merece destaque foi a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 1999), na qual a família ganhou relevância com a “centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 1999, p. 66).

Na PNAS (1999) a assistência social não era direcionada a qualquer família, mas sim às que se encontravam em situação de vulnerabilidade, assim compreendidas:

famílias pertencentes a formas fragilizadas de sociabilidade familiar, comunitária e societária, ou seja, os segmentos excluídos, involuntariamente, das políticas sociais básicas e das oportunidades de acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade (BRASIL, 1999, p. 67).

Posteriormente, na segunda PNAS⁸ (2004), que obedeceu a uma

⁸ A PNAS de 2004 foi aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e publicada no DOU de 28 de outubro de 2004.

deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, a família teve destaque em todo o texto. A matricialidade sociofamiliar foi configurada como um dos eixos estruturantes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e concomitantemente passou a ser referência para diferenciar as modalidades de proteção social. Esta política confirmou a “centralidade da família” contida na PNAS anterior, mas agora não como princípio e sim como diretriz e também manteve os princípios contidos na LOAS. “Desta forma, não é mais possível falar da Política de Assistência Social sem fazer referência à família”, assinala Miotto (2007, p. 204).

A referida política reafirma em seu texto a necessidade de articulação com as demais políticas públicas e que estas ações devem buscar o enfrentamento das expressões da questão social. Para tanto, apresenta os seguintes objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004a, p. 27).

É relevante destacar que a PNAS foi denominada política de proteção; dessa forma, a assistência social deve prover a proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face às situações de vulnerabilidade. Nesta perspectiva, esta política, como ação protetora, deve garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência, de segurança e de acolhida (BRASIL, 2004a).

A segurança de sobrevivência consiste em o governo garantir àquelas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade (idosos, pessoas com deficiência, desempregados, famílias numerosas) um valor monetário mínimo capaz de assegurar sua sobrevivência, por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos Benefícios Eventuais (em fase de regulamentação).

A segurança de acolhida tem o objetivo de prover as necessidades humanas referente aos direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo. Destina-se aos demandantes especiais da assistência social: pessoas em situação de abandono, violência familiar ou social, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas, entre outras.

A segurança de convívio tem a finalidade de contribuir na construção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Além de efetivar a assistência social como política pública, o SUAS introduz nova organização da atenção pública e redefine os serviços socioassistenciais de modo hierarquizado de proteção social básica⁹ e especial; traduz e especifica serviços socioassistenciais; define serviços básicos de pequena, média e baixa complexidade; elege como unidade de intervenção a centralidade na família objetivando romper com as tradicionais segmentações de seu público alvo: crianças, adolescentes, mulheres, idosos e outras; elege o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como unidade que desempenha as funções de gestão da proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social e executa obrigatoriamente o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)¹⁰; elege o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) como serviço de proteção especial de média complexidade junto às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (BRASIL, 2004a).

Nesta perspectiva, constitui o público usuário da PNAS os

⁹ “A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social [...]. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme situação de vulnerabilidade apresentada” (BRASIL, 2004a, p. 33-34).

¹⁰ “O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção se vinculam. Ele confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS” (BRASIL, 2009, p. 31). Este serviço teve como antecedentes o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF) e o Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF). No ano 2004 passou à denominação Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e incorporou a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social. Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Programa de Atenção Integral à Família passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, preservando a sigla PAIF. Esta mudança de nomenclatura enfatiza o conceito de ação continuada estabelecida em 2004, bem como corresponde ao previsto no Art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, s/d).

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004a, p. 33).

A PNAS defende que deve ser exigida da proteção social maior capacidade de aproximação do cotidiano da vida das pessoas em suas diferentes manifestações, pois reconhece que é nele que os riscos e vulnerabilidades se constituem. Dessa forma, reconhece as novas feições da família e que estas estão associadas, também, às transformações econômicas e sociais, bem como aos avanços tecnológicos.

Assim, a matricialidade sociofamiliar prioriza o atendimento centralizado na família, ao invés do atendimento centrado no indivíduo, pois acredita que esta é o espaço de mediação entre sujeitos e sociedade (COUTO, 2010).

Essa centralidade deve-se ao reconhecimento, pela política de assistência social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos (BRASIL, 2009, p. 14).

Nos últimos anos, as relações entre família e Estado têm sido objeto de estudo de especialistas em diferentes áreas do conhecimento¹¹. Este interesse é decorrente da centralidade que o tema tem assumido no contexto das sociedades complexas, nas quais os deslocamentos dos limites entre o público e o privado têm se evidenciado permanentemente (MIOTO, 2008).

Embora haja o reconhecimento da relevância da família na vida social, Miotto (2004b) chama a atenção para o fato de que tal proteção tem estimulado

¹¹ No âmbito do Serviço Social merecem destaque: Alencar (2008); Campos e Miotto (2003); Miotto (2004, 2007, 2008, 2009a, 2009b, 2009c, 2010); Pereira (2008).

produções e debates sobre o assunto à medida que a realidade tem mostrado cada vez mais a precariedade e a desproteção.

A proteção à família tornou-se uma estratégia metodológica a ser considerada pela política de assistência social como alvo privilegiado dos programas sociais. Em um contexto marcado pelo aumento do desemprego e pela negação do acesso à cidadania, a família vem se tornando a real possibilidade para os indivíduos proverem suas necessidades, principalmente diante da inoperância ou ausência de mecanismos de proteção social que levem em consideração os efeitos sociais recentes dos problemas originados pela precarização do trabalho (ALENCAR, 2008). Diante dessa inoperância, a família tem como opção buscar a provisão de suas necessidades no âmbito privado: saúde, educação e outros.

É necessário considerar que as condições sociais e econômicas do Brasil na atualidade refundam a tendência, historicamente predominante, de resolver na esfera privada questões de ordem pública. É associado à família o desejo espontâneo de cuidar, proteger, educar e até fazer sacrifícios.

Carvalho (2006, p. 19) salienta que “a revalorização da família não pode significar um recuo da proteção social destinada pelo Estado [...]. Esta solidariedade familiar, no entanto, só pode ser reivindicada se se entender que a família, ela própria, carece de proteção para processar proteção”.

De acordo com Alencar (2010),

em um cenário de desemprego, emprego precário, baixos salários sem cobertura social, condição que compromete a sobrevivência material atingindo a plenitude de cidadania, dado que representa a restrição de um direito, o cuidado com a família por meio de políticas sociais, sob a responsabilidade do Estado, continua sendo a única saída (ALENCAR, 2010, p. 143).

Entretanto, muito ainda há de fazer para que todos tenham acesso à cobertura do Estado assegurada na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e aos serviços recomendados pela PNAS. Desse modo,

o reforço da abordagem familiar no contexto das políticas sociais, tendência que se observa não apenas na assistência social, requer [...] cuidados redobrados para que não se produzam regressões

conservadoras no trato com as famílias, nem se ampliem ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que deve assumir, especialmente no caso das famílias pobres (RAICHELIS, 2008, p. 59).

Essa abordagem possibilita acesso aos programas e serviços sociais de forma abrangente a maior número de usuários e que estes sejam atendidos nas dificuldades do grupo social, e não separadamente de cada indivíduo. Na família não existe o desemprego e a doença como categorias abstratas, mas existem os desempregos, os doentes e todas as implicações de caráter social, psíquico, cultural, político, ético que estas situações ocasionam.

Essa realidade fica mais evidente num contexto que minimiza a responsabilidade do Estado nos esquemas de proteção social. Assim, ao mesmo tempo em que se aponta a centralidade da família, ocorre o esvaziamento de políticas setoriais importantes, dentre elas destacam-se a saúde e educação e predominam as políticas assistenciais residuais e focalizadas nos setores mais pobres (ALENCAR, 2010).

Neste sentido, Mito depreende que

pensar a centralidade da família na política de Assistência Social, visando a superação da focalização em segmentos ou situações de risco, requer o conhecimento de diferentes perspectivas analíticas sobre o lugar que a família pode ocupar no âmbito das políticas sociais. É das diferentes perspectivas que nascem diferentes formas de propor e executar políticas sociais, de planejar e gerir serviços. Requer, ainda, o debate sobre os desafios que a família, como destinatária de políticas sociais, impõe-nos, considerando a sua própria complexidade e a contraditoriedade inerente às suas relações internas e às outras esferas da sociedade, assim como a gestão da própria política (MIOTO, 2004b, p. 134).

Neste contexto, considera-se que os avanços ocorridos na trajetória da assistência social¹² resultaram na efetivação desta política como pública, de dimensão universal, tornando-se um relevante campo de trabalho para os

¹² Marcos da Assistência Social no Brasil: 1988 - Constituição Federal, que reconhece a assistência social como dever de Estado no campo da Seguridade Social e não mais política complementar à Previdência; 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 8.742/93; 1994 - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); 1995 - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e I Conferência Nacional de Assistência Social no Brasil; 1997 - Norma Operacional Básica (NOB) é editada e, no ano seguinte, uma nova edição da NOB diferencia serviços, programas e projetos. As atribuições dos Conselhos de Assistência Social são ampliadas e criam-se as Comissões Intergestoras Bipartite e Tripartite, que reúnem representações municipais, estaduais e federais de assistência social; 2004 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em outubro é editada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) por intermédio da Resolução nº. 145; 2005 - O SUAS é aprovado pela Resolução nº. 130; 2006 - Aprovação da proposta para a NOB-RH/SUAS; 2007 - o Plano Decenal de Assistência Social é validado na VI Conferência Nacional de Assistência Social.

assistentes sociais.

Para apreender a realidade familiar e sua relação com as políticas públicas, faz-se necessário trazer algumas considerações acerca da atuação profissional do assistente social junto à família, considerando que ela está presente no Serviço Social em toda sua trajetória e recentemente tem sido alvo de discussões desde sua incorporação no âmbito das políticas sociais, particularmente da PNAS, tema que será abordado a seguir.

2.3. A intervenção do assistente social na área da família e na política de assistência social

A família vem sendo redescoberta, nos últimos anos, como um importante agente privado de proteção social e seu estudo é um relevante objeto de interesse acadêmico-científico. No Serviço Social esta redescoberta tem estimulado os assistentes sociais a aprofundar seus conhecimentos a respeito, embora as referências da área, conforme visto, ainda sejam poucas.

Essa temática está presente em diferentes áreas do conhecimento, dentre elas psicologia, antropologia e educação. No Serviço Social o trabalho com família está arraigado à profissão, pois os assistentes sociais são “profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica; ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena” (NEDER, apud MIOTO, 2004a).

Esta intervenção iniciou-se de forma conservadora¹³, na perspectiva

¹³ O conservadorismo é um sistema de idéias do século XIX que ganha força no pensamento contemporâneo, em oposição ao racionalismo e o individualismo que apostam na autonomia do indivíduo e no progresso social e moral. Desse modo, com um olhar sempre no passado, a sociedade medieval torna-se, para essa ideologia, fonte de inspiração e modelo. Daí a valorização dos seguintes elementos: status, hierarquia, tradição, autoridade, corporativismo, ritualismo, simbologismo religioso e de pequenos grupos, como a família, a vizinhança, a comunidade, dentre outros (BRITES e SALES, 2007, p. 25).

tradicional¹⁴ da profissão. Desde seu surgimento no Brasil, o Serviço Social atuava junto às famílias em busca de meios para amenizar e/ou minimizar as expressões da questão social, evidenciadas e denunciadas pelos primeiros movimentos operários a partir de 1917 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008a).

Em seu início, a profissão teve influência da Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino, filósofo do séc. XII retomado no século XX pelo neotomismo, fundamentos da atuação nas primeiras instituições assistenciais da época¹⁵. Estas instituições destinavam-se a um atendimento paternalista, assistencialista, preocupado em minimizar as expressões da questão social, contudo sem o intuito de erradicá-las.

O ideário católico associado ao pensamento conservador que predominava no Serviço Social europeu foi referência para o Serviço Social brasileiro na “dimensão do controle, da repressão e do ajustamento aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa constituída” (MARTINELLI, 1997, p. 116-117). Esta prática profissional estava presente no cotidiano do assistente social, “ora de forma mais clara, ora mais veladamente, porém sempre determinando os rumos da ação profissional” (Id., 1997, p. 116-117). Segundo a autora, a preocupação do assistente social era manter o equilíbrio do todo social, controlar os conflitos sociais, humanizar as relações sociais e frear as diversas manifestações do proletariado que lutava por melhores condições de vida, trabalho, salário e legislação trabalhista.

Tal propósito fortalecia o projeto burguês de sociedade em que

a identidade atribuída ao Serviço Social [...] era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo

¹⁴ Netto alerta para a distinção entre Serviço Social tradicional do Serviço Social clássico. Para ele, por “Serviço Social Tradicional deve entender-se a prática empiricista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente, há um nexos essencial entre ambos: parametra-os uma ética liberal-burguesa e sua teleologia consiste na correção – numa ótica claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis”. Já o Serviço Social clássico, esclarece o autor, constitui-se nas fontes da profissão e era realizado pelos pioneiros; como exemplo, cita Mary Richmond (NETTO, 1981, p. 59 - 60).

¹⁵ Entre as primeiras instituições assistenciais da época destacam-se: Associação das Senhoras Brasileiras, criada em 1920, no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em 1923 em São Paulo. Somente na década de 1940 surgem instituições desvinculadas da igreja, como a LBA, SESC, SESI e outras (Iamamoto e Carvalho, 2008a).

de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital (Id., 1997 p. 124).

Segundo Verdès-Leorux (1978, p. 48) a “especificidade dos valores e das práticas das assistentes [sociais] decorre [...] do ‘prazer’ de servir, a seriedade, a ‘modéstia’, como se fossem atributos da feminilidade”.

O surgimento do Serviço Social no Brasil está associado a uma dimensão eminentemente prática, com o intuito de agir, como se à dimensão teórica não coubesse construir. Seu objetivo era “reajustar”, sem questionar a ordem vigente e tampouco criticar a história, a vida e o cotidiano como um processo histórico (BERGER e LUCKMANN apud MIGUEL, 1989).

Segundo essa autora, era oportuno na época considerar a realidade posta, fracionada em diversos quadros estanques: trabalho, família, menor, saúde e outros. O indivíduo era levado a adaptar-se às condições de sua existência, impossibilitado de construir seu próprio destino, de transformar a realidade, alterar o desempenho das suas atividades e, conseqüentemente, das relações produzidas por meio delas.

A questão social era vista como “problema moral ou religioso e numa intervenção que prioriza[va] a formação da família e do indivíduo para a solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais” (YAZBEK, 2009, p. 145, grifos da autora).

O Estado assumia uma face humanitária de bondade e proteção ao desenvolver políticas assistenciais e paternalistas visando desmobilizar o movimento do proletariado e ao se apoiar na atuação do assistente social (que o representava diante da população) cuja prática era pautada na expressão do poder hegemônico e na identidade atribuída pela sociedade burguesa, responsável por legitimar a intervenção ajustadora do profissional¹⁶.

¹⁶ Nesse sentido, o perfil profissional esperado do assistente social deveria pautar-se por um comportamento da mais íntegra formação moral, com um sólido preparo técnico, que apresentasse uma neutralidade perante as questões postas pelo modo de produção capitalista, com relevante capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo, zelando pela difícil condição de vida e trabalho de seus irmãos. Manter a neutralidade perante a “injustiça social, [...] ignorância, [...] miséria, e esta solicitação deve corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade [...], devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, [...] boa saúde, ausência de defeitos físicos, as condições do meio familiar devem ser investigadas, pois serão reveladoras das qualidades morais do pretendente etc.” (CARVALHO, 1980, p. 64).

A formação do assistente social foi instituída no Brasil em 1936, com a instalação da primeira escola brasileira de Serviço Social, fundada em São Paulo pelo Centro de Estudos de Ação Social (CEAS). Nesse período, o processo de formação do assistente social era dividido em quatro aspectos: 1) científico: composto de conhecimentos sobre o homem que abrangem sua vida física, psicológica, econômica, moral, social, e jurídica, estado normal e perturbações a que estaria sujeito; 2) técnica: ensinava a combater os males sociais e a imprimir ao trabalho do assistente social um caráter diferente do desenvolvido pelas outras formas de assistência; 3) moral: coroação do trabalho de preparação do assistente social, pois em falta de uma formação moral solidamente edificada, embasada em princípios cristãos, a ação seria falha em falta dos elementos que pudessem garantir uma ação educativa; 4) doutrinária: o elemento vivificador de todos os outros aspectos da formação do assistente social; era a base, uma posição que ofereceria a garantia da unidade e execução do programa de formação. Seu objetivo era impregnar a personalidade do assistente social dos princípios que deveria defender (CARVALHO, 1980).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2008a) a Lei Brasileira de Assistência¹⁷ (LBA), criada em 1942, foi a primeira grande instituição nacional de assistência social, organizada após o engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Seu principal objetivo era prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido convocados. Ela passou a atuar em praticamente todas as áreas da assistência social com o intuito de intervir em atividades básicas emergenciais voltadas às viúvas e órfãos visando, posteriormente, um programa de ação permanente. Esta instituição foi um marco no desenvolvimento da assistência social, ato de vontade institucional e do primeiro-damismo, não do resgate de direito de cidadania. Priorizava o atendimento às famílias em situações de calamidades desenvolvendo ações de

¹⁷ A LBA foi criada no governo Getúlio Vargas pelo Decreto-Lei nº 4.830, de 15/10/1942, e se constituiu um dos primeiros espaços de trabalho dos assistentes sociais no Brasil. Seu objetivo era, de acordo com o Art. 1º do Decreto de sua criação, “prestar, em todas as formas úteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas. Fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante a tais serviços, e de consulta ao que concerne ao funcionamento de associações congêneres” (BRASIL, 1942).

assistência à maternidade e infância à velhice, aos doentes, aos necessitados, aos desvalidos, melhoria da alimentação e habitação dos grupos menos favorecidos difusão da educação popular, levantamento do nível de vida dos trabalhadores e organização nacional de seus lazers (LBA, 1943).

A intervenção da LBA visava “trabalhar em favor do progresso do Serviço Social” e, portanto, suas práticas eram pautadas nos padrões preexistentes: inquérito e pesquisa social, visitas domiciliares e entrevistas fundadas no serviço social de casos individuais, as quais eram responsáveis por determinar os “auxílios financeiros, encaminhamentos para serviços médicos, internação de crianças, obtenção de empregos, regularização de documentos, regularização de vida conjugal etc” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008a, p. 252-253).

Verifica-se nesse período, década de 1940, um atendimento voltado para a família pobre e a atuação do assistente social pautava-se no modelo de família nuclear, “estruturada”, composto pelos pais e filhos, sendo o pai o provedor da família e a mãe a responsável pelos cuidados com os filhos e afazeres domésticos; quem estivesse fora deste modelo era desajustado.

Segundo Rosseto (apud Moura et al., 2010), as famílias eram submetidas à

Providência Divina no seu conhecimento daquilo que é essencial ao homem, [ela] fez com que o casal, célula inicial da família, fosse diferenciado e que o homem e a mulher, nessas diferenças, se completassem na educação da prole. Assim o equilíbrio é estabelecido, colaborando a mulher com sua sensibilidade, dedicação e delicadeza e o homem com autoridade firme, a disciplina constante (ROSSETO, 1940, p. 16 apud MOURA et al., 2010).

A distribuição dos papéis entre o casal visava o equilíbrio e ajustamento da família entre si e na sociedade, princípio do Serviço Social Clássico desenvolvido por meio do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, sob a influência positivista e católica que perdurou no Serviço Social até sua reconceituação (AMMANN, 1997, p. 132).

A família, nessa perspectiva, era considerada predominantemente

responsável por toda a formação pessoal e social de seus membros, construída a partir de um casamento indissolúvel, sob a orientação doutrinária católica. Ao homem era designado o papel de “ser” responsável pela moral e pela autoridade. À mulher, sendo sensível e delicada, caberia a responsabilidade pela educação dos filhos, pelo carinho, e pelo equilíbrio do lar (MOURA et al., 2010, p. 8-9).

Os assistentes sociais também defendiam que as mulheres deveriam abdicar do trabalho fora de casa, pois a elas cabia a educação dos filhos, sobretudo das filhas, que deveriam seguir seus passos (MOURA et al. 2010). O trabalho fora do lar era considerado o responsável pela negligência da mulher em relação aos cuidados da casa, dos filhos e do marido e trazia, assim, desordem e desajuste familiar. Portanto, ao Serviço Social cabia a responsabilidade de “ajustar” a família proletária intervindo na formação familiar, prestando serviços que consistiam em “[...] aulas de economia doméstica, alimentação e culinária, corte e costura, bordado, higiene e puericultura, tricô, elementos de enfermagem e socorros de emergência, pequenos consertos que uma dona de casa pode fazer” (ROSSETO, 1940, p. 62 apud MOURA et al. 2010).

As mães solteiras eram discriminadas pela sociedade e pela família; acreditava-se que esta discriminação afetaria a(s) criança(s) e que a mãe não teria condições de criá-la(s) sozinha. A criança era colocada em creche para adoção e cabia ao assistente social encontrar uma família “equilibrada” para adotá-la, com pai e mãe e um ambiente “equilibrado”. À mãe legítima eram destinados apoio e trabalho com o objetivo de “reajustá-la”. Entretanto, a situação desta mãe continuaria a mesma, pois seu sentimento de perda não iria desaparecer (MELLO, 1947 apud MOURA et al., 2010).

Por volta da década de 1950 o Serviço Social buscou como referência o atendimento psicossocial norte-americano e atuava no sentido de “ajustar” os comportamentos considerados “inadequados”, sem a preocupação em desvelar as expressões da questão social.

Posteriormente, em meados de 1960 e 1970, sob influência do Desenvolvimento de Comunidade, o assistente social começa a intervir em

comunidades e bairros periféricos, em identidade com a política desenvolvimentista adotada pelo governo federal:

o discurso revela a busca de uma teoria e uma prática, comprometidas com a realidade brasileira, mas percebe-se a carência de um instrumental explicativo dessa realidade e sistematizador do conhecimento capaz de indicar formas eficazes de ação (AMMANN, 1997, p. 132).

Em sua intervenção profissional, o assistente social ainda não questionava a ordem social vigente e buscava apreender as transformações sociais ocorridas no seio das famílias sem relacioná-las com as condições postas pela estrutura social. Segundo Ammann (1997, p. 35), a atuação profissional era voltada à mulher “dona de casa” que recebia “educação privilegiada” por meio de “visitas domiciliares do assistente social, ou na organização de grupos de jovens, de donas de casa, de gestantes, de nutrizes etc.”. Esta educação era valorizada, pois acreditava-se que ela era capaz de promover mudanças no comportamentais em relação a “conhecimentos, atitudes, hábitos e habilidades.”

Esta direção, presente no Serviço Social até os anos 1960, era voltada majoritariamente para a manutenção do *status quo* e até então não apresentava polêmicas relevantes, segundo informa Bravo (2009).

A busca de ruptura com as amarras do conservadorismo no Serviço Social surgiu no interior da profissão, “não de forma isolada, mas com o respaldo das questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, inicialmente, em torno da temática do ‘desenvolvimento’” (BRAVO, 2009, p. 681). O movimento foi estimulado pelos acontecimentos econômicos, sociais, políticos e culturais que ocorriam nos anos 1960 e repercutiram na profissão, sobretudo na América Latina, destaca a autora.

Nesse processo, a família passa a ser considerada pelo Serviço Social numa perspectiva de totalidade¹⁸ e são trabalhadas as contradições presentes

¹⁸ “A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem [...]; segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de

nas relações sociais. Contudo, essa mudança não ocorreu de forma homogênea entre os profissionais; houve polêmicas e desencontros, pois envolvia uma opção teórica-política que apontava o rompimento com o Serviço Social tradicional e sua base conservadora.

Não obstante, era necessário lutar pela renovação do Serviço Social¹⁹ para atender às novas demandas postas e submetidas à “racionalidade burocrática das formas promovidas pelo Estado a serviço do capital internacional, havendo necessidade de mecanismos impulsionadores e organizadores da reflexão profissional” (BRAVO, 2009, p. 682).

Para Faleiros (1987, p. 51), esse foi

um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

Outro marco histórico que contribuiu para a renovação do Serviço Social foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em 1979, em São Paulo, conhecido como o “Congresso da Virada”²⁰. Este evento teve relevância para o Serviço Social em virtude do novo direcionamento político para a profissão e por sua importância na construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (BRAVO, 2009).

totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado” (LUKÁCS, 1948, p. 12).

¹⁹ Para Netto (1991a, p. 131) a renovação é o “conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”.

²⁰ O Congresso da Virada (III CBAS) aconteceu entre os dias 23 e 18 de setembro de 1979 no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo. Em 2009 o Congresso da Virada comemorou seus 30 anos reunindo profissionais de todo o Brasil em um evento promovido pelo CFESS, CRESS/SP, ABEPSS e ENESSO que ocorreu nos dias 16 e 17 de novembro no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, mesmo cenário onde aconteceu o histórico III CBAS. O CFESS considera que “são 30 anos marcados pela ousadia, coragem e compromisso político e profissional com as lutas da classe trabalhadora” (CFESS, 2009).

Reforça Abramides (2010, p. 729) que

o III CBAS deve ser compreendido nos marcos da conjuntura sócio-histórica do período, ou seja: as grandes mobilizações operárias e da classe trabalhadora na luta por um sindicalismo classista, na organização do movimento popular e na própria reorganização político-sindical da categoria dos assistentes sociais em âmbito estadual e nacional.

Diante destes acontecimentos, segmentos da categoria, em busca de estabelecer outra posição política perante a profissão e adentrando na realidade brasileira considerando seus diversos aspectos – sociais, econômicos, políticos e culturais – e com o olhar direcionado para os interesses da classe trabalhadora, buscaram a “superação do modelo burguês conservador de sociedade e a aproximação com o pensamento de Marx” (RIBEIRO, 2008, p. 145).

Este processo foi relevante para a

profissão rever os fundamentos teórico-práticos das suas ações, [e] refletir sobre os projetos que mobilizam a intervenção profissional, as demandas contempladas nas respostas efetivamente produzidas pela intervenção do conjunto da categoria profissional (GUERRA, 1995, p. 139).

Ribeiro (2008) salienta que esse movimento não conseguiu adesão de toda a categoria para romper com o conservadorismo e superar o Serviço Social tradicional, mas obteve o reconhecimento e engajamento de muitos profissionais que se aliaram às lutas dos trabalhadores, o que concedeu, assim, outro sentido político à profissão “provocando erosões em sua base teórica conservadora e injetando conteúdos da vertente marxista” (2008, p. 145).

Desse modo, o Serviço Social

foi conquistando novos rumos, no engajamento de profissionais a projetos populares, na busca e defesa das condições de vida e trabalho dignas aos trabalhadores, tendo como fundamento do seu fazer profissional a totalidade, a historicidade, a contradição e a

mediação, categorias que vieram assegurar uma nova dimensão ao projeto político-profissional (RIBEIRO, 2008, p. 145).

Para a referida autora, a maturidade e o avanço ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo dos assistentes sociais possibilitaram mudanças no interior do Serviço Social, sobretudo em relação às produções científicas e rompimento com a intervenção profissional tradicional.

O embasamento na tradição marxista oferece aos assistentes sociais elementos fundamentais para: a) compreender criticamente o significado social da profissão, a funcionalidade e as limitações do exercício profissional; b) iluminar a intervenção socioprofissional, ao fornecer parâmetros projetivos dos processos sociais, contribuindo para iluminar as modalidades de intervenção socioprofissional, sobretudo ao fazer indicações acerca das realidades emergentes; c) dinamizar sua elaboração teórica, o que contribui “para a fundamentação e a articulação dos aportes teóricos, que nomeadamente a partir da sistematização e da crítica das suas práticas os assistentes sociais podem fornecer ao conhecimento de processos sociais” (NETTO, 1989, p. 99).

Embora tenha ocorrido no Serviço Social uma ruptura com o conservadorismo na área e a profissão tenha alcançado uma legitimidade sob o marxismo, houve também amplitude de outras correntes teórico-metodológicas, afirma Netto (1996), sobretudo daquelas relacionadas ao pensamento pós-moderno e neoconservador e das “teorias herdeiras da perspectiva modernizadora, que são caracterizadas por seu caráter sistêmico e tecnocrático”.

A temática de trabalho com família no Serviço Social tem assumido diferentes enfoques e se reatualizado, num constante aprofundamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo. Contudo, a intervenção dos “assistentes sociais continua sendo considerada muito aquém das exigências que lhes estão sendo colocadas”, afirma Mito (2004b, p. 2). A autora esclarece (2004b) que tais exigências estão relacionadas à necessidade de consolidação do projeto ético-político, de qualificação das ações profissionais, bem como à afirmação do espaço do Serviço Social, campo cada vez mais disputado por outras profissões.

A partir de pesquisa realizada com assistentes sociais acerca da intervenção profissional, Miotto (2004a, p. 3) constatou que esta, geralmente, está marcada por quatro aspectos. O primeiro refere-se à “ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias, em muitos serviços”, ou seja, são apresentadas ações distintas sob a mesma denominação e “o uso de uma linguagem de senso comum em detrimento de uma linguagem técnico-científica em relação à prática profissional” (MIOTTO, 2004a, p. 3).

O segundo aspecto está associado à “utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculados” (MIOTTO, 2004a, p. 3) e a precária clareza metodológica acerca do escopo de ações.

A terceira percepção refere-se à busca de fundamentos teóricos, pelos assistentes sociais, em outras áreas do conhecimento, sobretudo no campo da psicologia acerca da temática família, sem uma discussão e apropriação do seu significado e lugar na intervenção cotidiana dos assistentes sociais. Miotto (2004a, p. 3) nomeou esta tendência de “psicologização dos problemas sociais”.

O quarto aspecto evidencia que os processos de intervenção do assistente social para com família “que por pobreza ou falimento nas suas funções são tidas como incapazes ou patológicas” (MIOTTO, 2004a, p.3) são pensados apenas no âmbito do atendimento direto, sem se vislumbrar outras possibilidades de intervenção. Nesta perspectiva,

a permanência de características como estas indicam que as ações são movidas por lógicas muito mais arcaicas e enraizadas culturalmente, tanto no seu universo afetivo como institucional, do que pela lógica da racionalidade dada pelo arcabouço teórico-metodológico da profissão pós-reconceituação. Assim, o exercício profissional com famílias ainda se movimenta através de processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade. Ou seja, as ações continuam calcadas na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social. Dessa forma, tira-se de foco a discussão da família no contexto de uma sociedade desigual e excludente, fortalece-se, direta ou indiretamente, uma visão da família como produtora de patologia e busca-se a “pacificação artificial” das famílias (MIOTTO, 2004a, p. 4).

Campos e Garcia (2007) destacam que, atualmente, o trabalho multiprofissional nos programas sociais com foco na família é, na maioria das vezes,

realizado segundo o senso comum, carecendo de fundamentos conceituais mais consistentes. As práticas acabam, via de regra, por se basearem na intuição e nas visões que cada um tem sobre esta instituição social. As visões dominantes reproduzem geralmente concepções monolíticas (família estruturada), moralistas (família como bem em si mesmo), ou de cunho fundamentalista (instituição sagrada). Além do uso de conceitos imprecisos, tais abordagens privilegiam uma lógica individual e subjetiva, do tipo: “o que penso sobre família inspira-me a valorar os casos que atendo e decidir sobre a melhor conduta a ser empregada”. Sob esta perspectiva, a premissa da riqueza derivada da multiplicidade de saberes e práticas existe apenas do ponto de vista formal, distante do processo real de intervenção do trabalho em equipe (CAMPOS; GARCIA, 2007).

Cabe ressaltar que o avanço do neoliberalismo no Brasil trouxe a minimização das políticas sociais e constituiu, assim, uma regressão na área social com diminuição de investimentos públicos e transferência de muitas das ações de responsabilidade do Estado para setores privados. Tais medidas provocaram erosão das bases de proteção social e alteraram as intervenções do Estado relacionadas às manifestações da questão social. Assim, as políticas sociais vêm sendo subordinadas às políticas de estabilização da economia e a ordem neoliberal apela à filantropia, à solidariedade da sociedade e a programas sociais seletivos e focalizados, o que traz à tona novos enfoques aos debates do Serviço Social, seja do ponto de vista de sua intervenção ou da construção de seus conhecimentos (YAZBEK, 2010).

Desse modo,

a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado/Sociedade (YAZBEK, 2010, p. 154).

Diante do conjunto de transformações societárias, da focalização e seletividade das políticas sociais, dos deslocamentos do Estado para a

sociedade civil daquilo que é atribuição do primeiro, da responsabilização dos indivíduos por sua situação de pobreza e da desmontagem dos direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores, os assistentes sociais deparam-se com novas temáticas e desafios.

No plano da reprodução do modo de produção capitalista, a intervenção nas manifestações da questão social aparece da forma mais fragmentada possível. É a maneira que a sociedade encontrou para despolitizá-la e enfraquecê-la na sua potencialidade de classe organizada, pois comumente as respostas possíveis na lógica deste modo produtivo estão em sintonia com a individualização e responsabilização dos sujeitos pelas suas mazelas, por suas dificuldades (NETTO, 1991b).

Sabe-se que o Estado, tradicionalmente, é um dos maiores empregadores de assistentes sociais no Brasil, embora a profissão seja regulamentada como uma profissão liberal e “não tenha uma tradição prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo²¹” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008a, p. 80).

A intervenção profissional do assistente social está inserida em um contexto onde há jogo de relações entre o capital e o trabalho, onde o Estado desempenha o controle na regulação dessas relações. Em outros termos, o Estado é o responsável em criar e organizar instituições para a execução de políticas públicas e serviços sociais e, para isso, necessita de diferentes profissionais. É neste contexto que o assistente social se insere nessas instituições como trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um salário (NETTO, 1991b).

Assim, a atuação do assistente social não se realiza em espaço sócio-ocupacional ou em espaços institucionais destituídos “de objetivos, de princípios, de metas, de prioridades, de proposições, de estruturas organizativas, de conflitos, de ambivalências decorrentes das contradições e das relações entre as classes sociais” (COELHO, 2008, p.133-134). Na condição de profissional assalariado, o assistente social, tende a assimilar no

²¹ “Isso significa que o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo” (IAMAMOTO, 2008b, p. 63).

seu cotidiano profissional, de forma imediata, os valores, princípios e objetivos postos pela instituição restringindo-se, assim, ao atendimento

às demandas constituídas e priorizadas pela instituição e aos limites estabelecidos pela eleição de prioridade [...] O Serviço Social emerge e se afirma como uma profissão voltada para a intervenção na realidade. Essa condição peculiar apresenta o assistente social como um intelectual subalterno e uma das características de sua intervenção na realidade é constituir-se, predominantemente, como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante perante a classe trabalhadora (COELHO, 2008, p. 134).

Nesta perspectiva, o assistente social tende a prestar serviços para o empregador voltados para os usuários. Sua intervenção, portanto, reforça os interesses da classe dominante.

As atividades realizadas nos espaços estatais e privados envolvem um conjunto de tarefas:

seleção sócio-econômica para fins de “elegibilidade” do usuário, de acordo com as normas que regulam os serviços prestados, preparações dos “clientes” para seu “desligamento” da instituição ao término dos programas efetuados; interpretação das normas de funcionamento da entidade à população, explicitação de seus direitos e deveres, cuja aceitação é pré-condição para o acesso à programação da entidade; encaminhamento dos solicitantes à rede de equipamentos sociais existentes, articulando uma retaguarda de recursos para a instituição; atendimentos individuais e grupais para orientação dos usuários em face da necessidade por eles apresentada e/ou derivada de exigências do trabalho do próprio órgão; trabalhos comunitários; visitas domiciliares, treinamentos, organização de cursos, campanhas sócio-educativas, orientação e concessão de “benefícios” sociais previstos na legislação previdenciária/ trabalhista etc.; distribuição de auxílios materiais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008a, p. 112-113).

Esta atuação profissional é caracterizada por Iamamoto e Carvalho (2008a, p. 112) como “funções [...] de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas”.

O assistente social constitui-se agente institucional de “linha de frente” nas relações instituição-população no que concerne à acessibilidade a direitos/benefícios sociais. A ele geralmente é designado o poder de selecionar

os usuários que irão receber algum tipo de “benefício”, estabelecer categoria de pobreza, eleger o mais pobre dentre os pobres, pois o sistema é incapaz de assegurar, conforme previsto em leis e outros documentos, o acesso a todos que necessitam. Nesse sentido, o assistente social é solicitado a intervir como um “fiscalizador da pobreza”, conforme nomearam Yamamoto e Carvalho (2008a, p. 113); sua função nesse processo é verificar, quando necessário, *in loco*, a situação socioeconômica do usuário.

Verifica-se que “a prática profissional do assistente social caracteriza-se pela rotina, pela repetição de tarefas e pela espontaneidade necessárias para responder às múltiplas exigências estabelecidas no âmbito da reprodução social” (COELHO, 2008, p. 12).

Embora o Projeto Ético-Político Profissional e o Código de Ética (CFESS, 1993) estabeleçam princípios orientadores para a atuação, eles não garantem sua execução, pois há fatores que encobrem as reais determinantes desta relação que asseguram uma direção social à profissão e reafirmam seu compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo com os interesses das classes trabalhadoras e com as organizações populares no enfrentamento das expressões da questão social. A lógica capitalista estabelece atribuições e responsabilidades para o assistente social que são transferidas para a família em uma conjuntura de radicalização do desemprego e da pobreza decorrentes da questão social.

Os profissionais encontram dificuldades para embasar-se nessas referências e muitas vezes argumentam que “na prática a teoria é outra”, sem apreender “que a teoria tem a possibilidade de ser implantada na realidade social e/ou tem a capacidade de dar respostas imediatas para suas questões” (FORTI; GUERRA, 2010, p. 5).

Na esteira desse pensamento, Miotto (2004b) depreende que os assistentes sociais buscam em outras áreas uma formação específica para atuar com famílias, como, por exemplo, a especialização em terapia familiar, sendo que esta é discutida na categoria profissional como algo sem espaço no Serviço Social. Para a autora, esta prática “passa a engrossar fileiras no grande projeto, hoje hegemônico, de ‘psicologização’ dos problemas sociais” (MIOTTO, 2004b, p. 3).

Corroborando este pensamento, Forti e Guerra (2010) salientam que a apropriação equivocada de conhecimentos sobre a realidade (empírica), captados equivocadamente como teorias, é um fato que propicia ao profissional um quadro referencial inconsistente e eclético constituído de informações parciais, fragmentadas e abstratas. Como exemplos, as autoras trazem as chamadas teorias de médio alcance com vieses psicologistas, sociologistas, culturalistas, politicistas e/ou economicistas utilizadas para promover e/ou justificar determinados procedimentos prático-profissionais.

Não é demais ratificar que “para compreensão do real e sua elaboração para produção de conhecimento, a prática é referência da teoria” (FORTI; GUERRA, 2010, p. 7) e somente por meio do estudo do movimento que envolve o Serviço Social numa perspectiva histórica será possível apreender que o particular é parte da totalidade.

Sob um posicionamento crítico-ontológico, Montaño (2000, p. 27) esclarece que

incorporar a perspectiva de totalidade, historicidade e contradição para conhecer e intervir nos diversos processos sociais concretos, com maior ou menor nível de complexidade [...] exige compreender tais fenômenos em suas múltiplas determinações [...] econômicas, culturais, políticas etc, [...] em suas conexões com outros fenômenos e em sua relação de mútua determinação com fenômenos de maior nível de universalidade [...] em sua processualidade e movimento, [...] como produto histórico” (MONTAÑO, 2000, p. 27).

Embora o Serviço Social tenha avançado e ganhado reconhecimento de seu estatuto profissional, ainda requer a ampliação de sua autonomia e determinação no âmbito da formação e da atuação profissional “buscando a superação de práticas subalternas e conservadoras e investindo na formação profissional e no debate da categoria” (RIBEIRO, 2008, p. 135).

Assim, pode-se afirmar que “uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo – é sempre, sob todos os prismas, um conjunto diferenciado em movimento”, afirma Netto (1996, p. 116).

Conforme assinalam os parâmetros para atuação de assistentes sociais na PNAS (CFESS, 2010), a efetivação da Assistência Social como política

pública prevê sua integração e articulação com a Seguridade Social e demais políticas públicas. Portanto, esta política não deve ser entendida como exclusiva de proteção social, mas deve, sim, articular seus serviços e benefícios aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais com o intuito de viabilizar, no âmbito da Seguridade Social, um sistema de proteção social mais amplo.

Desse modo, a política de Assistência Social é capaz de comportar profissionais de diversas áreas do conhecimento, pois a maioria de seus programas requer uma equipe interprofissional. No caso da inserção do assistente social num projeto societário mais amplo, pode-se considerar que ele tem um papel fundamental na consolidação dessa política como direito de cidadania. Conforme salienta Yazbek (1999, p. 96), “assumir essa vinculação histórica com a assistência é condição para que os assistentes sociais superem a ideologia do assistencialismo e avancem nas lutas pelos direitos de cidadania”.

A intervenção profissional do assistente social orientada pelos instrumentos norteadores da profissão não se restringe a acatar decisões e manuais institucionais, pois assim corre-se o risco de “limitar suas atividades à ‘gestão da pobreza’ sob a ótica da individualização das situações sociais e abordar a questão social a partir de um viés moralizante” (CFESS, 2010, p. 7). Isso indica que é necessário apreender a complexidade e diferenciação das necessidades sociais postas no SUAS e na PNAS.

Todas as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam a política de Assistência Social têm a mesma estrutura histórica, ou seja, sua raiz está assentada na desigualdade de classes e suas diferentes determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos, como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, entre outras formas de expressão da questão social. Por isso,

competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho (ABEPSS, 1996, p. 13).

É necessário, também, orientar-se pelas atribuições e competências ditas pelo Código de Ética Profissional (CFESS,1993) e pela Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL,1993a), documentos que devem ser observados pelos profissionais e pela instituição empregadora.

Reconhecer a questão social como objeto de intervenção do Serviço Social, conforme preconiza a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)²², faz-se necessário para romper, na intervenção profissional, com valores conservadores e abordagens tradicionais que, direta ou indiretamente, reproduzem o *status quo* e tratam as expressões da questão social de forma naturalizada, como problema individual que deve ser resolvido focalizadamente.

A intervenção orientada por essa perspectiva crítica²³ coaduna com os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional previstos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS:

1 – O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2 – A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3 – O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4 – O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5).

²² Em 10/10/1946 foi fundada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). Em 10/12/1998, por deliberação de Assembléia Geral, recebeu a atual denominação: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) com o objetivo de “congregar as Unidades de Ensino em torno da promoção e construção de um significado social para a formação dos assistentes sociais, imprimindo-lhe rigor teórico-metodológico e relação histórica com a sociedade” (ABEPSS, s/d).

²³ A busca da apreensão da totalidade é uma característica central dessa perspectiva que apreende a profissão como constitutiva das relações de produção e reprodução da sociedade capitalista (COELHO, 2008, p. 284).

Nesse prisma, Iamamoto (2008b, p. 144) reforça que:

orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais, mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade.

Responder a este perfil em tempo em que o avanço do neoliberalismo, no Brasil e no mundo tem alcançado as profissões em geral e, sobretudo o Serviço Social, destacando-se a minimização do Estado brasileiro, as relações novas e complexas entre Estado e sociedade civil no estabelecimento e redimensionamento das políticas sociais que enaltecem as medidas focalizadas e paliativas de combate a pobreza e ampliação do mercado na área social, por exemplo: avanço do terceiro setor, voluntariado, redes sociais de proteção, precarização nas modalidades de contratação, bem como novas formas de seleção de trabalhador (RIBEIRO, 2008), requer do profissional uma competência crítica e uma qualificação teórica, política e ética.

Portanto, cabe ao profissional da área o desafio de intervir de forma propositiva e empenhar-se em assegurar a universalidade de acesso dos usuários às políticas públicas, reconhecendo as articulações entre os processos político, econômico e social.

Essas competências tendem a superar a burocratização das instituições empregadoras, bem como a atuação conservadora e tuteladora com critérios de seletividade dos usuários.

O próximo capítulo irá analisar a atuação dos profissionais nos CRAS das várias regiões de Goiânia a partir das entrevistas realizadas, com o intuito de inferir o impacto que a PNAS promove no âmbito da proteção social básica.

CAPÍTULO III

O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

3.1. Secretaria Municipal de Assistência Social e os Centros de Referência de Assistência Social em Goiânia

A Política de Assistência Social em Goiânia, como direito do cidadão, teve sua origem na década de 1960. Este interesse tardio pode ser associado ao fato de que a construção da capital goiana ocorreu na década de 1930 e, nessa ocasião, os programas assistenciais eram desenvolvidos pelas primeiras-damas e pela Igreja.

A capital do Estado era a cidade de Vila Boa²⁴, hoje Cidade de Goiás. Os governantes de Goiás alegavam que “as condições físicas, sanitárias, ambientais e sociais de Vila Boa [...] não ofereciam possibilidades de expansão da cidade nem o desenvolvimento da região” (MORAES, 2003, p. 79). Contudo, informa Moraes (2003), o objetivo real da mudança, na época, era atender à grande estratégia política, econômica e social do governo de Getúlio Vargas, focada no nacionalismo, desenvolvimentismo e industrialização: concentrar 50 mil habitantes em uma nova capital no Centro Oeste brasileiro.

Segundo a referida autora (Moraes, 2003, p. 77), a “construção de Goiânia (1933-1937) representa o início da intensa ocupação do sul de Goiás e do Planalto Central, fortalecida com os programas oficiais da Marcha para o Oeste (1938) e com a mudança do centro de decisões políticas para uma região interiorana, mais especificamente para Brasília (1960)”.

²⁴ Vila Boa, hoje Cidade de Goiás, foi fundada em 1726. No ano 2001 foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural Mundial por sua arquitetura barroca, suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que a circunda.

A mudança da capital foi definida por Pedro Ludovico com o apoio do governo Vargas e sua oficialização ocorreu pelo Decreto nº 3.359 de 18 de maio de 1933 visando acelerar o desenvolvimento e incentivar a ocupação do Centro-Oeste brasileiro. Contudo, não foram previstos os desafios demográficos que a nova capital iria enfrentar nas décadas seguintes (MORAES, 2003).

O município de Goiânia vivenciou na década de 1960 um intenso crescimento populacional, sobretudo com o êxodo rural e consequente inchaço da sua periferia (GOIÂNIA, 1986), em grande parte devido à construção de Brasília. Sua taxa de urbanização, de acordo com Moura (2002), chegou a ultrapassar 60% nos anos 50 e, uma década depois, saltou para mais de 80%. A este respeito, Moysés (2001, p. 138) salienta que

desde o lançamento da construção da cidade, houve um crescimento populacional acelerado tanto na zona rural quanto na zona urbana. Isso permite-nos inferir que a cidade nasce e cresce sob influência dos fluxos migratórios, considerando-se que esta, antes, era uma região demasiadamente inabitada e com uma economia estacionada.

Este crescimento acelerado trouxe para a jovem capital consequências que explicitam a questão social, conceito definido como a “manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008a, p. 77)²⁵. Consoante a esta afirmação, Miguel (1989, p. 80) mostra que, ao lado do crescente processo de urbanização em Goiânia, registram-se contradições:

- a) baixo nível de renda em Goiás, decorre de ser uma economia primária de produtividade baixa e vulnerável às flutuações de clima e mercado;

²⁵ Por ocasião da mudança da capital, esta categoria apresentava-se no âmbito da tensão contraditória e histórica entre trabalho e capital, provocando a falta de moradia, educação, desemprego, precárias condições de saúde, baixo grau de alfabetização, falta de qualificação para o mercado de trabalho, dentre outras, que “decorriam, de um lado da incapacidade de serviços em atender à demanda, como também, pelo fato da capital do Estado não possuir uma estrutura econômica sólida, capaz de absorver esta força de trabalho” (MORAES, 2003, p.30).

- b) apenas uns 20% da população deve deter 80% da renda gerada na economia, donde se infere que uns 80% da população vivem em nível de subsistência;
- c) embora a dependência do trabalhador rural ao latifúndio tenha perdido muito da conotação de política do começo do século, continua total no aspecto econômico, seja como meeiro, agregado ou diarista.

Com o objetivo de enfrentar as expressões da questão social que se manifestavam em Goiânia desde sua criação, o Estado, na gestão do governador Mauro Borges, em parceria com o município, criou o Plano Diretor de Goiânia (PDIG) em 1959²⁶. Sua elaboração foi uma tentativa de os governos assumirem o controle e o crescimento urbano da capital (MOYSÉS, 2001). Embora tenha sido concluído em 1962, o plano não foi colocado em execução devido ao golpe de 1964 e os acontecimentos políticos dele decorrentes.

Dentre suas principais medidas destaca-se a nova estrutura do sistema administrativo da Prefeitura Municipal de Goiânia, estabelecida na Lei nº 4.272 de 30 de dezembro de 1969; entre suas prioridades a criação de um órgão responsável por “formular e desenvolver, direta ou indiretamente, o processo de planejamento do Município”, de acordo com as diretrizes estabelecida no PDIG, por meio da Lei 4.272 de 30 de dezembro de 1969 (GOIÂNIA, 1969a).

Em relação às ações sociais, 30 entidades foram fundadas entre 1960 e 1968. Elas eram privadas e tinham suas atividades voltadas para atendimentos às crianças, imigrantes e população “menos favorecida”. (GOIÂNIA, 1969b).

Devido ao número significativo de instituições voltadas aos atendimentos sociais, existentes na época, os profissionais que elaboraram o PDIG constataram a necessidade de criar uma instituição responsável pela gestão da política de assistência social no município de Goiânia. Nesse contexto foi criada a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC), em 30 de dezembro de 1969 pela Lei nº 4.272 (GOIÂNIA, 1969a), tendo como um dos seus motivos o atendimento às demandas postas pela expansão urbana.

Contudo, sua instalação só foi autorizada no ano 1972 por meio da Lei nº 4.655, de 30 de dezembro de 1972 (GOIÂNIA, 1972), e no ano 1974 teve

²⁶ O referido plano foi elaborado por uma empresa de engenharia com sede em São Paulo, a SERETE/AS, na gestão do então prefeito Iris Rezende Machado. O Plano Diretor era composto por três volumes com textos ilustrativos, diagnósticos, prognósticos e recomendações (MOURA, 2002).

seu Estatuto aprovado por meio do Decreto nº 134, de 4 de março (GOIÂNIA, 1974). Este estatuto passou por várias alterações: em março de 1974 (GOIÂNIA, 1974), em janeiro de 1976 (GOIÂNIA, 1976) e em setembro de 1988 (GOIÂNIA, 1988).

O artigo 2º de seu estatuto original explicita sua finalidade:

A FUMDEC tem por finalidade executar programas sociais de acordo com a política de desenvolvimento social e ação comunitária, fixada pelo órgão central de planejamento da Municipalidade, visando o tratamento e prevenção dos problemas que afetam a grupos de baixo poder aquisitivo, segmentos de população do Município de Goiânia, objetivando a obtenção do desenvolvimento comunitário (GOIÂNIA, 1974).

A assistência social desenvolvida pela FUMDEC era pautada pelo Programa Prefeitura nos Bairros, que significava a presença da instituição em diversos centros comunitários nos bairros de Goiânia. Silva (2008, p. 55) comenta que “neste período havia uma tendência à fragmentação dos serviços e a predominância da perspectiva conservadora, sem delimitação das áreas de atuação das políticas de saúde e assistência social”.

O órgão gestor da assistência social tinha dois cargos de primeiro escalão, um ocupado pela primeira-dama e o outro por um profissional designado para administrar a instituição. O conhecimento sobre a Política de Assistência Social não era critério para o cargo, cujas atividades tinham o caráter da filantropia.

A partir do ano 2000 a prefeitura de Goiânia foi assumida pelo professor Pedro Wilson Guimarães, que representava um governo democrático-popular. Sua gestão expressava uma visão diferenciada sobre a Política de Assistência Social, haja vista a nomeação de uma assistente social para o cargo de Superintendente da FUMDEC (e não a primeira-dama), que trouxe para a sua equipe de assessoria vários profissionais da área. Esta equipe concordava que a Política de Assistência Social na história da FUMDEC vinha sendo “executada de forma fragmentada, por segmentos tipificados como idosos, crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com necessidades especiais e outros” (GOIÂNIA, 2003a).

Devido à necessidade de se fortalecer o princípio da universalização na cobertura dos serviços prestados à comunidade, foi dada atenção diferenciada às várias necessidades humanas dos demandatários dos programas de assistência social, pois eles eram então realizados por profissionais do Serviço Social.

Nesse propósito, em consonância com o plano de governo, implementou-se um planejamento participativo para elaboração dos instrumentos orçamentários: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Plano Plurianual (PPA) (GOIÂNIA, 2003b) e a equipe buscou, por meio de oficinas, “qualificar os profissionais; identificar as atribuições das unidades funcionais; estudar as atribuições/funções dos funcionários e subsidiar o planejamento” (GOIÂNIA, 2001a), considerando que

não [havia], por parte da maioria dos funcionários, uma concepção clara de assistência e, [tampouco], da reais atribuições da FUMDEC [bem como] uma série de equívocos no tocante à concepção de Assistência Social, Política de Assistência Social, organização estrutural, funcional e orçamentária de uma fundação e ainda do papel do poder público no gerenciamento das políticas públicas. Isso endossa a ingerência do Estado, contribui com o processo de privatização e justifica os argumentos da direita que a assistência apresenta uma estrutura pesada com aplicação de verba de forma desordenada (GOIÂNIA, 2001b).

Constatou-se, também, desarticulação dos serviços e a centralização e fragmentação das ações.

Diante desse contexto, tendo como referência as necessidades sociais e refletindo que a prática de ações sociais fragmentadas atende a uma necessidade imediata, mas não garante a autonomia da família e não impede que as manifestações da questão social se reproduzam, houve, por parte da equipe da FUMDEC, a proposta de criação dos Centros Municipais de Assistência Social (CEMAS). Propunha-se que os CEMAS viessem a contribuir com a rede de atendimento com qualidade tendo em vista a inclusão social, considerando as demandas advindas da sociedade contemporânea” (GOIÂNIA, 2002).

A realidade goiana em 2003 exibiu uma população de aproximadamente

11,82% que vivia em limite inferior à incidência de pobreza, submetida aos efeitos da questão social: desemprego, transporte precário, uso desigual do solo, acesso insuficiente às condições de permanência na educação escolar, qualidade precária do meio ambiente em geral, entre outros. A Assistência Social, nesse contexto, tornava-se imprescindível como política capaz de articular direitos, dialogar com outras políticas e afiançar cidadania a partir da atenção às necessidades humanas dos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social (GOIÂNIA, 2001b).

A proposta de criação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)²⁷ só foi implementada no ano 2008, com a extinção da FUMDEC, por meio da Lei n. 8.537 de 20 de junho de 2007 (GOIÂNIA, 2007). A SEMAS é o órgão da administração direta, integrante da estrutura do Sistema Administrativo da Prefeitura de Goiânia e responsável pela coordenação, formulação e implementação da Política Municipal de Assistência Social e pela gestão dos fundos municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob orientação e supervisão de seus respectivos Conselhos Municipais (GOIÂNIA, 2008a).

De acordo com o Art. 7º do Decreto n. 1.510 (GOIÂNIA, 2008b), documento que aprova o regimento interno da SEMAS, compete-lhe legalmente:

Art. 7º [...]

I – planejar, coordenar, executar e avaliar as ações voltadas para o cumprimento da Política Municipal de Assistência Social, com o objetivo de garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice;

II – implantar programas, projetos, benefícios e serviços de proteção social básica e especial, a fim de prevenir e reverter situações de vulnerabilidade e riscos sociais, priorizando a centralidade na família e a convivência familiar e comunitária;

III – desenvolver programas, projetos e serviços de proteção sócio-educativa no atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, visando garantir segurança de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar;

IV – implantar ações para reabilitação e inclusão social de pessoas com deficiência, bem como a promoção de sua integração à vida familiar e comunitária;

V – organizar e controlar a rede de serviços sócio-assistenciais do Município;

²⁷ Não foram encontradas referências bibliográficas e documentos que registrassem a transição da FUMDEC para a SEMAS.

VI – desenvolver programas assistenciais voltados ao idoso, para a sua inserção social e familiar (GOIÂNIA, 2008a, p. 3).

A estrutura organizacional da SEMAS, conforme Decreto n. 1.510, é integrada pelas seguintes unidades:

- I – Direção Superior;
- II – Unidades de assessoramento;
- III – Unidades técnicas da rede de proteção social básica;
- IV – Unidades técnicas da rede de proteção social especial;
- V – Unidades da rede complementar de assistência social;
- VI – Unidades de administração e finanças;
- VII – Órgãos vinculados (GOIÂNIA, 2008b, Art. 9º).

Dentre as unidades citadas, faz-se necessário destacar as competências das Unidades Técnicas da Rede de Proteção Social Básica que, de acordo com o Decreto nº 1.510 (GOIÂNIA, 2008b), abrangem o Departamento de Proteção Social Básica, a quem compete “gerir e controlar a rede de programas e benefícios de transferência de renda e de segurança alimentar, destinados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, visando o seu fortalecimento, autonomia e inclusão social” (Art. 25).

O Art. 26 do referido Decreto (GOIÂNIA, 2008b) indica as unidades que compõem o Departamento de Proteção Básica vinculadas à Rede de Transferência de Renda e à Rede de Segurança Alimentar:

- 1.1 – Divisão de Monitoramento e Avaliação de Benefícios socioassistenciais
- 1.2 – Divisão de Coordenação do Programa Bolsa Família (PBF)
- 1.3 – Divisão de Coordenação do Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- 1.4 – Divisão de Coordenação do ProJovem Adolescente
- 1.5 – Divisão de Coordenação de Serviços e Benefícios Eventuais
 - 1.5.1 – Setor do Serviço Social do Terminal Rodoviário
- 1.6 – Divisão de Segurança Alimentar e Nutricional
 - 1.6.1 – Banco Municipal de Alimentos
 - 1.6.2 – Setor de Controle do Restaurante do Trabalhador (Art. 26)

Dentre as unidades citadas, há ainda o Departamento de Gestão dos Centros de Referência de Assistência Social que tem por finalidade promover,

gerir e controlar a execução dos serviços socioassistenciais, bem como os programas, projetos e ações de proteção integral das famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social nos CRAS e demais unidades municipais de assistência social (GOIÂNIA, 2008b). Integram este departamento: I – Divisão de Coordenação de Atendimento Integral à Família; II – Centros de Referência de Assistência Social e Unidades Municipais de Assistência Social e III – Divisão de Qualificação e Inclusão Produtiva (Art. 40).

Dessas unidades, merece destaque implementação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que integram a rede de proteção social básica e foram os espaços onde se desenvolveram a presente pesquisa.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) cujo objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, mediante o “desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (BRASIL, 2009).

Segundo o Decreto n. 1510 de 26 de junho de 2008 (GOIÂNIA, 2008a), o CRAS tem a finalidade de desenvolver serviços, programas, projetos, benefícios e ações continuadas para famílias e pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, bem como a prevenção de situações de risco.

As áreas de vulnerabilidade social que abrigam um total de até 1.000 famílias/ano nesta condição são espaços onde se localizam os CRAS. Eles são responsáveis pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica, entendida como garantia de segurança, sobrevivência, acolhida e convívio às famílias, e são considerados “a principal porta de entrada do SUAS” (BRASIL, s/d). Conforme o que é estabelecido na NOB/SUAS, a capacidade de atendimento do CRAS varia de acordo com o porte do município e com o número de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Como responsável pela execução, de forma direta, obrigatória e exclusiva dos serviços de proteção social básica, destaca-se o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Trata-se de um trabalho de

caráter continuado que busca o fortalecimento da função protetora das famílias, bem como a prevenção da ruptura de vínculos e também promove o acesso e usufruto aos direitos sociais, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos usuários (MDS, s/d)²⁸. Suas ações são divididas em: acompanhamento familiar, atividades coletivas/comunitárias e encaminhamentos.

A PNAS reconhece como funções básicas da família:

prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2004, p. 35).

Estas considerações são baseadas na premissa de que a família pode mostrar-se capaz ou não de desempenhar suas funções básicas. Essa política reconhece que a capacidade familiar é influenciada por sua “relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores” (BRASIL, 2004, p. 35). Por esta razão é dirigida à família uma atenção especial, considerando “sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como a disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições” (BRASIL, 2004, p. 35).

Nesta perspectiva Yazbek (2010, p. 152) ressalta que

o trabalho social com famílias no CRAS articula meios, condições, pressupostos éticos e conhecimentos teórico-metodológicos, com a finalidade de assegurar direitos e aquisições relacionadas à autonomia e ao fortalecimento da cidadania dos usuários, pelo desenvolvimento de suas capacidades e de condições objetivas de fazer frente às necessidades sociais de existência.

²⁸ Outros objetivos do PAIF são: fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários; promover aquisições sociais e materiais às famílias; promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; promover acesso aos demais serviços setoriais; apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados (BRASIL, s/d).

O CRAS, além de ser o responsável pelo desenvolvimento dos serviços de proteção básica de assistência social, deve articular-se com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania para possibilitar, assim, o atendimento integral às famílias usuárias da PNAS e assegurar à população de sua área de abrangência o direito quanto a: informações e orientações sobre os serviços prestados; garantia de espaço físico adequado que possibilite o sigilo, dentro dos princípios e diretrizes da ética profissional; acesso ao registro de seus dados, se assim desejar; avaliar o serviço recebido, dentre outros. Ele atua ainda, concomitantemente, na defesa de direitos e na vigilância das exclusões e violações sociais, o que pode ajudar na superação de algumas das necessidades sociais postas e atuar na prevenção, antecipando a ocorrência de riscos e agravos à vida.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os critérios de partilha de recursos propostos na NOB-SUAS permitem atender, nos próximos anos, a todos os municípios do país na perspectiva da universalização da Proteção Social Básica. Em dezembro de 2005, durante a V Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília/DF, foi deliberado que o mínimo de CRAS por porte municipal será cumprido somente após todos os municípios terem pelo menos um CRAS co-financiado pelo Governo Federal. Os municípios contemplados com recursos para os serviços de Proteção Social Básica à família em CRAS não poderão receber novos recursos até que todos os municípios do país sejam contemplados (BRASIL, s/d).

Em 2010, segundo o MDS, existiam no Brasil 7.046 CRAS, sendo 199 em Goiás (BRASIL, s/d). Em Goiânia, os quatro primeiros CRAS foram implantados no ano 2004 e entre 2005 e 2009 foram implantados mais sete. No ano seguinte quatro foram inaugurados, totalizando 15 unidades²⁹ (GOIÂNIA, 2011). De acordo com a Assessoria de Planejamento da SEMAS (GOIÂNIA, 2011), o número de CRAS existente no município de Goiânia atende às

²⁹ Os CRAS no município de Goiânia estão divididos por regiões, sendo elas: Região Campinas: CRAS Vila Isaura e CRAS Vila Canaã; Região Sul: CRAS Vila Redenção; Região Noroeste: CRAS Bairro Floresta, CRAS Brisas da Mata, CRAS Primavera, CRAS Jardim Curitiba II; Região Sudoeste: CRAS Vila União, CRAS Conjunto Baliza, CRAS Real Conquista; Região Leste: CRAS Recanto das Minas Gerais, CRAS Jardim Novo Mundo; e Região Oeste: CRAS Conjunto Vera Cruz II, CRAS Capuava e CRAS Jardins do Cerrado (GOIÂNIA, 2011).

determinações da NOB/SUAS, que estipulam o número mínimo de oito CRAS para as cidades consideradas metrópoles³⁰.

3.2. O impacto da Política Nacional de Assistência Social no cotidiano profissional das assistentes sociais no trabalho com famílias

O impacto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no trabalho com famílias no município de Goiânia pôde ser avaliado a partir da amostragem, por meio de entrevistas realizadas com 33% das assistentes sociais lotadas nos 40% dos CRAS pesquisados nas diversas regiões do município, amostragem da pesquisa. Para isso foi traçado o perfil destas profissionais sob dados referentes a: idade, ano de formação, tempo de atuação profissional, forma de admissão na SEMAS, tempo de atuação profissional no CRAS/SEMAS, vínculo profissional, jornada de trabalho profissional, renda profissional mensal, renda familiar mensal, participação em movimentos sociais e formação profissional. Outro aspecto tratado foi o aferimento das concepções teóricas adotadas relativas à família e à atuação profissional.

A totalidade da amostra é composta por mulheres, dado que corrobora a tendência histórica de feminilização na categoria, já discutida por Netto (1991a).

Tabela 1 – Idade das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia

Idade	Frequência	Percentual %
27	1	10%
28	1	10%
40	3	30%
44	1	10%
46	1	10%
50	1	10%
58	1	10%
66	1	10%
TOTAL	10	100%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

³⁰ Goiânia tem uma população de 1.301.892 habitantes (IBGE, s/d).

A idade das profissionais varia entre 27 a 66 anos (Tabela 1), com prevalência de 30% na faixa etária de 40 anos. Nota-se que 80% das assistentes sociais têm 40 anos ou mais. Esse indicador aproxima-se do que prevalece em âmbito nacional, segundo pesquisa do CFESS (2005): a faixa etária entre 35 a 44 anos equivale a 38% dos assistentes sociais. Na Região Centro-Oeste constatou-se que este percentual sobe para 45% e as profissionais cuja idade varia de 45 a 59 anos correspondem a 23%.

Tabela 2 – Ano de formação das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia

ANO DE FORMAÇÃO		
Ano	Frequência	Percentual
1976	1	10%
2000	1	10%
2001	2	20%
2004	1	10%
2005	1	10%
2006	4	40%
TOTAL	10	100

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins dessa dissertação, no segundo semestre de 2010.

Todas as assistentes sociais entrevistadas concluíram a graduação na Universidade Católica de Goiás (UCG), atualmente Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goias)³¹. Verificou-se que 90% das profissionais concluíram o curso a partir da década de 2000 e apenas uma, 10%, graduou-se nos anos 1970, especificamente em 1976, conforme mostra a Tabela 2. A maioria concluiu o curso na última década; portanto, o processo de formação dessas profissionais ocorreu pós 1996, ano da aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (BRASIL, 1996), um dos elementos de materialização do projeto ético-político profissional cujo eixo teórico está voltado para a questão social e a busca em garantir à profissão uma direção social hegemônica, isto é, assegurar a “direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-

³¹ A PUC/Goias oferece o curso de Serviço Social desde 1953. Até 2008, este era o único curso presencial no Estado de Goiás. A partir dessa data foi criado o curso de Serviço Social na Cidade de Goiás, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da Resolução CONSUNI 21/08, de 27 de junho de 2008 (BRASIL, 2008).

metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise social da realidade social brasileira” (ABEPSS, 1996, p. 145).

Tabela 3 – Tempo de atuação profissional das assistentes sociais dos CRAS/Goiânia

TEMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL		
Ano	Frequência	Percentual
1 a 2 anos	4	40%
3 a 4 anos	2	20%
8 a 10 anos	2	20%
Mais de 10 anos	1	10%
Não respondeu	1	10%
TOTAL	10	100%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Devido à recente conclusão do curso na década de 2000, o tempo de inserção das profissionais no mercado de trabalho é relativamente pequeno. Os dados da Tabela 3 mostram que 40% das assistentes sociais têm de um a dois anos de atuação profissional. Apenas 10% têm mais de dez anos de experiência, especificamente dezoito anos.

Considerando que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS orientam o projeto pedagógico de 1999 na PUC/GO, as assistentes sociais que concluíram a graduação na década de 2000 tiveram a discussão e vivência sobre o novo projeto-ético político. Estas profissionais tiveram sua formação paramentada nos três instrumentos legais da profissão que materializam o referido projeto: Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, Código de Ética Profissional/1993 e Lei 8.662 de 1993, que Regulamenta a Profissão, todos consolidados na década de 1990.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS têm seu eixo de formação voltado para as expressões da chamada questão social. Dessa forma, o Serviço Social brasileiro vem se construindo comprometido com os interesses da classe trabalhadora e o projeto ético-político traz uma maturidade profissional, resultado do trabalho coletivo de muitos assistentes sociais. Entretanto, seu surgimento está vinculado ao período em que se instaura no Brasil o projeto neoliberal, que defende os interesses dos segmentos dominantes da sociedade.

Em relação à vivência dos instrumentos legais da profissão, em especial o Código de Ética do Assistente Social (1993)³², no espaço dos CRAS do município Goiânia buscou-se o conhecimento das entrevistadas acerca do Artigo 5º, que trata dos “deveres do assistente social nas suas relações com os usuários” (CFESS, 1993). A resposta de grande parte das profissionais mostra que elas atuam segundo o que é proposto no referido documento, haja vista que apontaram como deveres mais importantes a “democratização de informações” e a “divulgação das atividades desenvolvidas nos CRAS”.

Pôde-se depreender que as assistentes sociais consideram o Código de Ética um instrumento importante para a atuação profissional, pois ele contribui para a defesa do Serviço Social como profissão, bem como para a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sobretudo norteando a intervenção profissional. Algumas profissionais justificam o posicionamento em relação ao artigo 5º da seguinte forma:

Nos dá autonomia do atendimento individualizado e até mesmo das decisões na intermediação e inclusão de usuários em programas sociais que são desenvolvidos dentro da Política de Assistência Social (Entrevistada 1).

Porque daí cumprimos o nosso dever como profissional e principalmente como cidadã (Entrevistada 3).

A atuação do assistente social deve ser sempre voltada para viabilizar os direitos sociais dos usuários (Entrevistada 6).

Se o usuário ficar sabendo quais os programas, cursos, atividades desenvolvidas na Unidade, terá a oportunidade de ser inserido nos mesmos (Entrevistada 8).

Os usuários devem participar democraticamente de todo o processo de construção da sua cidadania e serem fortalecidos para a sua plena emancipação (Entrevistada 10).

Com referência ao Capítulo II “Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras” do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), parte das entrevistadas considera que as indicações contidas servem, sobretudo,

³² Para Coelho (2008, p. 277), “o Código de Ética explicita o amadurecimento teórico quanto à apreensão da ontologia do ser social, e o grau de organização política da profissão evidenciado na direção social que aponta a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade pautada na liberdade e na emancipação humana”. Ou seja, ele norteia a prática profissional, aponta direitos e deveres dos profissionais e contribui para a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Sua elaboração culminou na década de 1990, mais precisamente no ano 1993, após um processo de lutas sociais e políticas enfrentadas por segmentos de categoria na década de 1980.

para mostrar à instituição empregadora que os assistentes sociais possuem um instrumento legal que fortalece e orienta eticamente a atuação profissional.

As profissionais que atuam nos CRAS do município de Goiânia têm em média de 1 a 2 anos de atuação (70% delas); 20% estão atuando de 3 a 4 anos. As entrevistas revelam que 60% dessas assistentes sociais foram admitidas por meio de concurso público³³ e é expressiva a porcentagem, 40%, das que mantêm o vínculo empregatício por meio de contrato por tempo determinado (Tabela 3), contrariando o posicionamento ético-político do conjunto CFESS/CRESS, que luta pela garantia de concurso público e condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, conforme prevê a Resolução CFESS nº 493 (CFESS, 2006).

Esses dados mostram algumas das transformações do mundo do trabalho, oriundas do avanço do capitalismo no Brasil e em diversos países, que têm precarizado as relações de trabalho e não garantem muitos dos direitos trabalhistas conquistados. As mudanças também podem ser percebidas, segundo Yazbek (1999, p. 30-31), na “redução de postos de trabalho, [...] a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo”.

A partir do final dos anos 1970, o “neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas [...] contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias” (ANTUNES, 2000, p. 22). Disso, resulta no que este autor denominou “metamorfose no processo de produção do capital e suas repercussões no mundo do trabalho”.

As transformações no processo produtivo, como o avanço tecnológico e a constituição das formas de acumulação flexível nos modelos taylorismo/fordismo³⁴, deram-se como resposta do capital às crises dos anos

³³ Concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Goiânia no ano 2008.

³⁴ “Padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa sob forte despotismo e controle fabril” (ANTUNES, 2000, p. 19).

1970. Essas transformações são resultado da concorrência intercapitalista e da necessidade de controlar o movimento operário e as lutas de classes (Id., 2000), fatos que acabaram afetando a classe trabalhadora, à medida que concorreram para o aumento do desemprego, a precarização e flexibilização do trabalho, atingindo trabalhadores de diversas áreas, dentre eles os assistentes sociais.

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal e o assistente social tem uma relativa autonomia na condução do exercício profissional. Iamamoto (2008c, p. 215) observa, entretanto, que

essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores [e que] o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais os quais personificam funções diferenciadas na sociedade.

Tabela 4 – Realidade em relação a vínculo e jornada de trabalho das assistentes sociais que atuam nos CRAS/ Goiânia

VÍNCULO PROFISSIONAL			RENDA FAMILIAR		
Com outro vínculo	Frequência	Percentual	Jornada semanal	Frequência	Percentual
Sim	2	20%	30 horas	8	80%
Não	8	80%	60 horas	1	10%
Não respondeu	-	-	Não respondeu	1	10%
TOTAL	10	100%	TOTAL	10	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Quanto às relações de trabalho das profissionais, 20% das entrevistadas acumulam trabalho em outra instituição e 80% possuem apenas um vínculo empregatício (Tabela 4). Essa realidade apresenta consonância com a pesquisa realizada pelo CFESS (2005) em que o mesmo foi constatado em âmbito nacional³⁵.

Em acordo com essa condição, a jornada de trabalho predominante para 80% das assistentes sociais é de 6 horas diárias, totalizando 30 horas

³⁵ Segundo esta pesquisa, 77% das assistentes sociais possuem apenas um vínculo empregatício.

semanais³⁶. A jornada de 60 horas semanais refere-se àquela profissional que tem outro vínculo empregatício (Tabela 4).

O alto percentual de assistentes sociais empregadas na rede pública está de acordo com o CFESS (2005). Na região Centro-Oeste, especificamente no Estado de Goiás, o governo municipal de Goiânia é responsável por empregar 28,81% dos assistentes sociais, perdendo apenas para o governo estadual, que emprega 33,33% destes profissionais.

Este estudo não tem como objetivo aprofundar acerca da saúde do assistente social; entretanto, durante a pesquisa, constatou-se que algumas profissionais têm se sentindo vulneráveis em seus espaços de trabalho em decorrência das condições objetivas e subjetivas para o exercício de suas funções e isso pode causar impactos negativos à qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Lidar cotidianamente com uma população em situação de pobreza e submetida à violação de direitos deixa o profissional suscetível a pressões, tanto por parte dos usuários quanto da instituição empregadora que busca resultados. Tal fato acaba gerando no profissional um desgaste físico, emocional e alto grau de estresse.

Nesse sentido, o conjunto CFESS/CRESS fortalece a luta em defesa de concurso público, salários compatíveis com o trabalho realizado, as funções e qualificação profissional, o estabelecimento de planos de cargos, carreiras e remuneração, estabilidade, bem como os direitos sociais inerentes ao trabalho conforme estabelece o artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

³⁶ Vale destacar que a jornada de trabalho semanal das assistentes sociais que atuam nos CRAS é de 30h, pois no trabalho público municipal, em Goiânia, esta jornada já existe para os cargos de nível superior e outros. Portanto, não teve influência da recente conquista da categoria, ocorrida durante o XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Brasília: redução da carga horária para todos os assistentes sociais para 30 horas semanais sem prejuízo no salário.

Tabela 5 – Renda profissional/Renda familiar das assistentes sociais que atuam nos CRAS/ Goiânia

RENDA PROFISSIONAL			RENDA FAMILIAR		
Rendimento	Frequência	Percentual	Renda familiar	Frequência	Percentual
Até 3 SM	7	70%	Até 3 SM	2	20%
De 3 a 6 SM	1	10%	De 3 a 6 SM	3	30%
De 6 a 9 SM	1	10%	De 6 a 9 SM	-	-
Branco	1	10%	Acima de 9 SM	5	50%
TOTAL	10	100,0%	TOTAL	10	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Obs.: O valor do salário mínimo na ocasião da pesquisa era R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

A média salarial das assistentes sociais entrevistadas varia de 3 a 9 salários mínimos (SM), conforme demonstra a Tabela 5. As que recebem até 3 SM correspondem à maioria, 70%. Uma não revelou sua renda mensal. De acordo com a pesquisa realizada pelo CFESS (2005), na região Centro-Oeste prevalece salário entre 4 a 5 SM e no que se refere à renda familiar a média desta região é a menor do Brasil, com prevalência entre 7 a 9 SM (29,69%), enquanto na região Sul a média é de 9 SM, 39,10% (CFESS, 2005).

Tabela 6 – A participação das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia em movimentos sociais

Participação em movimentos sociais	Frequência	Percentual %
Sim	1	10%
Não	9	90%
TOTAL	10	100%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Quando interrogadas acerca da participação em movimentos sociais, apenas 10% das entrevistadas responderam afirmativamente, conforme demonstra a Tabela 6. Este fato não é uma particularidade de Goiânia. Na pesquisa nacional realizada pelo CFESS (2005) foi constatado que a participação dos assistentes sociais em movimentos sociais é pequena, apenas 32%. Contudo, a pesquisa nacional mostra um dado curioso: a região Centro-Oeste é a que apresentou maior participação dos assistentes sociais em algum movimento social, um índice de 46,88%, o que não condiz com a inserção das profissionais entrevistadas dos CRAS. Deste dado pode ser inferido que as assistentes sociais entrevistadas provavelmente ainda não assimilaram que os

movimentos sociais estão intrinsecamente relacionados com as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e estão inseridos na luta dos trabalhadores, inclusive dos assistentes sociais, pelo reconhecimento de direitos, de cidadania, bem como a busca pela construção de novos direitos.

Embora haja uma larga discussão teórica em torno das modalidades de participação, Teixeira (2001, p. 25) entende “que as várias formas estão presentes no processo político de maneira mais ou menos intensa, conforme a conjuntura e os atores envolvidos”. O autor defende que

a participação deve ser considerada “quanto à sua possibilidade de fortalecer e aprofundar a democracia, e às suas limitações para efetivá-la. Independentemente das formas de que se pode revestir, a participação significa ‘fazer parte’, ‘tomar parte’, ‘ser parte’ de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir ‘a parte’ implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos do poder (Id., 2001, p. 26).

Dentre as justificativas de não participação, a grande maioria das entrevistadas, 50%, respondeu que não participa de movimentos sociais, pois não dispõe de tempo; 10% não gostam e 10% participam³⁷. As demais, 30%, usaram as seguintes justificativas:

Acredito que a nossa atual sociedade é direcionada por uma relação econômica e os movimentos sociais procuram também adquirir esse poder político e econômico. Não sendo esse movimento uma causa própria, de forma geral não interessa ao sujeito particular (Entrevistada 4).

Já participei do Conselho Municipal de Habitação, Conselho de Assistência Social, mas atualmente perdi os vínculos (Entrevistada 7). Tenho uma participação ativa no trabalho de evangelização da igreja Católica, o que exige de mim uma dedicação integral (Entrevistada 10).

Estes dados demonstram que as entrevistadas desvinculam o serviço social com os movimentos sociais e desconsideram que estes possuem

³⁷ A única entrevistada que declarou participar de um movimento social informou que é integrante do “Ficha Limpa”, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

determinações concretas advindas das relações de exploração e dominação capitalistas, fato que enfraquece e desmobiliza a categoria profissional.

Para Cisne, (2008, p. 1)

os movimentos sociais devem se constituir como vozes coletivas que teimem em gritar contra a barbárie capitalista nas suas múltiplas refrações, pois são sujeitos coletivos que surgem como sínteses das desigualdades sociais e sobre elas devem atuar numa perspectiva transformadora, o que exige a eliminação da raiz dessas desigualdades: a contradição entre capital e trabalho.

Tabela 7 – Formação profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia

Formação Profissional	Frequência	Percentual %
Especialização <i>lato sensu</i>	4	40%
Aperfeiçoamento incompleto	1	10%
Não respondeu	5	50%
TOTAL	10	100%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Em relação à formação profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, verifica-se que a maioria não realizou nenhuma pós-graduação ou aperfeiçoamento e é expressivo o número de profissionais que não respondeu à questão (50%). Dentre as pós-graduadas, 40% concluíram especialização *lato sensu*. Estes dados revelam que o ingresso à especialização é mais acessível, pois o CFESS está concluindo sua segunda turma à distância e a Universidade Federal de Goiás (UFG) e outras unidades de ensino oferecem cursos *lato sensu* em diversas áreas do conhecimento. A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social é oferecida pela PUC Goiás desde 2007. As universidades públicas no Estado de Goiás - Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade de Brasília (UnB) oferecem o *stricto sensu* em temáticas afins.

Tabela 8 - Autores que são referência para a prática profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS/Goiânia

Autores	Razão da escolha
Iamamoto, Pereira, Weber, Durkheim, Gramsci, Marx, Maquiavel	Esses autores nos ensinam a compreender a dominação do Estado sobre a sociedade, analisar como ele foi e é estruturado, ser crítico e até atuar sem aceitação e imposição desse próprio Estado e da instituição.
Iamamoto, Yazbek, Raul de Carvalho	São autores que tratam da questão social e do fazer profissional com muita propriedade.
Yasbek, Sposati, Netto, Maria Luiza	Me identifico com a linha de pensamento deles, e no caso da Carmelita e Sposati pela trajetória e militância pela política pública da assistência social.
Paulo Freire, Iamamoto, Yazbek	Identifico com a maneira com que estes autores fundamentam o trabalho do assistente social nas múltiplas manifestações das questões sociais apresentadas na sociedade capitalista, bem como no seu desenvolvimento e consolidação.
Sem indicação/sem referência	(4 profissionais)

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Com o intuito de dar visibilidade ao processo de formação continuada dessas profissionais que atuam nos CRAS de Goiânia, as entrevistadas foram questionadas acerca dos autores que são referências para sua atuação profissional. As principais indicações foram: Iamamoto, Yazbek, Sposati e Netto (conforme mostra a Tabela 8). Duas entrevistadas não responderam e outras duas informaram que não têm como referência nenhum autor em especial. Destas últimas, apenas uma justificou sua resposta: “Não tenho mais desenvolvido leituras na área do Serviço Social, somente na área jurídica” (Entrevistada 4)³⁸.

Em relação às obras lidas, houve menção da Revista Serviço Social e Sociedade, da PNAS, dos Parâmetros para a atuação do Assistente Social na PNAS e das leis e regulamentos referentes à profissão. A escolha dos autores e suas produções é justificada pela abordagem de temas pertinentes à área de atuação dos assistentes sociais dos CRAS, ou seja, a política de assistência social e assuntos relacionados ao fazer profissional e à questão social como processo fundante do Serviço Social.

³⁸ A profissional está cursando graduação em Direito.

Em relação à indicação de livros para fundamentação teórica, as entrevistadas não elegeram/indicaram nenhum. Apenas uma justificou-se, afirmando ter lido alguns livros durante o período em que estudava para prestar o concurso da Saúde; entretanto, declarou que não recorda quais foram.

Estes dados chamam atenção para o percentual expressivo que aponta a ausência de leitura na área do Serviço Social e conseqüente fragilidade teórica dessas assistentes sociais no exercício da profissão, principalmente se considerado que “é inerente ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado – e seu constante aprimoramento – que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva” (FORTI; GUERRA, 2010, p. 8).

A afirmação de um profissional propositivo requer que ele se assuma

comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que “tudo é sólido, desmancha no ar”. Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais (IAMAMOTO, 2008b, p. 145).

O assistente social, ao ter como objeto de trabalho a questão social em suas diversas expressões, deve ser capaz de apreender as determinações da realidade social, pois “sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social, não há análise científica possível” (LUKÁCS, 1976, p. 15). Dessa maneira, é necessário que o profissional busque uma sólida formação teórica e metodológica por meio de capacitações qualificadas que possibilitem uma “leitura depurada, substancial e racionalmente crítica da realidade social” (FORTI; GUERRA, 2010, p. 13). Estes autores depreendem que

é necessária uma visão dos processos sociais como totalidade que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que apresentam diferentes níveis de complexidade. Todavia, a leitura do real com essa amplitude supõe teorias macroscópicas sobre a sociedade, que possibilitem a apreensão tanto dos elementos estruturais quanto dos conjunturais, das peculiaridades de seus nexos com a totalidade, das relações entre os vários elementos que compõem a realidade em que estamos inseridos e na qual pretendemos atuar profissionalmente.

Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional (Id.; p. 3).

Destarte, é importante a apropriação de uma teoria que possibilite a apreensão da realidade enquanto uma totalidade que envolve os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais e desvele dialeticamente as mediações que constituem e orientam a atuação profissional, num processo histórico determinado pelas ações dos homens. Neste sentido, ela oferece subsídios na utilização de instrumentos imputando-lhes finalidade, análise, conceito e conteúdo à medida que lhes confere um sentido próprio, condizente com os princípios fundamentais que os orienta (SANTOS, 2010).

Há de se considerar também o âmbito da teleologia, ou seja, da projeção da finalidade. A relevância da teoria deve-se ao fato de que ela possibilita a apreensão da realidade nos aspectos sócio-históricos que interferem tanto nas condições e relações de trabalho como nas condições de vida da população, tornando possível a criação de propostas de trabalho que atendam às demandas postas pelos usuários da assistência social e de outras políticas e sejam coerentes com os limites e possibilidades impostos pela profissão (SANTOS, 2010).

3.3. A intervenção profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia

A atuação do assistente social nos CRAS de Goiânia é voltada para a família e as atividades e serviços são distribuídos por segmentos específicos: criança, adolescente, mulher e idosos.

Ao serem indagadas sobre a concepção de família adotada nos programas dos CRAS, parte das profissionais entrevistadas afirmou:

[são] famílias em situação de vulnerabilidade social, com vínculos familiares, com objetivo de fortalecer os mesmos (Entrevistada 1).

[são] moradores da região de abrangência, cuja renda familiar esteja entre 1 a 3 salários mínimos; famílias cujos componentes estejam em risco social, devido situações de violência, desemprego, desinformação, etc... (Entrevistada 5).

Chamou-nos a atenção o comentário de uma das entrevistadas:

[a] hidroginástica atende idosos e adultos, a maior parte tem um rendimento familiar por volta de R\$ 3.000,00, R\$ 5.000,00, R\$ 7.000,00, e quando insistimos em incluir alguma pessoa com deficiência enfrentamos dificuldades. No entanto, esclarecemos que as famílias de baixa renda não procuram muito a hidro[ginástica], talvez pelo horário incompatível com os horários de trabalho (Entrevistada 7).

Esta informação mostra a pouca autonomia do assistente social no espaço sócio-ocupacional em que atua e a burocracia da instituição que submete profissionais a critérios que demarcam limites para sua atuação ao indicarem o que e como fazer; isto é, há falta de autonomia nas decisões e ações, o que dificulta alternativas, no caso, para inclusão de pessoas deficientes nas diversas atividades, sem rejeição e sem preconceito dos demais participantes. É desenvolvida uma prática burocratizante que, segundo depoimento de entrevistadas, nem sempre é de fato cumprida por todos no interior da instituição.

Em relação ao trabalho prestado pelas assistentes sociais, constatou-se que ainda persiste o trabalho que reproduz e mantém os referenciais teóricos conservadores e uma prática imediatista, ativista e que contribui para o fortalecimento do modo de produção capitalista e do projeto burguês de sociedade, haja vista as seguintes informações:

Não existe poder de autonomia [por parte dos assistentes sociais], para as decisões de inclusão dos usuários em benefícios sociais, pois os critérios são estabelecidos pelos formuladores dos programas [...]. A resolução [da profissão] é bem formulada, mas o Estado atua no enxugamento das garantias de direitos (Entrevistada 1).
preenchimento de ficha social; preenchimento de cadúnico/Bolsa Família; preenchimento de matrícula [no] PETI; preenchimento de relatório; preenchimento (burocrático) de papeis [...] preencher, preencher, preencher papeis e mais papeis” (Entrevistada, 4).

Dentre os principais serviços que os CRAS de Goiânia oferecem às famílias estão os programas sociais³⁹ e os cursos profissionalizantes⁴⁰. As assistentes sociais são responsáveis por intervirem em todos os programas e, para tanto, desenvolvem atividades diversas, tais como: acolher os usuários, preencher documentos e viabilizar a inclusão dos “beneficiários” nos programas, orientar e providenciar encaminhamentos para os recursos da comunidade, realizar visitas domiciliares, acolhida, dentre outras⁴¹.

Existem algumas atividades, como a escuta, a acolhida e funções administrativas, que compõem o rol das atribuições desses profissionais, mas não têm como referência o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e a Lei que regulamenta a profissão (BRASIL, 1993).

Outros elementos que merecem destaque são os instrumentais técnicos e operacionais utilizados pelos assistentes sociais. A maioria das entrevistadas revelou que os instrumentos mais utilizados em seu exercício profissional são: entrevista, visita domiciliar, relatórios, diário de campo, cadastro único, reuniões e oficinas. Algumas informaram que estes instrumentos são construídos pela instituição e pelos programas desenvolvidos nos CRAS, enquanto outras declararam que participaram da sua construção.

Sabe-se que o instrumental técnico contribui na viabilização do trabalho a ser desenvolvido e pode influir no estabelecimento da relação com o usuário. Para Magalhães (2006), ao apropriar-se de um instrumento, o profissional deve estar atento aos objetivos de sua avaliação, bem como à linguagem utilizada e ao fato de ter afinidade com o(s) instrumento(s) escolhido(s). Eles devem ser facilitadores da atuação e ultrapassar a descrição dos dados empíricos para

³⁹ Programa Bolsa Família, Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), Programa ProJovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

⁴⁰ Cursos de bordado: vagonite, ponto cruz; culinária: tortas confeitadas, doces cristalizados, quitandas e salgados; curso de corte e costura, cabeleireiro, manicure, depilação e massagem. Entretanto, uma das entrevistadas citou: “Temos oficinas artesanais, mas os usuários do Bolsa Família pouco usufruem, já que não tem como comprar os materiais exigidos e, por outro lado, o CRAS não tem interesse em comprar” (Entrevistada 7).

⁴¹ As atribuições dos profissionais que atuam nos CRAS são definidas de acordo com a especificidade profissional. O assistente social enquadra-se naquelas em que são exigidos como critérios a “escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas no CRAS e porte do município, segundo a NOB-RH); com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias” (BRASIL, 2009, p. 63).

alcançar conteúdos históricos, ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos que vão diferenciar o trabalho competente daquele meramente burocrático, imediatista, executado por muitos assistentes sociais, conforme bem mostra Coelho (2008). Caso contrário, o profissional reforça a “visão burocrática e legalista da instituição e trabalha contra a luta pela autonomia técnica” (MOREIRA; ALVARENGA, 2006, p. 64).

Destaca-se também o fato de o assistente social ser o responsável por selecionar os usuários dos programas sociais e alunos dos cursos profissionalizantes, mas sob instrumentos definidos pela instituição e/ou programa. Vasconcelos (2003, p. 417) avalia que, ao atuar nesta perspectiva, o assistente social

em lugar de obter dados para criar e fortalecer estratégias e alternativas que respondam aos interesses dos usuários, ao seguir à risca os critérios e demandas institucionais, [...] contribui para excluir, estigmatizar, rotular mais ainda que os próprios critérios seletivos, excludentes e focalistas da política [de Assistência Social]. Ou seja, o trabalho profissional resume-se a verificar o grau de pobreza necessária para inserir o usuário nos critérios de exclusão determinados pela política social e/ou delegar a outros esta inserção a partir de encaminhamentos. Abre-se mão, assim, de verificar todos os dados, situações, indícios e informações disponíveis que assegurem o acesso aos recursos disponíveis para e/ou se exerça pressão a criação dos recursos necessários.

Espera-se do assistente social a capacidade de analisar criticamente a presente conjuntura para que possa propor projetos de intervenção, considerando que seu papel não se detém em

eliminar os conflitos, modificar comportamento, controlar as contradições, abrandar as desigualdades, administrar recursos e/ou benefícios sociais, incentivar a participação dos usuários nos projetos governamentais ou no alcance das metas empresariais. Neste caso, a profissão tem nos interesses da burguesia uma de suas bases de legitimidade (GUERRA, 1999, p. 56).

Embora o assistente social seja um profissional que goza de relativa autonomia no âmbito de sua atuação, ele é um trabalhador que, como os demais, vende sua força de trabalho e, nessa condição, precisa submeter-se

às determinações de quem o contrata; no caso, a SEMAS. Nesse sentido, não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar ou direcionar seu trabalho de acordo com suas intenções (IAMAMOTO, 2008c).

A esse respeito, uma das entrevistadas informa: “Somos barradas de fazer várias atividades, sobretudo porque a coordenação do CRAS ainda é muito centralizada e voltada para agradar ‘o gestor’, é muito difícil (Entrevistada 7).

Iamamoto (2008c, p. 424) considera que “o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho”. Elas interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos autorizados, dentre outras dimensões, cuja força é decorrente das relações de poder econômico e político, que acabam repercutindo no conteúdo e qualidade do trabalho realizado. Há também de se considerar a “interferência dos requisitos de produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas [...], as pressões de parte dos cidadãos por direitos e serviços correspondentes”.

Pode-se inferir, prossegue a autora, que há uma

tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2008c, p. 424).

Esta tensão pode ser verificada nas declarações das entrevistadas, ao se referirem às exigências institucionais:

[cobra] do profissional uma atuação, no caso, número reduzido de assistentes sociais para uma demanda significativa. Quer que os profissionais atendam a demanda com qualidade e às vezes não fornece todos os meios necessários (Entrevistada 1). Ainda não existe clareza por parte dos gestores do papel do Serviço Social, ocorrendo muito uma demanda arraigada pelo assistencialismo, sendo a assistente social responsável por resolver problemas estruturais das famílias (Entrevistada 4).

Percebo que existe muita exigência em se ter qualidade do exercício profissional, sem dar o devido respaldo para o profissional, [...] e até mesmo na questão de remuneração do profissional. [...] É uma demanda maçante e muitas funções que nos afogam e não nos deixam realizar aquilo que é previsto pela NOB/SUAS (Entrevistada 9).

Estes dados apontam que as assistentes sociais têm sido levadas à execução de um trabalho conservador, burocrático e repetitivo que reproduz e/ou reforça o *status quo*. Para Coelho (2008),

a prática [profissional] na sociedade capitalista é valorada por sua capacidade de produzir valor de troca. É contraditória a forma como o modo de ser da sociedade capitalista apreende e põe significado para a prática caucionada pelo valor de troca. Do ponto de vista da divisão sócio e técnica do trabalho, a atividade prática – trabalho abstrato – funda-se no princípio da cooperação, cujas exigências são satisfeitas por meio da capacitação rápida ou *adestramento*, para que os trabalhadores possam operar no cotidiano por meio de rotinas rígidas, controladas e eficazes. Os valores que incidem sobre esta prática são determinados pela produção da mais-valia pela classe trabalhadora apropriada pela minoria que detém os meios de produção e propriedade (COELHO, 2008, p. 247).

Algumas profissionais mostram-se conscientes dessa atuação e ao serem questionadas sobre como se posicionam, considerado o projeto profissional e diante do conflito entre interesses institucionais e demandas dos usuários, a maioria respondeu que se posiciona a favor dos usuários buscando mediar os conflitos; outras se sentem impotentes diante da instituição e declaram que

o melhor é não se posicionar (Entrevistada 4).

o que as instituições preconizam nem sempre atende às necessidades dos usuários. Diante do papel prestado pela assistente social do CRAS [...], ainda assim me sinto engessada e limitada a continuar alimentando o sistema do assistencialismo, visto que este modelo não supre as necessidades dos usuários (Entrevistada 8).

Ainda assim, as assistentes sociais sentem-se realizando os objetivos institucionais.

Tabela 9 – Objetivos atingidos nos CRAS/Goiânia

Os objetivos foram atingidos	Frequência	Percentual %
Sim	5	50%
Não	-	-
Em parte	4	40%
Não respondeu	1	10%
TOTAL	10	100%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Embora haja impasses e dificuldades que perpassam o cotidiano dos assistentes sociais nos CRAS em Goiânia, a maioria das entrevistadas revelou que os objetivos dos CRAS têm sido atingidos total ou parcialmente, conforme mostra a tabela 9. Para parte expressiva delas a inclusão dos usuários nos programas oferecidos pelos CRAS, sobretudo o de transferência de renda – Bolsa Família, caracteriza o alcance dos objetivos, haja vista o “impacto social através de geração de renda através do programa Bolsa Família, pois os mesmos [programas] garantem condições das famílias prover[em] na maioria das vezes a alimentação, que é o básico para a sobrevivência” (Entrevistada 1).

Há entrevistadas que consideram a inserção das famílias no referido Programa um indicador relevante para aferir se os objetivos da PNAS têm sido alcançados. Isso denota uma concepção de que os programas federais de transferência de renda têm uma contribuição significativa para a redução da pobreza e desigualdade social.

Não obstante, é necessário considerar que a avaliação a favor do Bolsa Família não é consenso entre as entrevistadas, uma vez que a maioria corrobora com as ponderações de Carvalho e Fernandes (2009) : “grande parte da demanda [de] beneficiários do Programa Bolsa Família não desenvolvem as potencialidades, correspondendo à estatística dos não emancipados” (Entrevistada 8).

A esse respeito, (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 379) comentam que além do valor monetário transferido às famílias ser muito baixo, ele não atende às “necessidades básicas que ultrapassam a simples reprodução biológica dos assistidos ou, principalmente, que o Programa Bolsa Família não

apresenta uma ‘porta de saída’ com acesso ao emprego e uma emancipação socioeconômica das famílias”.

Na corrente desse pensamento, Betto (2008) mostra que o Bolsa Família tem um perfil de assistencialismo, pois combate a miséria, mas não oferece condições para a emancipação dos beneficiários e tampouco afeta a desigualdade social, além de ser a “maior usina de votos favoráveis ao governo”.

Na defesa deste posicionamento Pessaro (2006, p. A3) também considera que o programa

não opera melhorias efetivas na qualidade de vida das famílias beneficiárias, é incapaz de controlar efetivamente o cumprimento das condicionantes e não apresenta incentivos à melhoria da qualidade da oferta de serviços públicos.

No que se refere às dificuldades encontradas nos espaços de trabalho, as entrevistadas pontuam outros desafios que precisam ser superados para que o trabalho venha realmente ao encontro do que preconiza a PNAS.

A principal “queixa” das profissionais está relacionada à falta de articulação com a rede de serviços, visto que as famílias são encaminhadas para outros não oferecidos nos CRAS e nem sempre são atendidas, o que dificulta o trabalho do assistente social que as encaminha.

Outro fator apontado refere-se aos critérios de seleção para inclusão das famílias nos programas oferecidos nos CRAS. Segundo as entrevistadas, os critérios são rígidos e não consideram a avaliação do profissional. Muitas vezes as famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social, segundo a avaliação profissional, mas, por não se encaixarem nos critérios de seleção do programa, não são incluídas e isso acaba inviabilizando um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993, p. 17): o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

Uma das entrevistadas avalia:

[Uma das dificuldades no trabalho é a não] inclusão de famílias que, segundo o programa, não atendem critérios de renda *per capita* estabelecidos, mas de acordo com a interpretação profissional essas famílias estão em situação de vulnerabilidade social e ficam excluídas; o profissional acaba ficando sem autonomia de decisão diante de critérios que são impostos (Entrevistada 1).

Esse posicionamento institucional fere outra proposição do Código de Ética Profissional (BRASIL, 1993, p. 24) no que refere às relações profissionais com os usuários, em seu Art. 5º - “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados”.

Outro aspecto destacado pelas entrevistadas refere-se ao número restrito de assistentes sociais para atender a demanda. A NOB-RH/SUAS determina que a equipe de referência do CRAS seja constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial, proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF.

Toda a equipe de referência do CRAS deve ser composta por servidores públicos efetivos, a fim de dirimir a rotatividade de profissionais, pois acredita-se que a baixa rotatividade seja fundamental para garantir a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações prestados, bem como para potencializar o processo de formação profissional permanente (BRASIL, 2009).

A composição da equipe de profissionais é regulamentada pela NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias que são referenciadas⁴² ao CRAS, em conformidade com o quadro a seguir:

⁴² Entende-se por família referenciada “a unidade de medida de famílias que vivem em territórios vulneráveis e são elegíveis ao atendimento ofertado no CRAS instalado nessas localidades” (BRASIL,s/d).

Quadro 1 – Demonstrativo das condições de atendimento dos CRAS quanto à capacidade e quantitativo de atendimento e equipe de referência

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência	
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro, preferencialmente psicólogo.	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.
3.500	750 famílias	Três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.	

Fonte: Orientações Técnicas do Centro de Referência da Assistência Social.

Atualmente, em cada CRAS no município de Goiânia existem duas assistentes sociais que atuam em turnos alternados. Este quantitativo restrito, segundo as entrevistadas, inviabiliza a concretização dos serviços de competência dos assistentes sociais e acaba influenciando na qualidade dos serviços prestados. Embora a PNAS/2004 reconheça esta realidade, ainda não foram apontadas soluções para modificá-la, mas

é sabido que a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade no campo das políticas públicas estão relacionados com a forma e as condições como são tratados os recursos humanos. O tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debate de e formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera Pública do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população (BRASIL, 2004, p.53).

Essa realidade acaba inviabilizando o acompanhamento de todas as famílias atendidas nos CRAS e isso evidencia os desafios citados por uma das entrevistadas – a necessidade de: “real mobilização da população; alterar comportamentos sociais; desenvolvimento de vínculos; verdadeira melhoria na

qualidade de vida e prevenção” (Entrevistada 4).

Dentre as observações colocadas pelas profissionais em relação às necessidades e deficiências dos CRAS e que levam à execução precária das atividades destacam-se, conforme tabela abaixo:

Tabela 10 – Opinião das assistentes sociais em relação às necessidades e deficiências dos CRAS/Goiânia e que levam à execução precária das atividades

Necessidades e deficiências apresentadas nos CRAS
Inadequação de planejamento das atividades e, quando é feito, nem sempre é cumprido.
Precariedade dos espaços físicos.
Recursos financeiros insuficientes para a realização dos programas (PETI, ProJovem).
Recursos materiais em quantidade insuficiente.
Restrição de veículo para realizar demandas externas (visitas domiciliares e institucionais).
Falta acesso à internet.
Não há telefone exclusivo para o Serviço Social e que realize ligações para celulares.
Dificuldade de acesso por parte dos usuários devido à localização de alguns CRAS.
Falta comunicação entre gestores e profissionais.

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

A respeito dos fatores citados, sobressaíram-se queixas em relação ao espaço físico. Apenas uma das entrevistadas mencionou que “a instituição foi reformada dentro dos critérios exigidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (Entrevistada 1). As demais questionaram a precariedade dos recursos existentes, tanto os permanentes quanto os de escritório e os descartáveis. Outra observação evidenciada em praticamente todos os CRAS foi a falta/deficiência de espaço físico adequado para os atendimentos do Serviço Social. A tabela a seguir demonstra a predominância das respostas.

Tabela 11 – Avaliação das assistentes sociais em relação às condições infraestruturais e de trabalho nos CRAS

Condições infraestruturais e de trabalho nos CRAS
Falta sala apropriada para o atendimento com os usuários (Entrevistada 2).
O local não é adequado, pois não garante [...] sigilo profissional, arquivamento de fichas sociais, relatórios; não oferece equipamentos como computador, internet, sala para atendimento individual, etc... (Entrevistada 6).
O local é questionável, tendo em vista que está ladeado por bairros nobres. Penso que existem outros bairros bem mais pauperizados. Não tem sala de atendimento, não tem acessibilidade e nem recursos, falta alimentação, material (Entrevistada 7).
Falta espaço físico, recursos didáticos, aparelhos eletroeletrônicos, entre outros (Entrevistada 8).
Adaptação para deficientes físicos e idosos, tanto das salas de atendimento e banheiros, falta telefone no Serviço Social, computador e impressora modernos, cadeiras adequadas, bebedouros, pois as crianças bebem água na torneira, sem copo inclusive, armários para melhor fazer o banco de dados, segurança no ambiente de trabalho, alimentação adequada (Entrevistada 9).
Embora sejamos um CRAS que tenha uma estrutura física privilegiada em relação aos demais, estamos distantes daquele preconizado pela PNAS. Como exemplo da inadequação, quero citar que nem a água oferecida aos usuários do CRAS é de qualidade, pois não possuímos um purificador ou bebedouro que filtre água (Entrevistada 10).
Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Diante desses dados, verifica-se que a infraestrutura dos CRAS não está de acordo com a que é preconizada pela PNAS e, portanto, não é adequada para atender às necessidades do desenvolvimento do trabalho com as famílias. Desse modo, depreende-se que a garantia de um exercício profissional com qualidade, ética e tecnicamente desenvolvido, de modo que garanta os direitos dos usuários que buscam a assistência social, tem sido violada.

De modo geral, a intervenção do assistente social em qualquer espaço sócio-ocupacional onde atue é marcada pelas limitações e desafios postos cotidianamente, pois “o terreno onde se inscreve a luta pela ampliação e defesa dos direitos de cidadania é prenhe de conflitos e estes se apresentam como matéria mesma da nossa intervenção” (PAIVA e SALES, 2008, p. 187-188).

Cabe destacar a Resolução CFESS nº 493 (CFESS, 2006) que estabelece condições para a atuação profissional:

Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;

b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;

d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.

Art. 5º - O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução.

Cumprido salientar que, mediante tantas dificuldades encontradas para a realização do trabalho nos CRAS de Goiânia, conforme avaliam as entrevistadas, é expressivo o número de profissionais que mostram insatisfação com a atual gestão e que apontam como uma das maiores dificuldades encontradas no cotidiano profissional. Nesse sentido vale citar algumas manifestações:

Falta de apoio das instâncias superiores, sem contar a burocracia (Entrevistada 8).

A visão do gestor em todas as esferas (municipal e estadual) da finalidade dos serviços do SUAS e assim ficando emperrada a resolutividade e efetividade dos serviços (Entrevistada 9).

Falta de respaldo da SEMAS, principalmente por parte do seu gestor (Entrevistada 10).

É importante destacar que as dificuldades apresentadas pelas assistentes sociais que atuam nos CRAS de Goiânia não são particularidades desta cidade nem dessas instituições, pois também aparecem no Estado de São Paulo, conforme revela o CRESS 9ª Região (2009) ao se referir à

ausência e insuficiência de: recursos humanos; capacitação continuada; monitoramento; espaço físico adequado; recursos e serviços no território (rede reduzida) [...]; recursos financeiros e materiais, inclusive equipamentos, destacando-se veículo; acesso à internet e redes de informática; baixa adesão às famílias; falta de

participação; [...] falta de autonomia em relação ao órgão gestor para implementação de projetos; concepção distorcida do Serviço Social, identificado com o assistencialismo e a ajuda; pouco tempo para refletir, discutir, planejar e avaliar; resistência de outros setores, inclusive de políticas públicas, que ainda cumprem papéis tradicionais (CRESS 9ª Região, 2009, p. 32-33).

Apesar dos impasses e as dificuldades que perpassam o cotidiano profissional dos assistentes sociais, também merecem destaque as facilidades encontradas nos espaços sócio-ocupacionais para a realização das atividades. As entrevistadas foram indagadas acerca deste assunto e, conforme mostra a Tabela 12, a maioria atribui como ponto positivo a interdisciplinaridade⁴³ presente nos CRAS, o que leva a depreender que existe articulação entre as diferentes áreas profissionais e as colegas de trabalho.

Tabela 12 – Opinião das assistentes sociais em relação à facilidade na realização dos programas desenvolvidos nos CRAS/Goiânia

Facilidades	Número de respostas
Criatividade por parte dos profissionais e determinação [em] busca dos objetivos a serem alcançados e busca ativa dos usuários para [a] participação e fortalecimento dos vínculos	1
Colegas (assistentes sociais e psicólogas) bem capacitadas que, juntas, fazem a diferença. Profissionais já com experiência de trabalho anterior em outras áreas.	1
A única facilidade encontrada é o apoio e a participação da equipe que presta serviço nesta unidade.	1
Facilidade [de] contato com o usuário e, [assim poder] detectar a demanda, a necessidade maior daquele momento.	1
Contato direto com os usuários, acesso às informações e demandas da população .	1
Não, nenhuma	1
Não existem muitas facilidades [...]	1
Não responderam	3
TOTAL	10

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Outro aspecto considerado positivo concerne ao livre acesso das profissionais aos usuários e suas famílias, pois, segundo as entrevistadas, isso

⁴³ “O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social - as vulnerabilidades e riscos sociais - não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações” (BRASIL, 2009, p. 64).

possibilita maior aproximação da realidade por eles vivida, o conhecimento de necessidades, demandas e expectativas.

Como parte da pesquisa, foi solicitado às profissionais para que fizessem uma avaliação sobre a autonomia do assistente social em sua prática profissional. Para tanto, foi elaborada a seguinte questão: “Caracterize a autonomia do Serviço Social nas decisões relativas à sua prática profissional na instituição”. Apesar do estabelecido no Código de Ética, a maioria das profissionais respondeu que a autonomia é limitada, considerando que as decisões são postas pela coordenação da instituição e não há flexibilidade para mudanças. Grande número não respondeu à questão, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 13 – Avaliação das assistentes sociais em relação à autonomia do Serviço Social nas relações relativas à prática profissional.

Autonomia do Serviço Social
Não existe poder de autonomia para as decisões de inclusão dos usuários em benefícios sociais, pois os critérios são estabelecidos pelos formuladores dos programas (Entrevistada 1).
A autonomia é um tanto limitada devido à compreensão da política de assistência por parte dos gestores (Entrevistada 6).
Considero a autonomia reduzida, até mesmo porque é cansativo ficar sozinha, batendo de frente o tempo todo. Até o relatório social é esquematizado pelo gestor, é como se fosse um formulário. Já questionei, já denunciei, mas não adianta nada (Entrevistada 7).
Contamos com uma relativa autonomia, pois estamos subordinadas a uma coordenação desqualificada que tem suas ações pautadas em interesses políticos e eleitoreiros, o que constitui um grande entrave à nossa atuação profissional (Entrevistada 10).
Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam nos CRAS do município de Goiânia, para fins desta dissertação, no segundo semestre de 2010.

Diante do exposto, avalia-se que as assistentes sociais que atuam nos CRAS em Goiânia encontram diversas dificuldades e limitações em suas intervenções. O exercício profissional com qualidade, ética e tecnicamente desenvolvido de forma a garantir os direitos dos usuários que recorrem à assistência social tem sido violado. Entretanto, a pesquisa revelou uma postura profissional de passividade e pouca autonomia diante das adversidades do contexto do trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A família sempre foi considerada uma instância natural de atendimento às necessidades de seus membros, provedora de cuidados e responsável pela proteção, socialização e amparo social. Ainda hoje, como mostra o estudo realizado, ela continua cumprindo seu papel na reprodução social, garantindo a espécie, a proteção e os cuidados para com seus membros.

O Estado, no âmbito das políticas sociais, é responsável por assegurar o direito social dos cidadãos, incluindo as famílias. Entretanto, no Brasil, a Política de Assistência Social manteve durante décadas um caráter assistencialista e caritativo, realidade que só foi alterada com a promulgação da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), que elevou a assistência à categoria de direito compondo o tripé da Seguridade Social com a Saúde e a Previdência Social. Não obstante, o Estado brasileiro que, até então, desenvolvia/assumia esta responsabilidade sem que houvesse um sistema de proteção social, é tensionado a partir de 1988 pela Constituição e, nos anos 1990, pela ofensiva neoliberal, que propôs a minimização da atenção estatal para com as expressões da questão social.

O ideário neoliberal estimula a expansão da iniciativa privada na área social e a “refilantropização” vem assumindo muitas das atribuições do Estado na área social, inclusive no trabalho com famílias.

A realização deste estudo revelou aspectos da realidade social expondo os desafios e limites vivenciados por assistentes sociais referentes às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas. A produção limitada acerca da temática e a escassez de documentos referentes ao processo histórico da institucionalização da política de assistência social no município de Goiânia somadas à falta/dificuldade de acesso àqueles existentes são alguns desses limites/desafios.

A pesquisa revelou que o quantitativo de dois assistentes sociais para cada CRAS, requisito da PNAS, é atendido, mas o número de profissionais é insuficiente para atender à demanda. São também estabelecidas relações de

trabalho instáveis entre a SEMAS e os profissionais, como prestação de serviços, trabalhos temporários e outros; situações que, muitas vezes, inviabilizam a continuidade nos trabalhos.

A sobrecarga e a precarização das condições de trabalho são fatores que desestimulam as assistentes sociais no desenvolvimento e na continuidade do processo de formação profissional, o que leva algumas delas ao descrédito para com a política de assistência social e para com a própria profissão.

Percebeu-se o descrédito por parte de uma profissional que busca uma segunda graduação e na fala de uma das entrevistadas: “[...] a política de assistência ainda é muito nova e temos que acreditar que existem avanços, [...]. Mas vale registrar que se o gestor tiver uma roupagem autoritária, como é o nosso caso, fica difícil; não adianta ter no papel resoluções, leis, decretos, se quem está na direção não tiver entendimento [...]” (Entrevistada 7).

A maioria das entrevistadas mencionou que tem conhecimento sobre a legislação e resoluções da profissão que respaldam o cotidiano do exercício profissional e reconhecem a relevância desses documentos para o Serviço Social. Entretanto, ficou constatada na pesquisa a falta de garantia das competências e atribuições profissionais, evidenciada na pouca autonomia nas intervenções e na excessiva burocracia institucional que submete as profissionais aos critérios que demarcam limites para a atuação à medida que indicam o “que” e o “como” fazer. Elas demonstraram impotência diante da postura e exigências dos gestores, o que expressa dificuldade em manter uma comunicação que possibilite avaliação e ampliação do debate da política de assistência social no município de Goiânia e a forma como essa política tem sido adotada e desenvolvida nos CRAS da instituição.

As condições materiais, institucionais, físicas e financeiras necessárias ao planejamento e avaliação das atividades são condições indispensáveis para o exercício profissional da assistência social, conforme preconiza o CFESS/CRESS. Contudo, o excesso de burocratização e falta de pessoal frente à demanda tem dificultado a concretização dessas atividades na perspectiva ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa. Essas condições nem sempre podem ser garantidas nos CRAS e isso, conseqüentemente, inibe o reconhecimento do trabalho profissional na

perspectiva da efetivação da política de assistência social e na materialização do acesso dos usuários aos direitos sociais.

Embora haja impasses e dificuldades no cotidiano da atuação profissional das assistentes sociais, 50% delas considerou que os objetivos dos CRAS em relação às famílias têm sido atingidos. O alcance foi associado pelas entrevistadas ao Programa Bolsa Família: segundo avaliação dessas profissionais, ao receber este “benefício” por meio de transferência de renda, a família tem a possibilidade de sair da condição de indigência. Uma das assistentes sociais avalia que o programa “tira o usuário da extrema pobreza e vai para a pobreza. [...] As famílias passam a ter acesso aos mínimos sociais deixando de passar fome” (Entrevistada 9), ou seja, “os mesmos [programas] garantem condições das famílias prover[em] na maioria das vezes a alimentação, que é o básico para a sobrevivência”, afirmou a Entrevistada 1. Outra entrevistada considerou que “a obrigatoriedade da frequência escolar das crianças e adolescentes e o cartão de vacina atualizado, com certeza, influenciarão de maneira satisfatória na vida dessas famílias” (Entrevistada 5).

A avaliação dessas profissionais expressa que os programas federais de transferência de renda têm contribuição significativa para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Ao defenderem a manutenção, por parte das famílias, das crianças na escola para garantir o direito básico à renda, as assistentes sociais revelaram uma visão pouco crítica da realidade social, considerando que não se discutiu em que condições as escolas atendem as crianças e nem **foi** avaliado o rendimento escolar.

Entretanto, esta avaliação não foi unânime entre as entrevistadas. Parte delas acredita que os objetivos vêm sendo parcialmente atingidos. Por outro lado, essas profissionais consideram que o Programa Bolsa Família contribui para que “as famílias [se] acomodem com o pouco que o benefício oferece, não procuram qualificar-se para serem inseridas no mercado de trabalho para sua emancipação”, conforme depoimento de uma das entrevistadas (Entrevistada 8). Falas de cerca de 40% das profissionais reproduzem o senso comum ao atribuírem às políticas públicas a acomodação, sem uma análise crítica de que as condições de vida de muitos brasileiros são resultado da agudização das expressões da questão social.

A acomodação e o pouco interesse justificam também a participação limitada das famílias nos cursos oferecidos nos CRAS. Estes são oferecidos conforme programação da instituição. No entanto, percebeu-se durante a pesquisa que estes cursos pouco alteram a situação de vulnerabilidade das pessoas em relação ao mercado de trabalho, que cada vez mais é seletivo e excludente. Os critérios adotados para seleção de pessoal eliminam grande número de interessados devido à grande demanda por vagas e à política econômica que não tem priorizado promover postos de trabalhos estáveis e protegidos. Até o exercício profissional dos assistentes sociais vem sendo atingido pelas mudanças e requisições atuais do mercado. As condições e relações de trabalho estão sendo precarizadas, o que submete os profissionais às condições postas pelas instituições, aos contratos temporários ou terceirizados e outras formas que tolhem a autonomia e o exercício profissional.

Verifica-se que as assistentes sociais que atuam nos CRAS divergem em seus posicionamentos e isso leva algumas a reconhecer que as iniciativas burguesas direcionam as políticas sociais com base nos critérios da focalização, seletividade, privatização e participação da sociedade civil na execução de programas e serviços sociais. Revela-se, assim, a precariedade e insuficiência das respostas do Estado às necessidades dos demandatários e à garantia dos direitos sociais.

Alinhado a essa perspectiva, pode-se afirmar que a hipótese da pesquisa que subsidiou esta dissertação é confirmada nos depoimentos das assistentes sociais, que atribuem à precariedade das condições de trabalho um dos elementos que inviabiliza a proteção e segurança das famílias conforme previsto na PNAS.

Depreende-se que a família vem passando por mudanças profundas nas últimas décadas em decorrência de fatores que já foram explicitados ao longo deste trabalho e, desse modo, é necessário reconhecer suas particularidades e singularidades a fim de propor intervenções que vão ao encontro de suas necessidades.

Faz-se necessário implementar, por meio da esfera pública, políticas de proteção social que realmente sejam capazes de alterar as condições de vida

das famílias usuárias dos diversos programas, projetos e serviços. Para isso, é pertinente que o Estado reconheça a relevância das políticas públicas no sentido da garantia e defesa dos direitos sociais.

A intervenção do assistente social demanda autonomia no trabalho profissional, com condições éticas e técnicas e com respeito aos direitos, princípios e valores estabelecidos nos documentos regulamentadores da profissão. Tais medidas poderão significar a preservação da capacitação continuada com momentos de estudo no horário de trabalho e apoio à participação em cursos de pós-graduação que assegurem o aprimoramento profissional.

Condições adequadas de trabalho, número de profissionais condizentes com a complexidade e demanda dos trabalhos, contratos estáveis, salários condizentes com a profissão desenvolvida, recursos materiais e financeiros que possibilitem o atendimento à população demandatária também são condições previstas nas competências e atribuições profissionais. Nesse sentido, é possível ao profissional encaminhar medidas e ações para que “a assistência social configure[-se] como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo”, conforme prevê a PNAS (BRASIL, 2004, p. 31).

A pesquisa de campo realizada para subsidiar esta dissertação possibilitou apreender um conteúdo que vai além das análises aqui desenvolvidas e espera-se que as questões elencadas sirvam para reflexão e estímulo para novas abordagens e pesquisas, considerando que “no domínio científico toda conclusão é sempre provisória” (NETTO, 2009, p.676).

Nesta perspectiva, considera-se necessário a realização de pesquisas e sistematizações das experiências desenvolvidas nesta área. Este aprofundamento torna-se imprescindível, não apenas por uma questão acadêmica, mas considerando que a política de assistência social, dado à transversalidade de seu caráter e sua condição articuladora com as demais políticas públicas, contribui para a instituição de um sistema mais amplo de proteção social e resgata o propósito da Seguridade Social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria. Beatriz Costa; CABRAL, Maria. do Socorro Reis. O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – 1979. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 100, p. 728-748, 2010.

ALENCAR, Mônica Maria Torres. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione Apolinario et al. (Orgs.). In: **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, p. 61-78, 2008.

_____. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (Orgs.). In: **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 133-152.

AMARAL, Sueli Gígio Pacheco do; TOLEDO, Laísa Regina Di Campos. Trabalho e feminização da pobreza. **Revista Presença da Mulher**, São Paulo, v. 15, n. 40, out./dez. 2001.

AMMANN, Safira. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, p. 18-31, 2000.

ARRAIGADA, Irma. Cambios y desigualdade en las familias latinoamericanas. In: **Revista de La CEPAL 77**. ago. 2002. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/19349/lcg2180e_arriagada.pdf>. Acesso em 15 nov. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de nov. de 1996).1996, Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em 23 out. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).(s/d). **Breve histórico da ABEPSS.** Disponível em:<<http://www.abepss.org.br>> Acesso em: 23 nov. 2010.

_____. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Disponível em:<<http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/estatuto.pdf>>. Acesso em 23 nov. 2010.

BARROSO, Carmen.; BRUSCHINI, Maria Cristina. A. Sofridas e mal pagas. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 37, p.39-43, 1981.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização.** São Paulo: Manole, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, Coleção Antropologia, n. 5, 2. ed. 1974.

BETTO, Frei. Frei Betto critica assistencialismo e pede reformas por “democracia econômica”. **UOL Últimas Notícias,** São Paulo, 15 mar. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/15/ult23u1484.jhtm>>. Acesso em 27 dez. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942 de criação da LBA. Estabelece a contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. Disponível em:<<http://www6.sendo.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes>>. Acesso em 18 nov. 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 1993. (1993a)

_____. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social dá outras providências. Brasília, 1993. (1993b)

BRASIL. **Lei Federal nº 9.278 de 10 de maio de 1996**. Regula o § 3º do Art. 226 da Constituição Federal, dispondo sobre a convivência duradoura e contínua de um homem e uma mulher. Brasília, 1996.

_____. **Ministério da Previdência e Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MPAS/SEAS, 1999.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Centro de Referência de Assistência Social**. [s/d]. Disponível em: <www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>. Acesso em 12 jan. 2010.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004. (2004a)

_____. **Portaria n. 78, de 8 de abril de 2004**. Estabelece diretrizes e normas para a implementação do "Programa de Atenção Integral à Família - PAIF" e dá outras providências. Brasília, 2004. (2004b)

_____. Ministério da Educação. **Resolução** – CONSUNI nº 21/2008 de 27 de junho de 2008. Cria o curso de graduação em Serviço Social na Faculdade de Direito – Extensão Goiás da UFG. Disponível em <http://www.ufg.br/consultas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2008_0021.pdf>. Acesso em 13 jan. 2011.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília, 2009.

_____. **Proteção Social Básica** (s/d). Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica>>. Acesso em 26 dez. 2010.

BRAVO, Maria Inês. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 100, p. 679-708, 2009.

Brites, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional: Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores 2**. 4. ed. Brasília: CFESS, 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia.; GUERRA Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**, São Paulo: Cortez, 3. ed. 2000, p. 49-79.

CAMPOS, Luana Garcia. **O trabalho com famílias na proteção social especial de média complexidade no município de Londrina/PR**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera; GARCIA, Joana. Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. **Revista Katálysis** [online], Florianópolis, vol.10, n.1, p. 95-104, 2007. ISSN 1414-4980. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100011>. Acesso em: 17 dez. 2010.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social**, revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, Brasília, n. 12, p. 165-190, jan./jun. 2003.

CAMPOS, Marta Silva. Família e Política Social: caso brasileiro e estudo particular em São Paulo. In: VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra. **Resumo dos Trabalhos ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro**, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Porto Alegre, n. 4, ano IV, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/994>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; FERNANDES, Cláudia Monteiro. Algumas considerações sobre o bolsa família. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 98, p. 362-387, 2009.

CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 57, p. 74-98, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**, São Paulo: Cortez, 7. ed., p. 15-22, 2006.

CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 2, p. 43-71, 1980.

CISNE, Mirla. Luta de Classe e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo. In: 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. **Anais**, comunicações, categoria: Movimentos Sociais Rurais e Urbanos e Meio Ambiente. Salvador, 2008.

COELHO, Marilene Aparecida. A. **Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 13 mar.1993.

_____. (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

_____. **Resolução CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, Brasília, 2006.

_____. CFESS Informa. **Boletim do Conselho Federal do Serviço Social**. Brasília, set. 2009.

_____. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série: **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**, Brasília: CFESS, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (9ª Região). A atuação do Assistente Social no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. **Sistematização dos dados sobre a atuação do assistente social no CRAS**. Cadernos CRESS-SP. São Paulo: CRESS-SP – 9ª Região, 2009.

COUTO, Berenice Rojas et al. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-65.

DATA FOLHA - Instituto de Pesquisas. **Opinião pública**. Família fica ainda mais importante para brasileiros. São Paulo, 31 ago. 2007. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=795>. Acesso em: 6 set. 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**. Rio de Janeiro, n. 24, 1991.

_____. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 35, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6445199500010004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 jan. 2011.

_____. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta; PALIER, Bruno. **Los tres grandes retos Del Estado Del bienestar**. Traducción de: Pau Joan Hernández. Barcelona: Editorial Planeta, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social no Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 24, p.49-69, 1987.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez: Brasília, 8. ed., 2008, p. 11-15.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. “Na Prática a teoria é outra?”. In: **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social**. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 3-21.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 9. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1977.

GOIÂNIA. Lei nº 4.272, de 30 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a nova estrutura do sistema administrativo da Prefeitura Municipal de Goiânia e dá outras providências. Goiânia, 1969. (1969a).

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal de Goiânia. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969**. São Paulo: Serete S/A Engenharia, 1969. (1969b).

_____. **Lei nº 4.655, de 30 de dezembro de 1972**. Autoriza a instalar a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). Goiânia, 1972.

_____. **Decreto nº 134, de 4 de março de 1974**. Aprova o Estatuto da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). Goiânia, 1974.

_____. **Decreto nº 40, de 30 de janeiro de 1976**. Aprova o novo Estatuto da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário. Goiânia, 1976.

_____. Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). **Relatório elaborado pelo Departamento de Comunicação Social - DCS**, maio de 1986. Goiânia, 1986.

_____. **Decreto nº 878, de 15 de setembro de 1988**. Aprova o novo Estatuto da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário. Goiânia, 1988.

_____. Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). **Oficinas setoriais**. Goiânia, 2001. (2001a).

_____. _____. **Proposta de estudo de reestruturação da FUMDEC**. Goiânia, 2001. (2001b).

GOIÂNIA. Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). **Minuta do Projeto de implementação do Centro Municipal de Assistência Social (CEMAS)**. Goiânia, 2002.

GOIÂNIA. Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). **Projeto Pra ninguém ficar de fora – Goiás**. Goiânia, 2003. (2003a).

_____. _____. **Projeto de inclusão social para o município de Goiânia – Goiás**. Goiânia, 2003. (2003b).

_____. **Proteção Básica**. [s/d]. Disponível em: <www.goiania.go.gov.br/html/semas/index.htm>. Acesso em: 2 jan. 2011.

_____. **Lei n. 8.537 de 20 de junho de 2007**. Dispõe sobre a alteração na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Goiânia e dá outras providências. Goiânia, 2007.

_____. **Decreto n. 1.585 de 26 de junho de 2008**. Extingue a FUMDEC e cria a SEMAS. Goiânia, 2008. (2008a).

_____. **Decreto n. 1.510, de 26 de junho de 2008**. Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), e dá outras providências. Goiânia, 2008. (2008b).

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Assessoria de Planejamento. **Informações sobre os CRAS no município de Goiânia**. Mensagem enviada por <keniamagg@hotmail.com> e recebida por <kabrao@yahoo.com.br>, em 29 mar. 2011. 2 p.

GUEIROS, Azevedo. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 71, p. 102-121, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, p. 51-63, 1999.

HOBBSAWM, Eric. John. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 24. ed. São Paulo: Cortez: CELATS, 2008 (2008a).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (2008b).

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (2008c).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais de 2007**. Mulher de hoje. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/mulherhoje.html>>. Acesso em 22 jul. 2010.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais de 2008**. Educação melhora, mas ainda apresenta desafios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso em 28 ago. 2010.

_____. **Cidades**, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais de 2010**. Mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1717>. Acesso em 1º jan. 2011.

KRMPOTIC, Claudia Sandra; IESO, Lia Carla. Los cuidados familiares. Aspectos de La reproducción social a la luz de la desigualdad de género. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 95-101, jan./jun. 2010.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA). **Diretrizes e realizações. Relatório apresentado pelo Secretário Geral aos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo**. ago. 1942/ jul. 1943. Publicação da LBA, 1942. (Arquivo da Escola de Serviço Social da PUC/SP).

LIMA, Eliéte Maria de. **A Proteção Social no âmbito da família: um estudo sobre as famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2006.

LOPES, Juarez Brandão; GOTTSCHALK, Andréa. Recessão, Pobreza e Família: a década pior do que perdida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 4, n. 1, p. 100-109, jan./mar. 1990.

LUKÁCS, Georg. **As tarefas da filosofia marxista na nova democracia**. Budapeste, 1948.

_____. **El assalto a La razón: La trayectoria Del irracionalismo desde Schelling hastasta Hitler**. Barcelona: Grijalbo, 1976.

MACHADO, Maria Conceição Padial. **O processo educativo dos trabalhadores que vivem entre dois mundos de uma mesma cidade**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2006.

MARCOS, Almiro. Lares brasileiros passam a ter novas estruturas familiares. **O Popular**, Goiânia, 14 out. 2010, p. 3.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MIGUEL, Walderez Loureiro. **O Serviço Social e a Promoção do Homem: um estudo de ideologia**. 3. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1989.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 55, p. 114-130, 1997.

_____. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, p.215-24, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos e Contextos**. n. 3. dez. 2004 (2004a). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/979/519>> Acesso em 4 set. 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas Públicas**: Programa de Políticas Públicas, São Luís, v. 8, n. 1, p. 133-143, jan./jun. 2004. (2004b).

_____. et al. Quem cobre as insuficiências das políticas públicas? Contribuição ao debate sobre a família na provisão do bem-estar social. **Revista de Políticas Públicas**: Programa de Políticas Públicas, São Luís, v. 10, n.1, jan./jun. 2006.

_____. et al. A relevância da família no atual contexto das políticas públicas brasileiras: a política de assistência social e a política antidrogas. **Revista de Políticas Públicas**: Programa de Políticas Públicas, São Luís, v.11, n. 2, p. 197-220, jul./dez. 2007.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinario et al (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-59.

_____. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (2009a). p. 130-148.

_____. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, v.1, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (2009b). p. 497-512.

_____. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho do assistente social. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (Orgs.). **Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 3-14.

MONTAÑO, Carlos. El debate metodológico de los '80/'90. El enfoque ontológico versus El abordaje epistemológico. In: BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos (Orgs.). **Metodología y Servicio Social: hoy en debate**. Tradução de Carlos E. Montaña. São Paulo: Cortez, 2000. p. 9-33 (Biblioteca Latinoamericana de Serviço Social).

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

MOREIRA, Marinete Cordeiro; ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo de. O Parecer Social: um instrumento de viabilização de direitos (relato de experiência). In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). **O estudo social em perícia, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário penitenciário e na previdência social**. 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-67.

MOURA, Gusmão Maria Cristina. **A institucionalização da Política de Assistência Social à construção da FUMDEC**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social (Monografia) – Departamento de Serviço Social, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

MOURA, Silvestre da Silva et al. Família, Mulher e Gênero: um estudo com base no trabalho do assistente social nas décadas de 1940 a 1970. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais**, comunicação oral, categoria: Família e relações sociais. Brasília, 2010.

MOYSÉS, Aristides. Contradições de uma cidade planejada no planalto central brasileiro: segregação territorial em Goiânia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 5, p. 59-75, 1981.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, 1989.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 1991. (1991a).

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991. (1991b).

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, São Paulo: Cortez, p. 87-132, 1996.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinario. A Nova Ética Profissional: PRÁXIS E PRINCÍPIOS. In: BONNETTI, Dilséa Adeodata et. al. (Orgs.). Serviço Social e Ética: convite a uma nova praxis. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO, Carmen Regina, et al. Perfil da família goianiense. In: SOUSA, Sônia M. Gomes; RIZZINI, Irene. (Coord.). **Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001. p. 55-71.

PARO, Carmen Regina; MACHADO, Maria Conceição Sarmento Padial. Família: um estudo sobre a realidade de Goiânia. In: 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual. **Anais**, comunicação oral, categoria: Família e Relações Sociais. Salvador, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 48, p. 103-114, 1995.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. et al (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 25-42.

PESSARO, Floriano. É preciso superar os limites. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2006, p. A3.

RAICHELIS, Raquel. (Coord.). Suas: configurando os eixos de mudança. **Capacita SUAS**, Brasília, MDS-IEE/PUC/SP, 2008.

RIBEIRO. Eleusa Bilemjian. **O processo de formação profissional do assistente social: o estágio curricular obrigatório**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROUSSEFF, Dilma. **Em discurso emocionado, Dilma enaltece conquista das mulheres e promete erradicar a pobreza**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/em-discurso-emocionado-dilma-enaltece-conquista-das-mulheres-e-promete-erradicar-pobreza-20110101.html>>, 2010. Acesso em 1º jan. 2010.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Rio de Janeiro: Estampa, 1997.

SANTOS, Anne Caroline de Almeida. E a família, como vai? Um olhar sobre os programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica da família. **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 30-45, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Falles (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2010. p. 21-36.

SILVA, Neimy Batista da. **Dificuldades e avanços na implantação SUS em Goiânia – Goiás no período de 1997 a 2004**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca básica de serviço social, v. 3).

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant et. al. (Orgs.). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 23-27.

_____. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 71, p. 9-25, São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TOLEDO, Laisa Regina Di Maio Campos. A família contemporânea e a interface com as políticas públicas. **Revista Ser Social**, n. 21. p. 13-44, jul./dez. Brasília, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VÈRDES-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. Tradução de René de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1978.

VIANA, Maria José de Faria. Assistência Social no contexto do pluralismo de bem-estar: desinstitucionalização e conservadorismo. **Revista Ser Social**. n. 12. Brasília: SER/UnB, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. Brasília: CFESS/ABEPSS/ CEAD/UnB, p. 19-34, 1999.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, v. 1, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.

_____. et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais – desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B. R. et al (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 138-204.

ANEXO A



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

1427

PARECER CONSUBSTANCIADO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Título do Projeto: O Impacto da Política Nacional de Assistência Social no trabalho com Famílias no município de Goiânia

1.2. CAAE : 2139.0.000.168-10

1.3. Instituição aonde será realizado: Centro de Referência de Assistência Social CRAS Goiânia

1.4. Data de apresentação ao CEP: 06.07.2010

2. OBJETIVOS

Geral: Está claro e pertinente ao tema.

Específicos: Estão claros e relacionados ao objeto de estudo.

3. SUMÁRIO DO PROJETO

3.1. Descrição e caracterização da amostra. Constam no projeto.

3.2. Critérios de inclusão e exclusão. Constam no projeto.

3.3. Adequação da metodologia. Esta clara.

3.4. Adequação das condições. Esta clara.

4. COMENTÁRIOS DO RELATOR FRENTE À RESOLUÇÃO CNS 196/96 E COMPLEMENTARES EM PARTICULAR SOBRE:

4.1. Estrutura do protocolo: Esta adequada.

4.2. Análise de riscos e benefícios: Esta adequada.

4.3. Estrutura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Adequada.

4.4. Forma de obtenção do Termo de Consentimento: Consta no TCLE.

4.5. Privacidade e confidencialidade: Consta no TCLE.

5. Parecer do CEP: Projeto APROVADO

- CEP-SGC/PUC Goiás pode, a qualquer momento, fazer escolha aleatória de estudo em desenvolvimento para avaliação e verificação do cumprimento das normas da Resolução 196/96 (Manual Operacional Para Comitês de Ética em Pesquisa – item 13).
- Informamos que é obrigatória a entrega do relatório de acompanhamento da pesquisa, conforme a categoria de pesquisa realizada, em cumprimento da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.
- Modelo do relatório de acompanhamento da pesquisa se encontra no site do Comitê de Ética <http://www.ucg.br/coep> - modelos documentos.
- Categorias de pesquisa – TCC e Especialização: relatório final da pesquisa; Mestrado, Doutorado e Outros: relatório anual e final da pesquisa.

Goiânia, 20 de agosto de 2010.


Prof. Dr. José Rodrigues do Carmo Filho
Coordenador do CEP-SGC/PUC Goiás

ANEXO B

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PÓS-GRADUAÇÃO *STRITUS SENSU* MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás pelo telefone (62)3946-1512; endereço: Av. Universitária n° 1440 setor Universitário – Área IV (ao lado da reitoria) – Goiânia – GO; email: cep@ucg.br, horário de funcionamento de segunda à sexta, das 13h às 17h.

Informações sobre a Pesquisa:

Título: O impacto da Política Nacional de Assistência Social no trabalho com famílias no município de Goiânia

Pesquisadora Responsável: Kênia Cristina Lopes Abrão, CRESS 19ª Região n° 2185

Telefone para contato: (62) 8408-2474

Email: kabrao@yahoo.com.br

Professora Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eleusa Bilemjian Ribeiro

Telefone para contato: (62)3946-1257/ (62) 3946-1161

Email: eleusaribeiro_2@hotmail.com

Esta pesquisa será realizada por Kênia Cristina Lopes Abrão, aluna regular no Mestrado em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, sob n.º de matrícula: 2009.1.098.001.0012, com a finalidade de conhecer o impacto da PNAS na vida das famílias atendidas nos CRASs no município de Goiânia

1 Objetivos:

1.1. Geral:

- Identificar o impacto da Política Nacional de Assistência Social no trabalho com famílias atendidas nos CRASs no município de Goiânia, em conformidade com a PNAS.

1.2. Específicos

- Desvelar as concepções de família que norteiam a atuação dos assistentes sociais no encaminhamento das demandas, rotinas e atividades realizadas nos Centro de Referência de Assistência Social CRAS(s) da SEMAS.
- Identificar no trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos CRASs da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, o impacto da PNAS nas condições de vida das famílias atendidas.

2. Participantes da pesquisa: Assistentes Sociais em exercício de sua atividade profissional em seis CRAS no município de Goiânia, devidamente inscritos no CRESS 19ª Região – Goiás. A relação com estes sujeitos basear-se-á no respeito profissional a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social, cabendo a qualquer profissional, caso se sinta lesado, recorrer judicialmente.

3. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o (a) Sr. (sra) permitirá que a pesquisadora Kênia Cristina Lopes Abrão, utilize as informações com ética e respeito. O/A Sr. (sra.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda prosseguir participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o (a) sr (sra.). Sempre que julgar necessário deve solicitar mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone (62) 8408-2474/ (62) 3624-8059 e/ou dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC Goiás

e/ou Núcleo de Estudo de Pesquisa Estado, Sociedade e Cidadania (NUPESC) do PPSS/UCG.

4. Duração da Pesquisa: A previsão de duração da pesquisa é de três meses (de junho a agosto de 2010), podendo, em caso de eventualidades, ser modificada mediante o prévio comunicado e aceite dos participantes.

5. Sobre as entrevistas: Serão realizadas individualmente, com agendamento prévio, conforme disponibilidade do entrevistado (a). A identificação dos participantes será mantida em sigilo e seus nomes serão substituídos por códigos alfabéticos para preservar sua identificação. O sujeito da pesquisa terá conhecimento prévio do questionário que será aplicado por meio de entrevistas não gravadas.

6. Riscos e desconforto: Toda e qualquer pesquisa com seres humanos está sujeita a riscos, dentre os quais se pode prever o risco do discurso ideológico influenciar na análise e o não acesso a documentos fundamentais à pesquisa dentre outros. Porém, teremos o maior cuidado no sentido de evitar constrangimentos e situações vexatórias. Sua participação é livre e não lhe trará nenhuma complicação de qualquer natureza, seja de ordem legal, trabalhista / previdenciária, situação que provoque maus tratos, afronta ou constrangimento que possa lhe prejudicar. Assumimos o compromisso quanto a qualquer prejuízo, desconforto, danos que podem ser provocados pela pesquisa, à inutilização dos instrumentos utilizados para coleta dos dados. A aplicação do questionário não expõe sua integridade física, sua dignidade humana e qualquer tipo de humilhação e preconceito, seja de ordem psicológica ou econômica.

7. Procedimentos: os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e analisados a luz do Serviço Social; nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à dignidade dos sujeitos colaboradores desta pesquisa. Declaramos haver por parte da pesquisadora compreensão quanto ao cumprimento dos aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos, dentre outros, sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade. Sendo assim, há compromisso assegurado a todo sujeito

participante: confidencialidade, privacidade, anonimato e proteção da imagem e não estigmatização, sendo excluído qualquer tipo de simulação/fraude, dependência, subordinação ou intimidação. Asseguramos também aos possíveis integrantes total liberdade em participar ou não desta pesquisa, sem que haja qualquer tipo de penalidade ou constrangimento. A execução desse projeto inicia somente após aprovação pelo Comitê de Ética indicado no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP) no momento de seu registro. Todo material proveniente dos questionários será sistematizado e submetido à apreciação e liberação do entrevistado.

8. Benefícios: ao participar desta pesquisa o (a) Sr. (sra.) não terá nenhum benefício pessoal direto. Entretanto, espera-se que este estudo possa subsidiar e aprofundar os debates, reflexões e decisões sobre o impacto da PNAS na vida das famílias atendidas nos CRAS do município de Goiânia mediante o acúmulo de conhecimento que será fornecido a partir desta pesquisa e possa contribuir na construção de uma política pública pautada nos princípios da universalização de acesso, equidade, democracia e direitos de cidadania resultante do processo de articulação das diversas políticas sociais e de toda a sociedade.

9. Pagamento: O (a) Sr. (sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

10. Destinação dos Resultados: Os resultados ficarão disponíveis no PPSS/NUPESC/PUC Goiás, na Biblioteca Central da PUC Goiás.

11. Destinação do material: As informações dos questionários serão utilizadas na construção de uma dissertação de mestrado e artigos. Os questionários aplicados, após análise, serão arquivados no PPSS da PUC Goiás. Após cinco anos arquivados os questionários utilizados na coleta de dados serão incinerados.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Assim sendo preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido: considerando os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Goiânia, ____ / ____ /2010

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura da Orientadora

ANEXO C

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRITO SENSU* MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDO PESQUISA ESTADO SOCIEDADE E
CIDADANIA/NUPESC**

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu _____, RG nº _____
CPF nº _____, CRESS 19ª Região nº _____, abaixo
assinado, concordo em participar do estudo “O impacto da Política Nacional de
Assistência Social no trabalho com famílias no município de Goiânia” como
sujeito (a) da pesquisa. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela
pesquisadora Kênia Cristina Lopes Abrão sobre a pesquisa, os procedimentos
nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de
minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a
qualquer momento, sem que traga nenhum prejuízo para mim.

Sei também que, caso os resultados deste trabalho sejam divulgados, o
meu nome e serão mantidos em sigilo e as informações que fornecerei só
serão utilizadas para fins de pesquisa.

Local e data: _____

Nome do sujeito: _____

Assinatura do sujeito: _____

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a
pesquisa e aceite do sujeito em participar.**

Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXO D

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRITO SENSU* MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDO PESQUISA ESTADO SOCIEDADE E
CIDADANIA/NUPESC**

Termo de Consentimento Livre/Autorização e Esclarecimento

Eu _____ que abaixo subscrevo, autorizo a pesquisadora Kênia Cristina Lopes Abrão, aluna regular no Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, matrícula: 2009.1.098.001.0012, sob orientação da Profa. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro, realizar a pesquisa: *O impacto da Política Nacional de Assistência Social no trabalho com famílias no município de Goiânia* ao (órgão/instituição): _____, bem como a pesquisa documental, empírica e oral que se fizerem necessárias ao desenvolvimento da referida pesquisa.

Goiânia, ____/____/____

Assinatura/Autorizo do responsável pela Instituição: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: _____
Kênia Cristina Lopes Abrão

Assinatura da Orientadora: _____
Profa. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro

Informações sobre a Pesquisa:

Título do projeto: *O impacto da Política Nacional de Assistência Social no trabalho com famílias no município de Goiânia.*

Pesquisadora responsável: Mestranda – Kênia Cristina Lopes Abrão, telefones: (62) 8408-2474; e-mail: kabrao@yahoo.com.br; orientadora: Profa. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro. Em caso de dúvida, poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo telefone: (62)3946-1512; endereço: Av. Universitária n° 1440 setor Universitário – Área IV (ao lado da reitoria) Goiânia – GO, email: cep@ucg.br; horário de funcionamento de segunda a sexta, das 13h às 17h.

ANEXO E

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRITUS SENSU* MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDO PESQUISA ESTADO SOCIEDADE E
CIDADANIA/NUPESC

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS

CRAS: _____

Região: _____

Hora início: _____

Hora término: _____

1 PERFIL PROFISSIONAL

1.1 Idade: _____

1.2 Sexo: _____

1.3 Ano de formação: _____

1.4 Instituição: _____

1.5 Trabalha como Assistente Social: (meses/anos) _____

1.6 Primeiro trabalho como Assistente Social:

Ano: _____

Local: _____

1.7 Admissão na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS:

A: Concurso ()

B: Contrato por tempo determinado ()

C: Contrato por tempo indeterminado ()

D: Outros () Especifique: _____

1.8 Tempo de atuação profissional na instituição: _____

1.9 Cargo ocupado na instituição: _____

1.10 Possui outro vínculo empregatício:

A. Não ()

B. Sim () Especifique: _____

1.11 Jornada de trabalho semanal: _____

1.12 Renda Familiar:

A. Até 3 sm () B. 3 a 6 sm () C. 6 a 9 sm () D. Acima de 9 sm ()

1.13 Renda total profissional:

A. Até 3 sm () B. 3 a 6 sm () C. 6 a 9 sm () D. Acima de 9 sm ()

1.14 Participa de órgãos da categoria

A. Não ()

B. Sim () Quais e como? _____

1.14 Formação Profissional:

A. Aperfeiçoamento () Concluído () Incompleto () Cursando ()

B. Especialização *latu sensu* () Concluído () Incompleto () Cursando ()

C. Mestrado *strictu sensu* () Concluído () Incompleto () Cursando ()

D. Doutorado () Concluído () Incompleto () Cursando ()

E. Outra Graduação: Não () Sim. Especificar: _____

1.15 Participa ou participou das atividades realizadas pelos órgãos da categoria:

A. Semana do Assistente Social () Ano: _____

B. Curso/Oficina () Ano: _____

C. Assembléia () Ano: _____

D. Congresso Nacional () Ano: _____

E. Congresso Internacional () Ano: _____

F. Outros () Especificar: _____

1.16 Participa de movimentos sociais:

A. Não () B. Sim () Quais? _____

1.17 Últimos livros/revistas lidos:

A. Da profissão: _____

B. Outros: _____

1.18 Autores que são referências para a sua prática profissional: _____

1.19 Justifique: _____

1.20 Indicações mais importantes do Código de Ética sobre a relação do Assistente Social com os usuários:

1.21 Justifique: _____

1.22 Indicações mais importantes do Código de Ética sobre a relação do Assistente Social com a instituição empregadora:

1.23. Justifique: _____

2 PRÁTICA PROFISSIONAL

2.1 Demanda da instituição posta ao Serviço Social (finalidade da instituição ao contratar o assistente social): _____

2.2 Caracterize os serviços prestados pelo CRAS: _____

2.3 Caracterize o público atendido pelo Serviço Social no CRAS:

2.4 Caracterize os serviços prestados por você: _____

2.5 Como você se coloca diante do conflito entre interesses e demandas institucionais e dos interesses e demandas dos usuários: _____

2.6 Comente sobre a Política Nacional de Assistência Social: _____

2.7 Determinações da Política Nacional de Assistência Social realizadas pelo CRAS: _____

2.8 Demandas sociais que são postas pelas famílias: _____

2.9 Serviços e/ou programas que envolvem famílias, desenvolvidos no CRAS que seguem a Política Nacional de Assistência Social: _____

2.10 Número de Assistentes Sociais e outros profissionais que atuam nesses programas: _____

2.11 Concepção de famílias adotadas nesses programas: _____

2.12 Principais ações (privativas ou não) desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição: _____

2.13 Objetivos do Serviço Social na instituição: _____

2.14 Objetivos que têm sido atingidos: _____

2.15 Objetivos que não foram alcançados: _____

2.16 Caracterize os instrumentais técnicos e operacionais utilizados pelo Serviço Social no exercício profissional: _____

2.17 Esses instrumentais foram construídos pelo Assistente Social ou são definidos pela instituição ou programa? _____

2.18 Como é o planejamento das ações desenvolvidas pelo Serviço Social? Qual sua periodicidade? _____

2.19 Como são registradas as ações desenvolvidas pelo Serviço Social (quantitativa e qualitativa)? _____

2.20 Existe uma avaliação dessas ações pelo conjunto desses profissionais? Qual sua periodicidade? _____

2.21 Quantitativo de famílias atendidas no CRAS: _____

2.22 Meios/critérios utilizados para selecionar as famílias que participarão dos projetos: _____

2.23 Meios/critérios utilizados para motivar a participação das famílias: _____

2.24 Periodicidade das reuniões e/ou atividades: _____

2.25 Facilidades para a realização das atividades: _____

2.25 Dificuldades encontradas para a realização das atividades: _____

3 EXERCÍCIO PROFISSIONAL

3.1 Caracterize a autonomia do Serviço Social nas decisões relativas à sua prática profissional na instituição: _____

3.2 Em sua opinião, a legislação e resoluções da profissão respaldam o cotidiano do exercício profissional?

A. Sim () B. Não ()

Justifique: _____

3.3 Você teve acesso às publicações do CFESS/CRESS sobre os parâmetros de atuação do Assistente Social?

A. Sim () B. Não ()

Justifique: _____

3.4 Você tem acesso as Resoluções do CFESS sobre o exercício profissional do Assistente Social?

A. Sim () B. Não () C. Às vezes ()

3.5 Seu espaço de trabalho é compatível para a garantia do sigilo profissional?

A. Sim () B. Não () C. Em termos ()

Justifique: _____

3.6 O local de atendimento aos usuários tem adequação física e os recursos necessários?

A. Sim () B. Não () C. Em termos ()

Justifique: _____

4 AVALIAÇÃO

4.1. Existem mudanças de condições de vida nas famílias atendidas no CRAS

A. Sim () B. Não () Quais mudanças: _____

4.1.2 Justifique: _____

4.2 Avalie os impactos da Política Nacional de Assistência Social ocorridos na vida das famílias atendidas no CRAS: _____

4.3 Justifique: _____

Livres considerações do (a) entrevistado (a): _____

Goiânia, ____/____/____

Entrevistadora

Entrevistado (a)